



Marianna Tamborindeguy de Oliveira

**Trauma, repetição e pulsão de morte:
negatividade necessária**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Monah Winograd

Rio de Janeiro
Abril de 2014



Marianna Tamborindeguy de Oliveira

**Trauma, repetição e pulsão de morte:
negatividade necessária**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Monah Winograd

Orientadora
Departamento de Psicologia PUC-Rio

Profa Marta Rezende Cardoso

Departamento de Psicologia - UFRJ

Profa. Maria Virgínia Filomena Cremasco

Departamento de Psicologia - UFPR

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Marianna Tamborindeguy de Oliveira

Graduou-se em Psicologia na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2009. Especialização em Clínica Psicanalítica. Instituto de Psiquiatria – IPUB/UFRJ em 2012

Ficha Catalográfica

Oliveira, Marianna Tamborindeguy de

Trauma, repetição e pulsão de morte: negatividade necessária / Marianna Tamborindeguy de Oliveira ; orientadora: Monah Winograd. – 2014.

147 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2014.

Inclui bibliografia

CDD: 150

A Volita (in memorian) e ao meu pai, que colocou a psicanálise em minha vida.

Agradecimentos

A Monah Winograd pela orientação precisa e incentivo a abertura do pensamento.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos.

Ao Lao, que esteve sempre perto com muito amor.

A minha mãe, por ter me ensinado o valor da singularidade.

A minha vó Regina, pelas nossas conversas confortantes.

Ao meu avô Boni, pelo apoio dado para a minha construção profissional.

A Amanda Scarparo, Nathalia Sisson e Elisa Aires, pelo apoio durante todo esse processo.

A Marisa dos Guaranys, pela leitura cuidadosa.

Resumo

Oliveira, Marianna Tamborindeguy; Winograd, Monah (Orientadora). **Trauma, repetição e pulsão de morte: negatividade necessária.** Rio de Janeiro, 2014, 147p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo a análise e articulação dos conceitos de trauma, repetição e pulsão de morte em Freud, embora algumas contribuições de psicanalistas pós-freudianos também sejam consideradas. A riqueza dos conceitos em questão se apresenta pelo seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que testemunham um limite do aparelho psíquico, lançam para o trabalho. O que motiva essa pesquisa, portanto, é justamente a indagação sobre as vicissitudes destes limites - limite do psiquismo e da representação, com o intuito de problematizá-los. Pois é preciso pensar sempre em uma dupla potencialidade do que se apresenta como limite: por um lado potência de abertura e por outro, agente de fechamento. Não queremos com isso diminuir a importância da representação no trabalho analítico como objetivo essencial, mas apontar para a importância da valorização e discriminação de modos de trabalho do psiquismo que não o trabalho representacional, buscando enfatizar a importância da negatividade para a o enriquecimento e complexificação do psiquismo.

Palavras-chave

Trauma; repetição; pulsão de morte; negatividade.

Abstract

Oliveira, Marianna Tamborindéguy; Winograd, Monah (Advisor). **Trauma, repetition and death drive: necessary negativity**. Rio de Janeiro, 2014, 147 p. MSc. Dissertation. – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The purpose of this thesis is to analyse and articulate the concepts of trauma, repetition and death drive in Freud, although some contributions of post-freudian psychoanalysts will also be considered. The richness of these concepts can be sustained by the following paradox: they witness a limit of the psychic apparatus, at the same time that lances it for work. What motivates this research, therefore, is precisely the question about the vicissitudes of these limits - limits of the psyche and representation, in order to discuss them. One must always think about a dual capability that presents itself as a limit: one for the power of opening, and the other as a closing agent. This is not to diminish the importance of the representation in an analytical work as an essential goal, but to point out the importance of the valuation and discrimination of other working modes of the psyche rather than a representational work, in order to emphasize the importance of negativity for the enrichment and complexity of the psyche.

Keywords

Trauma; repetition; death drive; negativity.

Sumário

Introdução	9
1. As faces do trauma de Freud	13
1.1. A face do <i>a posteriori</i>	15
1.2. A face econômica	26
1.3. A face narcísica	39
2. Repetição diferencial e Repetição do mesmo	54
2.1 Repetição diferencial	60
2.2 Da lógica do princípio de prazer para além	71
2.3 Repetição do mesmo e seus paradoxos	81
3. A pulsão de morte e a negatividade necessária	94
3.1 O caráter disruptivo	97
3.2 Função objetalizante e desobjetalizante	107
3.3 A negatividade necessária	121
4. Conclusão	136
5. Referências bibliográficas	140

Introdução

Este trabalho pretende realizar uma análise e articulação de três conceitos em Freud, a saber, o trauma, a compulsão à repetição e a pulsão de morte. Propomos pensá-los sob a ótica de uma negatividade necessária, baseado no pensamento de André Green (2010), que propõe como definição geral do negativo aquilo que na teoria se apresenta como sentido latente, em oposição ao sentido manifesto, identificado à positividade. Como propõe Duparc (2000), podemos entender o negativo como limite da representação. Nesse sentido, os três conceitos podem ser pensados como negatividade, na medida em que podem ser localizados à margem do representável. Nos primeiros capítulos trabalharemos a negatividade através da ideia de irrepresentado, reservando o conceito de negativo para tratarmos da pulsão de morte no capítulo final, quando será possível introduzir o trabalho do negativo. Pois será apenas neste último momento que teremos reunido elementos suficientes para falar de uma negatividade necessária em sua plena potência. Assim, o negativo permanecerá latente, de certo modo, até apresentarmos mais plenamente o conceito de pulsão de morte.

Entendemos que a riqueza dos conceitos de trauma, de repetição e de pulsão de morte se apresenta pelo seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que testemunham um limite do aparelho psíquico, lançam para o trabalho. O que motiva essa pesquisa, portanto, é justamente a indagação sobre as vicissitudes destes limites - limite do psiquismo e da representação, com o intuito de problematizá-los. Pois é preciso pensar sempre em uma dupla potencialidade do que se apresenta como limite: por um lado potência de abertura e por outro, agente de fechamento. Buscamos privilegiar o olhar sobre a primeira possibilidade, apostando que aquilo tomado como impedimento em determinado momento, pode em um tempo seguinte propiciar uma ultrapassagem, que apresenta novo limite no horizonte, portando novas possibilidades de superação e assim por diante. Este movimento pode ser localizado na própria estrutura psíquica humana, pois se o modo de funcionamento do psiquismo opera de modo interminável, processando as excitações que lhe chegam de fora, há também um limite para este processamento que pode ser pensado como dado estrutural.

Embora possamos supor um limite *a priori*, o modo como este se apresenta é absolutamente imprevisível e singular a cada sujeito, apontando para a riqueza e plasticidade psíquica humana. Não é possível determinar quanto de tensão, de dor, de prazer que um sujeito é capaz de suportar, como também não se pode determinar se os

efeitos destes afetos sobre o psiquismo serão estimulantes ou paralisantes (Roussillon, 2006). Ainda que seja imprescindível considerar a devastação psíquica causada pelas grandes dores, nada nos impede de pensar que o sofrimento muitas vezes potencializa a força subjetiva. A ideia de um limite do aparelho psíquico, contudo, pode ser pensada através do que Scarfone (2013) chama de *infantia*, para enfatizar o sentido etimológico da palavra infância, definido como a incapacidade de falar. A *infantia* não é ultrapassada no momento da aquisição da linguagem, mas permanece como experiência estrutural. A impossibilidade de compreender a si mesmo ou o outro em sua totalidade, é um postulado indiscutível que se estabelece entre dois seres e na relação que se tem consigo mesmo, em qualquer idade e independente da capacidade de comunicação. É justamente porque resta o que não pode ser compreendido que o trabalho psíquico se relança de modo infinito.

A *infantia*, então, não faz mais do que se envaginar e permanece oculta no sujeito da palavra como disposição e exposição a novos impactos, a traumas, grandes ou pequenos, que abalarão a alma e reativarão os processos originários, companheiros de uma experiência impossível de expressar integralmente (SCARFONE, 2013, p. 6).

Todavia, esse infantil poderá apresentar uma face compreensível, sobretudo quando seus restos indizíveis e recalçados puderem ser dotados de um “revestimento psíquico”, que segundo Scarfone (2013), foi uma das formas que Freud encontrou para abordar clinicamente o atributo que reveste ‘a coisa’. Freud (1895) já apresenta em seu *Projeto para uma psicologia científica*, a ideia de que podemos dividir o “complexo perceptivo” em duas partes: “a coisa” (*das Ding*), parte incompreensível e inassimilável e o outro componente que pode ser compreendido, denominado “predicado” ou “atributo” (FREUD, 1895, p. 380). Há, portanto, uma “coisa” sobre a qual não se sabe nada mas que, ao ser dotada de revestimento psíquico, ou seja, de atributos descritíveis, apresentará uma face compreensível e analisável. Podemos chamar esses atributos ou predicados de representação enquanto a coisa fica no registro do irrepresentado.

Nos parece, entretanto, que estamos sempre as voltas com algo além do representável, um além do sentido, que participa de toda produção psíquica (SCARFONE, 2013, p. 4), necessário à mudança. Diante desta inexorável falta de sentido, a função princeps do aparelho psíquico é o revestimento, ou seja, dotar de qualidade, produzir representações que organizem o mundo, na medida que o irrepresentado causa desconforto e exige uma resposta que arranca o sujeito de sua zona de comodidade. O eu é parceiro do aparelho psíquico, posto que um de seus trabalhos é

de inibir essa ausência de sentido através da atividade de ligação, que embora seja necessária para nos tirar do caos, pode ser visto como um impeditivo para a mudança, na medida em que há um movimento de “retornar ao mesmo”, buscando sempre o familiar e encobrendo qualquer sinal de estranheza (SCARFONE, 2013, p. 5).

O que nos importa sublinhar é que “a coisa” convoca ao trabalho, do mesmo modo que o trauma, a pulsão de morte e a repetição. Isto não quer dizer que o trabalho psíquico será realizado. Ao contrário, pode ficar no registro de uma exigência insuportável que impede ao invés de abrir. Entretanto, se podemos pensar em limites da representação, podemos também pensar que o irrepresentado, negativo por excelência, é fundamental para a produção de diferença. Não se trata de uma apologia ao irrepresentado, em detrimento da representação, mas da valorização desta ideia como algo necessário ao processo de elaboração psíquica. De qualquer modo, não deixaremos de abordar a ideia de que a ausência de sentido pode provocar paralisia e enfraquecimento da potência do psiquismo.

Se partirmos do pressuposto de que um excelente critério de saúde psíquica diz respeito à possibilidade de encontrar o novo (DUPARC, 2001), diremos que a dimensão do negativo porta potencial de novidade e obriga um movimento na direção da diferença. Assim, o que se apresenta como obstáculo, pode melhor ser pensado como ponto de partida que abre para a possibilidade de ultrapassagem. O pressuposto de que partimos é de que a mente se torna capaz de trabalhar quando submetida a uma tensão (FREUD, 1905 e 1915; SCARFONE, 2013). É esta tensão que força o pensamento, contribuindo para o enriquecimento e complexificação do psiquismo. Podemos associar esta tensão ao irrepresentado, àquilo que confronta o psiquismo com ausência de sentido, efeito do trauma, da pulsão de morte, assim como ponto de partida da repetição. Levando em conta estas considerações que apresentaremos diferentes aspectos inerentes aos conceitos de trauma, repetição e pulsão de morte, buscando evidenciar a positividade existente na própria negatividade, baseada na ideia de intimação ao trabalho psíquico que estes conceitos permitem pensar.

No primeiro capítulo trataremos de três modelos conceituais do trauma localizados na obra de Freud, tal como propostos por Bokanowski (2002, 2005), que chamamos de : (1) face do *a posteriori*; (2) face econômica e (3) face narcísica. A definição geral do trauma como ausência de representação (ROUSSILOUN, 2006; JANIN, 2005; BORGES, 2012; UCHITEL, 2011) será o fio condutor para pensarmos os efeitos do trauma, que podem se apresentar enquanto estruturantes da organização

psíquica, assim como são capazes de desorganizar o funcionamento psíquico ao nível dos investimentos objetivos ou relativo à constituição do narcisismo (BOKANOWSKI, 2005 e 2002). Deste modo, há níveis diversos de desorganização psíquica provocadas pelo trauma. Embora seja de fundamental importância considerar as patologias associadas ao traumático, não seguiremos esse caminho. Isto não quer dizer que estejamos negligenciando a dimensão psicopatológica, mas que nos interessa mais pensar o modo de funcionamento psíquico diante dos acidentes da existência, destacando o esforço contínuo do psiquismo em dar conta do que em princípio aparece como irrepresentável.

A compulsão à repetição será objeto de nosso segundo capítulo, no qual evidenciaremos uma dimensão que chamamos de repetição diferencial e outra que chamamos de repetição do mesmo, tal como propõe Garcia-Roza (1986/2003). Essas duas formas de repetição apresentadas na transferência serão pensadas através da ideia de *agieren*, repetição em ato. Pois como o *agieren* diz respeito ao que escapa à representação, mais uma vez poderemos pensar o negativo através de uma dupla potencialidade: como elemento que movimenta a repetição diferencial, imprescindível à elaboração ou como aquilo que promove uma inundação psíquica e cuja resposta se faz através de uma repetição do mesmo, testemunhando uma tentativa de domínio que fracassa em dar conta do excesso pulsional.

Por fim, trataremos do conceito de pulsão de morte, principal representante da negatividade, na medida em que se define por uma energética sem representação (KONOBLOC, 1998). Do mesmo modo que a repetição e o trauma, sua potência disruptiva pode ser pensada como aquilo que obriga ao trabalho, mas que pode ter como efeito uma desorganização psíquica, absolutamente associado ao contexto do trauma. Evidenciaremos seu caráter disruptivo, sua função desobjetalizante, assim como seu papel estruturante na constituição do psiquismo, evidenciado pelo trabalho do negativo de Green (2010). O recorte que escolhemos é aquele de enfatizar a importância da pulsão de morte, mesmo quando está pode ser tomada como expressão de comportamentos autodestrutivos.

1

As faces do trauma de Freud

Quando tratamos do conceito de trauma em Freud, temos que tratá-lo no plural: faces do trauma. Não só porque encontramos diversas teorias que o recobrem, ao longo da obra, como também em respeito à complexidade que apresenta em cada uma dessas teorizações. Tratar o traumático de modo genérico, tomando-o como o impacto psíquico de um evento doloroso na vida do sujeito, não é suficiente. Primeiro, porque não existe algo como o trauma em si mesmo. O que temos são modelos conceituais que procuram dar conta de processos psíquicos em relação com eventos traumáticos. Em segundo lugar, porque esta generalização impede que se localize a natureza da desorganização engendrada, ou seja, o nível do psiquismo em que opera a ação do traumático. Podemos pensar em traumas qualitativamente diferentes, portanto, com consequências diversas. Há aqueles que desorganizam o funcionamento psíquico ao nível dos investimentos objetivos, os que desorganizam a constituição do narcisismo, assim como aqueles que participam da gênese e organização do infantil, da pulsão e do desejo, apontando para a potencialidade traumática na base de todo funcionamento psíquico (BOKANOWSKI, 2005).

É com esta preocupação que Bokanowski (2002, 2005) faz uma proposta terminológica que compreende três momentos do trauma na teoria freudiana: o (1) “traumatismo”, entre 1895-1920, com o modelo do *a posteriori*; (2) o “traumático”, em 1920, que consiste em um modelo econômico e, por último, (3) o “trauma”, reservado ao modelo narcísico de 1939. O primeiro modelo é o que comumente designamos por primeira teoria do trauma, a saber, o trauma sexual da teoria da sedução. O nível de desorganização do “traumatismo” é secundário, na medida em que não incide sobre a relação de objeto nem sobre a intrincação pulsional. O fantasma se torna o fator traumático, por excelência, e preside a organização da neurose.

O segundo modelo, por sua vez, diz respeito à caracterização do trauma tal como é feita em *Além do princípio de prazer*, onde a compulsão à repetição se apresenta como o funcionamento psíquico comum que opera a partir de uma impressão traumática. Este é o modelo econômico levado em conta na segunda tópica (JANIN, 2005). Por fim, reservaríamos a palavra trauma para o modelo construído em 1939 cuja lógica aponta para o comprometimento de um nível mais precoce, aquele dos investimentos narcísicos e da constituição do eu (BOKANOWSKI, 2005). Deixaremos de lado a precisão dos

períodos propostos por Bokanowski neste último momento, na medida em que tomaremos os desenvolvimentos de *Inibições, Sintomas e Ansiedade* como primeiro tempo do modelo narcísico. Também não nos ateremos a proposta terminológica que reserva as palavras traumatismo, traumático e trauma para designar os modelos conceituais.

Iniciaremos nosso percurso buscando explicitar cada um destes modelos do trauma que podemos encontrar na obra de Freud. É importante não perder de vista que o conceito de trauma, ao mesmo tempo em que sofre mudanças significativas, mantém alguns aspectos ao longo de suas várias formulações. Nesse sentido, Roussillon (2006) aponta para o fato de que diversas teorias do traumatismo podem ser pensadas em torno da noção de disritmia, como uma inadequação dos tempos: “a disritmia constitui a *quantidade* (qualquer que seja, acima de um certo limiar) como uma efração, enquanto o “bom ritmo” reconcilia o psiquismo com a quantidade, permite integrar esta” (ROUSSILLON, 2006, p. 225).

O autor também alerta para o problema de nos furtarmos completamente à questão da natureza do traumático, propondo que esta seja pensada como “*ausência de representação*” (ROUSSILLON, 2006, p. 227). Diversos autores como Janin (2005), Borges (2012) e Uchitel (2011) reiteram esta posição, em que a ideia central diz respeito à impossibilidade de inscrição do trauma no complexo representacional do sujeito, daí a problemática. Nesse sentido, o trauma expressa uma negatividade relativa à positividade das representações. Isto não quer dizer que o traumático não possa encontrar o caminho da representação, como veremos acontecer com a face do *a posteriori*, por exemplo. De qualquer modo, Janin (2005) nos ensina que o problema em questão diz respeito à descontinuidade que se apresenta como efeito necessário desses acidentes da existência cujo ponto comum está na modificação do regime de funcionamento mental. O que era possível representar não o é mais, o que era simbolizável não o é mais, o recurso à causalidade como constitutiva do sentimento de continuidade e historicidade não é mais possível. A descontinuidade de Janin (2005) - ou a disritmia de Roussillon (2006) -, assumirá faces diferentes ao longo das elaborações acerca do traumatismo.

O esforço em precisar faces do trauma distintas, portanto, não significa divorciar uma da outra. Pelo contrário, diríamos que elas se sobrepõem, caracterizando movimentos de idas e vindas nos quais um aspecto antes deixado de fora retorna com valor central em outro instante. Nesse sentido, concordamos com Janin (2005) que propõe que pensemos os modelos do trauma em termos de continuidade e unidade

teórica, ao invés de pensá-los através da perspectiva de uma ruptura conceitual. Assim, a ideia de modelos do trauma, tal como propõe Bokanowski (2002, 2005), deve ser pensada como facetas para acentuar a ideia de que estamos trabalhando diversos aspectos de um mesmo conceito.

Este aspecto do que não se representa, como definição geral, será o fio condutor de nossa análise neste capítulo no qual poderemos ver os efeitos do irrepresentado para o psiquismo através dos pontos de vista econômico, narcísico e da ausência ou presença do *a posteriori*. Deste modo, quando pensamos o conceito de trauma, devemos nos perguntar pela operação do *a posteriori* (se esta se fez ausente ou presente); pelo aspecto econômico (se este encontrou processamento psíquico), como também pelo narcísico (momento do abalo, se relacionado ao eu em constituição ou posteriormente), tomando-os como três elementos balizadores que, juntos, nos ajudam a localizar o nível de desordem psíquica provocada.

1.1

A face do *a posteriori* (*Nachtraglichkeit*)

Se olharmos para a periodização do que designamos por “traumatismo”, veremos que compreende um recorte de 25 anos dos escritos freudianos, até o ano de 1920, onde localizaremos sua segunda teoria do trauma. Evidentemente, não podemos encontrar, em todos esses anos, as mesmas ideias acerca do que é considerado traumático. Mesmo porque sabemos bem que o espírito corajoso de Freud sempre o manteve ocupado com reformulações e novos arranjos teóricos até o fim de sua vida. Esse período extenso, portanto, será dividido em dois tempos. O primeiro pode ser localizado entre os anos de 1895 a 1905, quando veremos a construção da teoria da sedução e seu abandono, dando lugar à ação da fantasia. Esse período está estendido porque, embora a teoria da sedução tenha sido abandonada em 1897, suas ressonâncias se farão sentir até 1905, ano que marca a descoberta da sexualidade infantil (BOKANOWSKI, 2002 e 2005).

O segundo tempo, de 1905 a 1920, corresponde às consequências do abandono da teoria da sedução. Se, nesta última, a fonte para a construção da fantasia era o fato real do atentado sexual, na teorização que se dá logo depois a fonte será a sexualidade infantil e seu substrato pulsional (MELO E RIBEIRO, 2006). Embora possamos

localizar uma ruptura importante que relega a realidade material e assume a realidade psíquica, há uma continuidade que se faz através da ideia de que o trauma é um dos responsáveis pela organização da vida fantasmática do sujeito. O traumatismo pode ser processado pela ordem das representações, apresentando-se mais próximo de um organizador psíquico que de uma dimensão desorganizadora. A possibilidade de representar o traumatismo se apresenta em um tempo posterior, sob a regência do *a posteriori* (BOKANOWSKI, 2005; UCHITEL, 2011).

A primeira teoria do trauma, encontrada no contexto teórico de 1895 a 1905, esconde uma complexificação crescente sob uma aparente simplicidade, além de trazer desdobramentos teóricos bastante importantes. Estamos falando da teoria da sedução na qual Freud (1896b) postulava como etiologia da neurose a lembrança de cenas sexuais reais, em que a realidade dos fatos ou o fator externo cumpria papel importante. O trauma, portanto, estava circunscrito a um atentado sexual sofrido pela criança de forma passiva, apresentando-se em dois tempos a que chamamos de *a posteriori*. No primeiro tempo se desenrola a cena de sedução, quando a criança é investida sexualmente por um adulto, sem que este atentado lhe origine qualquer excitação de natureza sexual.

A criança não registra o evento como traumático, pois não dispõe das representações para integrar o evento. Notemos que o infante é pensado como um ser assexuado e, portanto, ainda não usufrui de competências sexuais para significar o que lhe acontece. É por isso que se pensa que a cena é sexual apenas do ponto de vista do adulto, não adquirindo qualquer significação dessa natureza para o sujeito (LAPLANCHE e PONTALIS, 1990). Além disso, a sexualidade perversa e polimorfa só será pensada em 1905 nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, subvertendo a suposta inocência infantil (GARCIA-ROZA, 1993/2004). Por enquanto, o comportamento passivo diante da cena de sedução testemunha que o sujeito a vivencia, sem que ela possa evocar nele qualquer resposta, sem fazer eco em representações sexuais.

Representar qualquer coisa da ordem da sexualidade ainda é impossível. Em suma, o estado de passividade é correlato de uma ausência de preparação para lidar com aquele acontecimento (FREUD, 1893-1895). Será apenas em um segundo tempo, anos depois, que outra cena aparentemente inócua virá evocar a primeira por algum traço associativo. É neste segundo tempo que o trauma é desencadeado. Lejarraga (1996) assinala um importante aspecto, a saber, que a segunda cena responsável pela efetivação do trauma possui aparência banal e não comporta violência. Sua eficácia decorre apenas

por possibilitar a significação, de forma retroativa, do primeiro evento através de elos de ligação (FREUD, 1896a).

A segunda cena, portanto, comporta algo que remonta à primeira, não só no sentido de trazê-la à tona, mas também de reconstruí-la, dando-lhe um sentido que antes não havia. Desta forma, a segunda cena não age pela sua própria energia, mas porque desperta uma excitação interna. Ora, o que é a excitação endógena se não a pressão pulsional? O caminho está aberto para que Freud possa pensar que os acontecimentos externos só encontram sua eficácia na medida em que ativam fantasias e despertam a excitação pulsional (DREYFUS, 2005; LAPLANCHE e PONTALIS, 2004; LEJARRAGA, 1996; UCHITEL, 2011; MELO E RIBEIRO, 2006). É a lembrança da primeira cena que, ao deflagrar a intensificação da excitação sexual (que agora pode ser vivida como tal), surpreende o eu e faz como que este coloque em ação uma defesa, a saber, o recalque (LAPLANCHE e PONTALIS, 1990).

Sob este ponto de vista, Grubrich-Simitis (2003) aponta que a lembrança exerce uma ação incomparavelmente mais excitante e mais traumática que o próprio evento que a produziu. Diríamos, portanto, que o traumático é a lembrança. Se assim é, por que dar destaque à sedução como algo vivido? Eis o paradoxo: ainda que a ênfase esteja posta na realidade dos fatos, o que provoca o trauma não é a vivência em si mesma, mas a lembrança do atentado sexual em momento posterior (LEJARRAGA, 1996; UCHITEL, 2011; MELO E RIBEIRO, 2006). A eficácia psíquica do trauma, assim, se dá *a posteriori*, de modo que se não há lembrança posterior, não é possível falar de um acontecimento traumático primeiro (FREUD, 1986a). Desde os *Estudos sobre a histeria*, Freud assinala este ponto:

Mas a relação causal entre o trauma psíquico determinante e o fenômeno histérico não é de natureza a implicar que o trauma atue como mero *agent provocateur* na liberação do sintoma, que passa então a levar uma existência independente. Devemos antes presumir que o trauma psíquico – ou, mais precisamente, a lembrança do trauma – age como um corpo estranho que, muito depois de sua entrada, deve continuar a ser considerado como um agente que ainda está em ação (...) [FREUD, 1893, p. 42].

Poderíamos perguntar, como o fazem Laplanche e Pontalis (1990) em *Fantasia originária, fantasia das origens, origens da fantasia*, o que exatamente traumatiza o sujeito. Se é o afluxo de excitação externa que produz uma efração física ou, pelo contrário, é a excitação interna, a pulsão, que não encontra meios de descarga? A resposta dos autores é que, com a teoria da sedução, todo traumatismo provém do

exterior e do interior, ao mesmo tempo. Do exterior, porque a sexualidade chega ao sujeito do campo do outro, e do interior, pois esse exterior só se faz efetivo na medida em que se interioriza (LAPLANCHE e PONTALIS, 1990).

Lejarraga (1996) nos mostra que, embora a ênfase das primeiras publicações de Freud estivesse no fator externo como causa do sintoma, a ideia de “corpo estranho” aponta em duas direções simultaneamente. Ao mesmo tempo em que assinala a origem externa e alheia do trauma, indica também a interiorização desse agente externo, pois é só em um tempo posterior que a recordação do acontecimento vivido se torna traumática. O *agent provocateur*, portanto, não pode ser concebido como simples fator externo, mas como um externo que se interioriza, “corpo estranho” que se aloja e irrompe do íntimo do sujeito (LAPLANCHE e PONTALIS, 1990). Cardoso (2010) esclarece que a ideia de corpo estranho sugere uma exterioridade que habita o mundo interno, “uma alteridade situada nos confins da interioridade” (CARDOSO, 2010, p. 79). Esta alteridade interna acusa presença no segundo tempo, o tempo próprio da lembrança - quando o eu sofre um abalo que vem de dentro, como afluxo de excitação endógena (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004) – momento em que se instaura o “traumatismo”.

Podemos perguntar o que há de novo neste segundo tempo, quando o corpo estranho acusa sua presença. A novidade não é outra coisa senão a maturação sexual. Devemos lembrar que estamos inteiramente situados no terreno da teoria da sedução, momento em que a sexualidade infantil ainda não está estabelecida como conceito psicanalítico. Isto quer dizer que a infância, neste momento de teorização, ainda estava referida à idade cronológica. Ainda não é estrutura essencial da experiência humana em qualquer idade – *infantia*, como propõe Scarfone (2013). O que traumatiza a criança, portanto, diz respeito ao fato de ser posta em posição de *infantia* perante o fato sexual ao qual é exposta. “O sexual assim intrometido não consegue se tornar psíquico, ele se mantém *atual* e enquista-se enquanto tal como núcleo traumático capaz de sofrer repetição” (SCARFONE, 2013, p. 40). Schaeffer (1986) corrobora que o sexual, que aparece *a posteriori*, surge como surpresa, corpo estranho interno que desorganiza o psiquismo por impotência deste em conter, em representar aquilo que lhe é apresentado.

Diante do exposto, encontramos o seguinte problema: se estamos na primeira teoria do trauma de Freud, a dimensão que se apresenta é a da representação através do modelo do recalque e do *a posteriori*. Como conciliar isto com a ideia de corpo estranho, que sugere a presença de elementos no psiquismo atuando aquém da

linguagem verbal, sem representação? É neste sentido que autoras como Knobloch (1998) e Borges (2012) sugerem que o próprio desenvolvimento da teoria do recalque já apontava para um campo teórico-clínico que só ganharia seu sentido pleno na metapsicologia com a introdução dos conceitos de compulsão à repetição e de pulsão de morte. São estes os conceitos responsáveis pelo aprofundamento do conhecimento dos elementos intraduzíveis, como veremos mais à frente (BORGES, 2012). Scarfone (2013) reforça esta posição ao dizer “que existe algo além do representável, do compreensível, um além do sentido, um fundo inapreensível, núcleo opaco ou vazio no cerne de toda representação e de toda produção psíquica (...)” (SCARFONE, 2013, p. 4).

Ainda com Borges (2012), a autora propõe que o termo “irrepresentável”¹ e seus correlatos (inapreensível, inassimilável, intraduzível) sejam tomados por contraponto ao modelo freudiano das representações recalçadas no qual a representação corresponde à inscrição psíquica de uma impressão. Neste modelo, exposto por Freud (1896a) na *Carta 52*, o aparelho psíquico é tomado como um aparelho de memória que articula de forma necessária representação e linguagem. Garcia-Roza (1993/2004) nos diz que além de um aparelho de memória, o psiquismo é também aparelho de linguagem no qual nem a memória nem a linguagem são, para este aparelho, acidentais ou secundárias. Sem uma ou outra, não há aparelho psíquico.

É por este viés que Freud (1896a) ensina que a memória em questão é uma memória de traços, originados pela inscrição de uma impressão sensível. A impressão, deste modo, é anterior à inscrição e só pode ser conservada pela memória como traço ou como representação (GARCIA-ROZA, 1993/2004; BORGES, 2012). Conclui-se que não há lugar na memória para o que não se representa. Porém, como bem sublinha Borges (2012), neste momento da teorização freudiana o trauma é referido como impressão traumática que não se constituiu como traço mnésico. “Considerada em si mesma, a impressão é exterior à linguagem e ao sentido, não se insere na cadeia significativa por não estar ligada a outras impressões de modo a formar uma série significativa” (GARCIA-ROZA, 1993/2004, p. 54). Se a impressão traumática não consegue se inscrever como traço, não pode ser mediatizada pela representação, permanecendo enquanto intensidade sem representação. Assim, o traumatismo ficaria

¹ A ideia de irrepresentável será retomada para discussão, mais à frente.

ligado à dimensão de apresentação, podendo conduzir à ideia do trauma como excesso pulsional irrepresentável, como veremos a propósito da segunda teoria do trauma.

Entretanto, estamos ainda no terreno da teoria da sedução na qual a referência se constrói sob a égide do recalque. Como apresenta Knobloch (1998), Freud relegou a um segundo plano o caminho indicado pelo irrepresentado em favor do que foi sua grande descoberta, a concepção de um aparelho mental centrada na hipótese do inconsciente como elemento essencial do funcionamento psíquico. Somente com a virada de 1920 é que a problemática dos limites da representação assumiria seu lugar na teoria, com o conceito de pulsão de morte (KNOBLOCH, 1998). Se o registro da impressão, segundo Garcia-Roza (1993/2004), é considerado por Freud como momento primário da elaboração mnêmica, distinto da representação, teremos que perguntar como a impressão passa ao registro da representação. Deste modo, a pergunta a que importa responder neste momento, portanto, diz respeito à passagem da apresentação à representação. Como bem formula Knobloch (1998), o que é preciso para que a inscrição se realize, para que a impressão se torne traço, abandonando o registro do negativo?

Garcia-Roza (1993/2004) responde que a impressão traumática terá que ser mediatizada por algo que a represente, uma lembrança qualquer que a ela se ligue e que a presentifique, transformando-a em símbolo mnêmico. Deste modo, é preciso lançar mão da simbolização como recurso para ligar a impressão traumática ao acontecimento que a reatualiza, em um tempo posterior. Trata-se da convocação de um trabalho psíquico, trabalho de ligação das excitações corporais, para que as impressões possam se inscrever no universo da representação (KNOBLOCH, 1998).

O registro tradutivo, no qual a teoria da sedução também se desenvolve, coloca em jogo a possibilidade ou não de processar o acontecimento pela sucessão de inscrições, reinscrições e traduções. No entanto, penso que, embora o recalque possa ser visto como uma “falha parcial de tradução”, ele também é uma forma exitosa que permite a entrada e a integração das representações do acontecimento no aparelho psíquico, contrapondo-se, em parte, ao impacto do trauma (UCHITEL, p. 146).

Eis o paradigma do *a posteriori* que apresenta o sucesso do trabalho psíquico ao permitir a ascensão das representações, em um tempo posterior. Borges (2012) comenta, a este respeito, que é através de rearranjos psíquicos que essas experiências são trazidas do passado para o momento atual. O que passou, portanto, adquire significação para o sujeito em um segundo tempo, através de novos momentos que não só ativam vivências

passadas, mas possibilitam uma nova tradução desse material. Não estamos falando, portanto, de uma simples inclusão póstuma de algo que havia ficado de fora, mas de um efeito de retranscrição no qual as representações podem ser traduzidas de outro modo, em um processo dinâmico, processando inclusive o que permanecia como irrepresentável.

Deste modo, devemos pensar que o que é retido pela memória não é da ordem de um traço estático, como uma fotografia, mas da ordem de um processo que se desdobra em vários tempos. “O efeito psíquico de posteridade, portanto, aponta para uma temporalidade que supõe dupla determinação do passado sobre o presente e do presente sobre o passado (...)” (BORGES, 2012, p. 60). Esta posta a face estruturante do trauma enquanto possibilidade de abertura ao simbólico. Jacques André (2008) aponta para um importante aspecto do conceito de *a posteriori* capaz de condensar duas dimensões que só querem afastar-se uma da outra: por um lado, a violência traumática, e, por outro, a sutileza de uma reinscrição, de um significado que se remodela.

Só a força do trauma permite que as cartas voltem a ser embaralhadas, que a história seja reescrita. Ou até mais que isso, permite que aquilo que ainda era sem *sentido* tome um sentido. Não há *après sem coup*, o *après-coup*² une o que somos inclinados a opor: a violência da efração traumática e a abertura de sentido (ANDRÉ, 2008, p. 151).

Deste modo, a noção de *a posteriori* possui grande fecundidade, ao promover a complexificação da ideia de “verdade” para a psicanálise. Esta não pode referir-se apenas ao acontecimento histórico, mas à apropriação que é feita do vivido (RUDGE, 2009; BORGES, 2012). A história, deste modo, não pode ser tomada como um em-si, como nos mostra Janin (1999), mas como resultado de um trabalho de ligação entre os eventos passados com os presentes, de modo que se mantivermos esta concepção de história para o que é construído em uma análise, a oposição entre acontecimento real e acontecimento psíquico perde a validade. É neste sentido que Scarfone (2013) argumenta que Freud já havia posto a teoria da sedução em risco antes mesmo de seu abandono oficial através deste modelo de retranscrições sucessivas da memória exposto

² Borges (2012) apresenta a crítica feita por diversos autores em relação à tradução inglesa feita por James Strachey que propõe o termo *deferred action* para traduzir o *Nachtraglichkeit* de Freud. Os autores observam que a ideia de ação diferida limita-se à ideia de prazo em que um acontecimento inscrito na infância somente exerce seu efeito mais tarde. Deste modo, o segundo acontecimento estaria determinado pelo primeiro, excluindo a dupla determinação do passado sobre o presente e do presente sobre o passado. O termo francês *après-coup*, portanto, teria a vantagem de apresentar a ideia de golpe (*coup*) sofrido depois. Trataremos as palavras *après-coup* e *a posteriori* como sinônimos de *Nachtraglichkeit*.

na *Carta 52*. De qualquer modo, será apenas em 21 de setembro de 1897 que Freud revelará a Fliess que não acredita mais em sua neurótica, ou seja, não acredita mais em sua teoria das neuroses. Algumas asserções davam-lhe suporte para renunciar à sua teoria da sedução que, de tão conhecidas, não nos interessa repeti-las aqui. Muitos anos depois, Freud repensa seu erro da seguinte forma:

Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na fantasia, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos de infância, embelezá-las e elevá-la a um plano mais alto. E agora, de detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vem à luz (FREUD, 1914, p. 27).

Podemos dizer, com Janin (2005), que o abandono da teoria da sedução representa a virada epistemológica mais importante da jovem psicanálise. A partir deste momento, a prática psicanalítica irá se ancorar sobre esta revolução operada por Freud. Se, comumente, o sujeito que busca uma análise quer reivindicar seu lugar de vítima, o objetivo do tratamento será levá-lo a descobrir-se sujeito de sua própria história psíquica e, mais ainda, sujeito edípico desejante (JANIN, 2005). É deste modo que a renúncia ao fato, por parte de Freud, e a formulação da realidade psíquica abrem caminho para outras descobertas, quais sejam, a sexualidade infantil e o complexo de Édipo. É importante observar, entretanto, que o abandono da teoria da sedução foi bastante custoso para Freud, que caracterizou este momento como de desconcerto (FREUD, 1914) em que as neuroses ficavam sem solução. Muitos anos foram necessários, por exemplo, para que o complexo de Édipo, anunciado em 1897, pudesse ser formulado teoricamente e integrado aos outros conceitos psicanalíticos (FREUD, 1914).

Seria esquemático, desta forma, acreditarmos que Freud simplesmente abandonou uma primeira concepção que buscava a etiologia da neurose em traumatismos infantis contingentes, em favor de uma teoria que, tomando a fantasia como precursora do sintoma, reconheceria nela apenas uma expressão imaginária destinada a mascarar a realidade da dinâmica pulsional (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004; LEJARRAGA, 1996). A concepção clássica, portanto, de que o abandono da teoria da sedução em 1897 representa o passo decisivo para o advento da teoria psicanalítica, ao colocar em primeiro plano a fantasia inconsciente, a realidade psíquica e a sexualidade infantil, deve ser relativizada. É possível encontrar, no plano teórico,

vários elementos essenciais do esquema explicativo usado por Freud naquele momento, que serão transpostos nas elaborações ulteriores da teoria psicanalítica³.

Aqueles que nos importam destacar são dois apenas: a noção de *a posteriori* e de pulsão sexual. Se a primeira se mantém central em psicanálise (JANIN, 2005; ANDRÉ, 2008), podemos pensar que a hipótese da sedução, “em vez de descartada, passará a ser considerada em textos posteriores como origem da sexualidade” (LEJARRAGA, 1996, p. 7). Deste modo, abandona-se a teoria da sedução e não o modelo do *a posteriori*. Renuncia-se ao trauma sexual, mas não à ideia de que a pulsão sexual é o fator central na causação da neurose. O conceito de sexualidade infantil e do Édipo são testemunhas disso. Passamos, portanto, do sujeito vitimado ao sujeito desejante (JANIN, 2005; DOUVILLE, 2003) no segundo momento do traumatismo (1905-1920), quando vemos as consequências do abandono da hipótese da sedução. É seguindo esta máxima que o interesse do psicanalista passa a se concentrar na dimensão da fantasia e das fixações nas diversas fases libidinais, enquanto o alcance etiológico do traumatismo parece se apagar.

O trauma não tem mais destaque quando se quer pensar a etiologia das neuroses, questão que aparece com bastante clareza nas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1916-1917). Será particularmente na *Conferência XXII*, com a introdução do conceito de série complementar, que veremos o apagamento da força etiológica do traumatismo. Pois a ideia de série complementar complexifica a relação entre as causas envolvidas na equação etiológica, expressão introduzida por Freud já em 1895 para explicar que havia diferentes tipos de causas inter-relacionadas na geração de uma neurose (FREUD, 1895). Se, antes mesmo do abandono da teoria da sedução, Freud já apontava para a variedade de causas em ação numa neurose, contradizendo o destaque dado à sedução traumática, nos textos de 1916-1917 ele irá aprofundar a relação entre as causas participantes da equação etiológica.⁴

No que se refere às neuroses, são apresentados dois fatores que se enquadram em uma série complementar: (1) a constituição sexual e a (2) experiência, ou se preferirmos, a fixação da libido e a frustração. A frustração em pauta é da satisfação da libido, que não age sozinha, mas em parceria com a fixação libidinal do sujeito. Em um dos limites da série complementar, estariam as pessoas que teriam adoecido de qualquer

³ Para mais detalhes sobre esse aspecto, consultar Laplanche e Pontalis (2004) e Lejarraga (1996).

⁴ Para maiores informações, ver Winograd (2013).

maneira por conta do desenvolvimento de sua libido, independentemente de suas experiências de vida, ainda que fossem as melhores possíveis. No outro extremo, encontraríamos os casos que certamente teriam escapado de adoecer se não tivessem encontrado esta ou aquela situação em suas vidas.

Contudo, em sua maioria, as neuroses seriam fruto da combinação, em maior ou menor grau, da predisposição na constituição sexual e das experiências nocivas. “Sua constituição sexual não as teria levado à neurose, se não tivessem tido essas experiências, e essas experiências não teriam tido um efeito traumático sobre tais pessoas se sua libido tivesse disposta de outra forma” (FREUD, 1916-1917, p.351). O que nos importa sublinhar, entretanto, é que o conceito de série complementar indica uma relação variável entre o elemento pulsional e o elemento traumático próprio a cada indivíduo, no que diz respeito à etiologia das neuroses (PRESS, 2010).

Além disso, fica claro que o trauma não tem mais um lugar absoluto na causação da neurose. É um dos fatores a se considerar em relação com a constituição sexual do sujeito. Afora isso, é chamado genericamente de experiência nociva ou de frustração da libido, sem qualquer especificação da natureza deste fenômeno. Não paramos aqui, pois o trauma será assimilado ao conceito de conflito psíquico, mais um fator a ser incluído na série etiológica. Era justamente este o fator que precisava ser reconhecido, para explicar os casos em que o indivíduo neurotizava subitamente, sem qualquer exigência da vida que fosse maior do que as habituais. O que estava em ação era uma exigência psíquica, ou melhor, uma exigência pulsional que precisava ser frustrada pelo ego. O conflito psíquico estava instalado. “Agora, o traumatismo era concebido como sendo expressão direta da força das pulsões sexuais em sua luta com o Eu e vice-versa — eis o segundo momento deste primeiro período” (WINOGRAD, KLATAU E SOLLERO, 2014, p. 159).

Deste modo, até 1905, era a sexualidade vinda de fora do sujeito, como atentado sexual realmente ocorrido, que causava o traumatismo, na medida em que o sujeito não podia lidar com conteúdos sexuais na infância. A partir de 1905, com a descoberta da sexualidade infantil, o dado de realidade é deixado de lado para que o caráter “perverso polimorfo” da pulsão sexual passe a representar a função que o trauma ocupava na primeira teorização. As exigências libidinais do próprio sujeito passam ao primeiro plano e irão se materializar no conflito psíquico. Podemos generalizar que o modelo do *a posteriori* (1895 – 1920), portanto, apresenta a sexualidade como problemática

central. É na medida em que é preciso responder às exigências do sexual que o trauma se faz.

Assim, a ação da pulsão sexual é o que promove, em certo sentido, a desorganização do psiquismo. Por isso, é preciso impedir o livre curso das moções pulsionais através do mecanismo do recalque. Por outro lado, a capacidade atrativa da força pulsional, ao pressionar o psiquismo, permite que este possa organizar a vida fantasmática do sujeito, articulando a representação do evento traumático à estruturação das fantasias originárias. Podemos retificar, dizendo que a pulsão sexual se apresenta como um excesso, porque rompe a estabilidade energética do psiquismo, mas não causa uma paralisia. Ao contrário, obriga o trabalho psíquico, dado que representa uma “medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo” (FREUD, 1915, p. 127). Esta exigência de trabalho pode ser encaminhada pelo psiquismo ainda que, em princípio, cause uma desestabilização.

O traumatismo, assim, se apresenta como um organizador dos processos de simbolização, do objeto interno e dos fantasmas inconscientes. Sua dimensão desorganizadora se apresenta apenas se o conteúdo da fantasia for vivido na realidade (BOKANOWSKI, 2005). Isto levaria a uma desorganização tópica, desordenando as operações do eu diante dos materiais inconscientes e pré-conscientes. Afora isso, podemos dizer que o traumatismo, até 1920, respeita as condições impostas pelo princípio de prazer, que dirige a vida mental através do propósito principal de evitar o desprazer. É necessário que se obtenha prazer sem incorrer em excessos, para manter um certo equilíbrio energético circulando psiquicamente.

Seria interessante não esquecer também que a psicanálise considera o conflito como constitutivo do ser humano. Todos enfrentamos uma luta inglória, na tentativa de domesticar nossas pulsões sexuais, de modo que entre a saúde e a doença não há nenhum tipo de diferença qualitativa. Um acréscimo na quantidade de libido pode romper o equilíbrio da economia psíquica e gerar um conflito traumático que desencadeará uma neurose. Observemos que a ideia de pensar o conflito como traumatismo já anuncia a importância do ponto de vista econômico, que será central para explicar o trauma em 1920, pois um conflito só irrompe quando determinadas intensidades de investimento forem alcançadas (FREUD, 1916-1917). Desta forma, as variações de quantidade, o quanto de libido cada singularidade é capaz de gerenciar em cada período de sua existência é um importante fator, junto com a frustração, a fixação da libido e o conflito psíquico (WINOGRAD, 2013).

O que é preciso manter presente é que os fatores em jogo na constituição de uma neurose e nos processos de subjetivação em geral são múltiplos e agrupados em relações complexas. Podemos, quando muito, identificar um ou outro mais intenso ou mais visível, mas nunca reduzir a equação a apenas um de seus termos (WINOGRAD, 2013). Os traumatismos, por exemplo, podem ser pensados como essas marcas das experiências infantis que, ao se inscreverem em representações, promovem as fixações. É como se as fixações repousassem sobre pequenos núcleos traumáticos, núcleos de atração, por comportarem uma intensidade libidinal. Deste modo, as fixações seriam respostas ao traumatismo, modos de inscrição de certos conteúdos representativos (experiências, imagos, fantasias) que persistem no inconsciente de forma inalterada e aos quais a pulsão permanece ligada (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004).

O trauma, portanto, parece não mais causar grande impressão, como ocorria na teoria da sedução. Somado a isso, goza de um estatuto indefinido, sem apoio de uma teoria explicativa. Ao se aproximar da ideia de frustração e de conflito, sofre simultaneamente de uma diminuição de seu alcance e de sua originalidade enquanto conceito (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004). Esta relativização da teoria traumática da neurose ficará assim até 1920, quando o fenômeno da compulsão à repetição fará Freud colocar novamente em primeiro plano o problema do traumatismo. É por esse viés que poderemos contemplar a segunda teoria do trauma disposta em *Além do princípio de prazer*.

1.2

A face econômica

A face econômica do trauma surge em 1920, dois anos depois do fim da primeira guerra mundial, que, além de devastar a Europa, põe em evidência as neuroses traumáticas. Freud retoma seu interesse pelo trauma, destacando em sua nova definição o aspecto econômico, em que um excesso de excitação é capaz de romper o escudo protetor ou pára-excitação (*reizschutz*) do psiquismo. O excesso aumenta o nível de tensão psíquica de tal modo que ultrapassa a capacidade de elaboração do aparelho mental, que fica impedido de dar um destino qualquer a quantidade que o invade. “O traumático aparece, pela impossibilidade de representação, como um estado limite do psíquico, não elaborado e desorganizado, que pode ser ‘qualificado’ de não

representável” (KNOBLOCH, 1998, p. 94). É preciso compreender, sobretudo, de que forma a excitação se torna excessiva, indagação através da qual se organizará nossa primeira discussão: a problematização da questão do excesso.

Ao tentar responder apressadamente, diremos que a excitação se torna excessiva porque o psiquismo não conseguiu processá-la. Mas o que impede o processamento, a inscrição representacional? Esta segunda pergunta nos empurra para uma espécie de dialética paralisante: se, por um lado, o excesso é pensado como tal apenas porque o eu não pôde dar conta daquela excitação, por outro, podemos argumentar que o eu só não deu conta porque era excessivo e porque foi pego de surpresa. Ou seja, o acento pode recair sobre o próprio excesso, tomado em si mesmo, ou sobre a capacidade de ligação do aparelho egóico, abrindo duas formas de responder à questão. Podemos tomar a intensidade como valor causal, determinante do acontecimento traumático, na qual o fator quantitativo, por si mesmo, seria responsável pelo trauma. Ou teríamos que considerar a organização psíquica de quem sofre o traumatismo, pois, do mesmo modo que uma intensidade pode induzir a uma confusão tópica ou dinâmica, desorganizando o campo representativo interior, uma organização psíquica frágil pode dar a qualquer quantidade o valor de efração (ROUSSILLON, 2006).

Parece-nos que não se trata de tomar um ou outro caminho. Não é a intensidade, tampouco a organização psíquica por si mesma. “É a relação entre a intensidade quantitativa e as capacidades de ligação e de organização das excitações que confere à quantidade um valor de efração ou, ao contrário, um valor estimulante, antidepressivo” (ROUSSILLON, 2006, p. 232). Como indica Winograd (2013), teríamos que pensar também em uma certa natureza mais forte ou mais fraca aliada a experiências de vida mais ou menos fortificantes para o eu (WINOGRAD, 2013). Roussillon (2006) nos mostra, deste modo, que o excesso não é necessariamente problemático. Ao contrário, pode servir como estímulo para o trabalho psíquico. Entretanto, quando falamos no trauma de 1920, estamos falando de um excesso que produz efração, paralisia e desamparo, ainda que seja importante considerar a capacidade de tolerância do eu, as fixações libidinais, a história e organização do narcisismo, das relações de objeto etc., na consideração do que aumenta ou diminui o potencial de trabalho do psiquismo. Eis a definição que Freud nos dá:

Não há dúvida de que um acontecimento como o trauma exterior provoca uma grave perturbação na economia energética do organismo, além de acionar todos os mecanismos de defesa, e o princípio de prazer é, logo de início, colocado fora de ação. Já que não é possível impedir que grandes quantidades de estímulos inundem o aparelho psíquico, só resta ao organismo tentar lidar com esse excesso de estímulos capturando-o e enlaçando-o psiquicamente para poder então processá-lo (FREUD, 1920, p.153-154).

Assim, aponta-se para um aspecto desestruturante do excesso, diferente daquele que vimos a propósito do primeiro modelo do trauma que encontra o caminho da representação e das retranscrições sucessivas impostas pela temporalidade do *a posteriori*. Na medida em que a excitação não consegue ser tramitada pelo psiquismo, a lógica de funcionamento do Princípio de Prazer é dissolvida e entra em ação a compulsão à repetição, em um esforço simultâneo de descarga e domínio do que não se inscreve. É seguindo esta trilha que Winograd, Klautau e Sollero-de-Campos (2014) propõem que as marcas do trauma sofreriam uma espécie de fixação ou de congelamento, impedindo que fossem articuladas em uma rede representacional, fixação ao traumático que difere em absoluto de uma fixação libidinal. Se a última expressa classicamente uma aderência da libido a determinados objetos, modos de satisfação ou fases de desenvolvimento, a primeira revela um movimento regressivo, desorganizador, devido à desvinculação pulsional e, conseqüentemente, a uma intensificação da pulsão de morte além do Princípio de Prazer (WINOGRAD, KLAUTAU, SOLLERO-DE-CAMPOS, 2014).

Borges (2012) caminha na mesma direção das autoras, quando aponta a pulsão de morte como um dos elementos centrais da teorização freudiana sobre o trauma psíquico. Não é por acaso que o novo modelo do trauma se apresenta no mesmo texto em que o conceito de pulsão de morte vem à tona, radicalizando a metapsicologia com a ideia de uma pulsão sem representação. Press (2010) observa que devemos pensar esses remanejamentos da teoria traumática e da teoria pulsional conjuntamente, como os dois lados da mesma moeda. Retomando a definição de Freud (1920), que chama de “traumáticas as excitações externas que possuem força suficiente para romper o escudo protetor” (FREUD, 1920, p. 153), é preciso discutir a relação das excitações externas com a problemática da pulsão de morte, para entendermos o que está em jogo no trauma. Ou melhor, é preciso entender de que modo o trauma produz uma desvinculação pulsional, com conseqüente intensificação da pulsão de morte, tal como observa Winograd, Klautau, e Sollero-de-Campos (2014). Para isso, precisamos entender que externalidade é esta a que Freud se refere.

Por um lado, Freud (1920) sustenta o traumático como efração súbita do psiquismo, em função de excitações violentas que sobrevêm por conta de um acontecimento limite inassimilável, formulações que decorrem das reflexões acerca da neurose traumática, quadro em que o sujeito repete compulsivamente a vivência do trauma (BORGES, 2012). Por outro, apresenta a ideia de que as excitações internas têm, indiscutivelmente, preponderância econômica sobre as que vêm do exterior. Ora, as excitações internas que nos interessam são as pulsões. Assim, ainda que se possa pensar que o trauma se liga apenas ao fator quantitativo externo, como aponta Borges (2012), logo aprendemos a indagar pelo lugar do pulsional neste modelo. Não se trata, deste modo, de retomar o traumático desencadeado por um acontecimento factual, conforme a teoria da sedução, há muito tempo deixada de lado em favor do excesso de pulsão sexual.

O que está em jogo é o “(...) resgate do conceito de trauma, que passa a ser compreendido como excesso pulsional, excesso de energia livre, sem que o eu tenha os meios de ligá-la, de elaborar psiquicamente essas excitações” (CARDOSO, 2010, p. 80). O resgate, deste modo, é da problemática do irrepresentado, deixada de lado no início das elaborações freudianas em favor do par representação/recalque, como vimos. Portanto, dizer que esse externo a que Freud faz referência é a realidade material não nos parece dar conta do alcance que a montagem do trauma possui em 1920. Se Freud (1920) também relaciona o efeito traumático à surpresa e ao susto provocado, temos que considerar que há um fator essencial na conjuntura traumática, tão importante quanto o fator quantitativo: o despreparo do eu no momento do acidente, que não consegue amortecer e tratar a excitação que lhe é apresentada (BORGES, 2012; ROUSSILLON, 2006).

O contrainvestimento necessário para ligar o excesso depende da disposição de uma quantidade de energia tão alta, que se faz “à custa do empobrecimento de todos os outros sistemas psíquicos, que sofrem uma extensa paralisia, ou à custa de uma forte redução de qualquer outra função psíquica” (FREUD, 1920, p. 154). O despreparo do eu, deste modo, se relaciona com a ausência de prontidão para o medo – por falta da angústia sinal, como veremos mais à frente –, implicando na ausência de sobreinvestimento dos sistemas receptores (FREUD, p. 155). “A importância dada a esse fator indica que o trauma não pode ser entendido unicamente como resultado de um fator externo, mas estaria sobretudo em questão um estado de passividade egóica ante o turbilhão pulsional por ele provocado” (BORGES, 2012, p. 29). Diante da

passividade egóica, portanto, há espaço para a intensificação da pulsão de morte, quase como efeito colateral do traumático.

O acontecimento traumático – que pode se apresentar ao sujeito, do exterior, como elemento, como impressão intraduzível – poderia funcionar, em casos singulares, como elemento desencadeador, no espaço interno, da irrupção de um pulsional desligado, sem representação ou recalçamento possível, processo correlativo a um estado de desestruturação narcísica (CARDOSO, 2011, p. 72).

É nesse sentido que devemos perguntar se a metáfora da vesícula viva, em que Freud se apoia para apresentar sua teoria do traumatismo em 1920, pode proteger o psiquismo das excitações pulsionais. Antes, entretanto, devemos entender do que trata esta metáfora. Freud (1920) nos diz que, se pensarmos em um organismo vivo como uma vesícula indiferenciada de substância excitável, teríamos que supor que a superfície voltada para o exterior estaria diferenciada das outras partes, por ser a primeira a receber os estímulos. O impacto incessante dos estímulos externos sobre a superfície da vesícula acabaria por modificar sua substância de maneira irreversível, formando uma espécie de crosta. O escudo protetor é exatamente essa camada mais externa da vesícula, cuja função é amortecer os estímulos para que as excitações que chegam possam ser assimiladas pelo psiquismo (FREUD, 1920). A morte da camada externa “salvou todas as camadas mais profundas do mesmo destino” (FREUD, 1920, p. 152), de tal modo que podemos falar de uma morte que protege a vida. Trata-se, como define Green (1966-67/1988) de amortizar para transmitir um registro enfraquecido das excitações.

Até agora falamos do destino das excitações externas, restando pensar qual seria a proteção possível em relação às pulsões. A problemática que é preciso considerar, para responder se há escudo protetor diante do pulsional, diz respeito ao estatuto das pulsões, se serão consideradas como externas ou internas ao aparato psíquico. Eis a questão assinalada por Lejarraga (1996), que observa uma ambiguidade presente na metáfora da vesícula, que, ao permitir várias leituras – pois é possível tomá-la pelo corpo, pelo aparelho psíquico ou pela instância egoica- , influi no que será considerado externo. Se tomarmos a vesícula pelo corpo, diremos que somente as excitações que lhe são exteriores possuem potencial traumático. As pulsões, por assim dizer, ficariam de fora. Se optarmos por pensar a vesícula como representante do psiquismo ou do eu, incluiremos as pulsões como fonte de estímulos que podem se tornar excessivos.

É por se originarem no corpo que as pulsões participam do que é externo ao psiquismo. Garcia-Roza (1995/2004) desenvolve esta ideia de externalidade da pulsão, assinalando que há uma diferença entre a pulsão e seus representantes psíquicos, de modo que é preciso distinguir entre a pulsão em si mesma de sua presentificação no psiquismo, admitindo-se, portanto, duas regiões do campo psicanalítico: a do aparato psíquico – regido pelo princípio do prazer - e outra, a da pulsão em si, região além do princípio do prazer. Esta seria uma maneira de encaminhar a questão, incluindo as pulsões na externalidade a que Freud se refere.

Entretanto, é preciso considerar que não se foge da pulsão como se foge de um estímulo externo. Deste modo, ainda que se queira sustentar que a pulsão tem uma externalidade em relação ao psiquismo, na verdade sua localização é fronteira: conceito-limite entre psíquico e somático (WINOGRAD, 2013). Responder se as pulsões são externas ou internas ao psiquismo é uma falsa questão, na medida em que podem ser pensadas como externas e internas ao mesmo tempo. Não é possível, deste modo, fugir da força constante que a pulsão imprime, entre corpo e psiquismo. É isto que Green (1966-67/1988) sublinha com bastante clareza, quando pondera que, embora as operações de amortizar a excitação externa e a pulsional pareçam homólogas, não podem ser tomadas como equivalentes.

Enquanto o poder de recusa colocado diante das excitações externas elimina-as, a recusa das pulsões só pode ter como consequência o retorno ao processo inconsciente, uma nova carga que provoca e repete a pressão em direção à consciência, cujos poderes de rejeição são limitados. Basta pensar o retorno do recalçado. Se o próprio processo de recalçamento não tem o mesmo sucesso que o dispositivo do pára-excitação, a situação se complica se pensarmos que estamos no terreno do irrepresentado, onde ainda não há recalque possível. Deste modo, podemos supor que o que torna a experiência de choque efetivamente traumática diz respeito à estimulação pulsional que a vesícula recebe, contra a qual “não há escudo protetor eficaz” (BORGES, 2012, p. 29).

A camada cortical receptora de estímulos não possui uma proteção capaz de resguardá-la contra os afluxos de excitações oriundas do interior do organismo. Portanto, necessariamente, essas transmissões de estímulos internos acabarão por assumir o papel de importância econômica maior; aliás, adquirirão uma magnitude econômica tão considerável que muitas vezes acarretarão perturbações econômicas apenas comparáveis às encontradas nas neuroses traumáticas. Quanto às fontes de excitação de origem interna, as principais e mais abundantes são constituídas pelas chamadas pulsões [*Triebe*] do organismo (FREUD, 1920, p.157-158)

Deste modo, o que precisa ser evidenciado é que o traumático diz respeito ao desencadeamento de um excesso de pulsão de morte. Situar de onde vem esse excesso - se do corpo ou do psiquismo - não nos importa, na medida em que tomaremos a pulsão como psíquica e somática ao mesmo tempo: conceito-limite, como vimos. Em relação a estas considerações, Green (2008) apresenta que, com o advento da segunda tópica, não se fala mais na instância inconsciente, mas no Id, que abarca as pulsões, aspecto que o autor considera não ter tido a devida atenção: “(...) na primeira tópica, as pulsões tais como são estão *fora do aparelho*; apenas às suas representações é permitido fazer parte. Aqui, a pulsão já faz parte de direito do mundo psíquico e não mais está situada fora deste” (GREEN, 2008, p. 130). O que nos importa dessa discussão é apontar para o fato de que, na primeira tópica, Freud parece não se preocupar com a região da pulsão em si mesma, apontada por Garcia-Roza (1995/2004).

Importa mais o revestimento psíquico dado ao pulsional, ainda que a ideia de pulsão enquanto força que obriga o aparato a trabalhar se faça sempre presente. “Se o instinto não se prendeu a uma ideia ou não se manifestou como um estado afetivo, nada poderemos conhecer sobre ele” (FREUD, 1915b/1996, p.182). Assim, se a pulsão não se apresentar através de seus representantes psíquicos - afeto e representação - é como se não existisse. O que não se inscreveu como representação está fora do campo psicanalítico, ainda que Garcia-Roza (1995/2004) apresente essa região da pulsão como pertencente à psicanálise, anunciando o que virá a partir da segunda teoria pulsional e segunda tópica. Antes disso, ainda não há espaço para incluir os efeitos do que não se representa, no discurso freudiano.

Entretanto, quando Freud (1923) coloca a pulsão como parte do aparelho psíquico, vê-se obrigado a levar em consideração o infigurável, o irrepresentável (KNOBLOCH, 1998). Se antes podíamos pensar a exterioridade da pulsão enquanto alteridade interna em relação ao aparato psíquico, a partir da segunda tópica, como propõe Cardoso (2010), a pulsão será tomada como (...) “uma exterioridade, uma “diferença” em relação ao espaço egóico” (CARDOSO, 2010, p. 84). Se a efração provocada pelo trauma, portanto, não pode estar separada da ação de uma força pulsional que transgride os limites do eu (CARDOSO, 2011), a transgressão é da pulsão de morte, elemento que ataca de dentro e não se presta a efetiva interiorização ou recalçamento (CARDOSO, 2010). A compulsão à repetição, enquanto destino do trauma, implica na ocupação do psiquismo pela pulsão de morte (DOUVILLE, 2003). Nesse sentido, a pulsão de morte encarna o irreduzível que há no excesso, assim como

na repetição, marcando ao mesmo tempo um limite do trabalho psíquico e a dimensão indomável da força pulsional. O corpo estranho formulado nos estudos sobre a histeria assume sua potência agora. Se podemos pensar o trauma como corpo estranho interno, podemos estender isto à pulsão de morte.

Teremos, então, a possibilidade de existência de uma certa modalidade de força pulsional que seria irreduzível à representação e que não tem acesso ao encadeamento simbólico. É aí que se insere o conceito de pulsão de morte (uma energética sem representação), que se opõe às tentativas de simbolização realizadas por Eros (KNOBLOCH, 1998, p. 98).

Se Freud, ao se confrontar com a razão, primeiro tentou subvertê-la com o conceito de inconsciente, depois o fez através da pulsão. O irrepresentável, que não tinha espaço na teoria, encontra lugar com a pulsão de morte, elemento radicalmente novo (KNOBLOCH, 1998). Com ele, Freud faz valer um novo dualismo entre as pulsões de vida e as pulsões de morte. Tanto as pulsões sexuais quanto as pulsões de autoconservação passam a fazer parte das pulsões de vida, também designadas pelo termo “Eros”: força de representação. Estas são caracterizadas por construir e manter unidades cada vez maiores, representando todo o investimento que procura ligar (FREUD, 1920). A meta essencial das pulsões de vida, portanto, é a de garantir uma função objetualizante. Isto significa que seu papel é o de criar possibilidades de investimento, através da busca e da criação de objetos. Desta forma, pode elevar à categoria de objeto o que não possui qualidade, atributo ou propriedade de objeto. No limite, representa o investimento no próprio investimento, um querer desejar, em que o próprio investimento é objetualizado (GREEN, 1988b).

As pulsões de morte, em contrapartida, tendem a destruir as unidades buscando o retorno ao estado anterior, onde reina o repouso absoluto, que elimina qualquer tipo de tensão: força sem representação. Elas estão inicialmente voltadas para o interior e tendem à autodestruição, dirigindo-se para fora secundariamente como pulsão de destruição (FREUD, 1920, 1930). Ao contrário da pulsão de vida, a meta da pulsão de morte é a de realizar a função desobjetualizante, através do desligamento. Para tal, ataca as relações com o objeto e com todos os substitutos deste, no sentido de desfazer as ligações existentes. No limite, o desligamento incide sobre o próprio investimento, na medida em que este sofre um processo de objetualização. A destrutividade da pulsão de morte, desta forma, pode ser caracterizada pelo desinvestimento (GREEN, 1988b).

O terreno em que estamos pisando é do além do princípio de prazer, do inassimilável, do intraduzível, que vem convocar respostas defensivas da ordem da compulsão à repetição, cujo caráter de impulsão repentina “(...) resulta da precariedade dos mecanismos de elaboração psíquicos aí implicados: limite, agora, da representação, condição necessária dessa modalidade de resposta (CARDOSO, 2010, p. 81). Podemos pensar, como sugere Douville (2003), que não se trata de uma inibição do pensamento, mas de uma recusa – uma recusa a significar uma experiência que não tem sentido algum, em que mais vale que o sujeito se retire ou seja retirado do discurso. O que se apresenta em 1920, portanto, diz respeito a um *funcionamento em traumático*, tal como propõe Bokanowski (2005), em que vemos operar uma luta contra o terror, através da repetição do terror, do qual o psiquismo guarda um resto não elaborado, não importando quais sejam suas capacidades de ligação e de simbolização (BOKANOWSKI, 2005).

A diferença fundamental entre os modelos do trauma, deste modo, refere-se ao aspecto de irrepresentabilidade que já se apresenta a propósito do corpo estranho formulado nos estudos sobre a histeria, mas que ganha espaço valendo-se do além do princípio de prazer, através do conceito de pulsão de morte e de compulsão à repetição. É a partir de 1920, portanto, que podemos pensar em um novo horizonte relativo à concepção do aparelho psíquico, que passa a englobar elementos para além do recalcado, como as marcas traumáticas que, não podendo ser interiorizadas como representações psíquicas, tendem a ser exteriorizadas pela via do ato, apontando para a dimensão de apresentação (CARDOSO, 2010). Diversas autoras como Knobloch (1998), Lejarraga (2008) e Borges (2012) apontam para a importância das contribuições de Ferenczi acerca do trauma, principalmente no que diz respeito ao aspecto de não representação.⁵ O autor nos ajuda a entender a face de terror e desamparo psíquico promovido em jogo no traumático:

Um choque inesperado, não preparado e esmagador, age por assim dizer como um anestésico. Mas como é que isso se produz? Segundo parece, pela suspensão de toda espécie de atividade psíquica, somada à instauração de um estado de passividade desprovido de toda e qualquer resistência. A paralisia total da motilidade inclui também a suspensão da percepção, simultaneamente com a do pensamento. A consequência dessa desconexão da percepção é que a personalidade fica sem nenhuma proteção. Contra uma impressão que não é percebida não há defesa possível (FERENCZI, 1934, p. 129).

⁵ Importante assinalar que Ferenczi foi pioneiro no que diz respeito à invenção de propostas clínicas para dar conta dos limites da palavra na técnica analítica clássica (Lejarraga, 2008).

Ferenczi (1934) evidencia a impossibilidade de processamento psíquico diante da irrupção do traumático que, segundo o autor, não pode sequer ser percebido enquanto tal. O evento traumático é um não-evento, qualquer coisa que não se produziu, como aponta Janin (1999). Winnicott (1974) descreve em seu texto, *O medo do colapso*, que o sujeito guarda e repete as marcas da experiência traumática, não por conta dos afetos dolorosos suscitados, mas porque não pôde vivenciar o fato traumático quando ele aconteceu, na medida em que “(...) o paciente não estava lá” (WINNICOTT, 1974, p.75). O efeito do traumático, deste modo, aponta para perturbações profundas do psiquismo, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de simbolização (BORGES, 2012).

É nesse sentido que Roussillon (2006) aponta que a capacidade ou incapacidade de ligação do eu diz respeito à possibilidade de organizar ou construir uma *neurotica*, ou seja, uma teoria do traumatismo capaz de dar sentido a um sofrimento que não poderia ser significado de outro modo. “As *neurotica* são formas de representação da ausência de representação” (ROUSSILLON, 2006, p. 227). A *neurotica* de Roussillon nos parece ressoar do conceito de alucinação negativa de Green (2008), que desenvolve que a possibilidade de representar a ausência de representação diz respeito ao apagamento daquilo que deveria ser percebido, para viabilizar a instauração de um vazio que impulsiona as ligações capazes de construir as representações e as abstrações do pensar, parte do trabalho do negativo em sua face estruturante, que veremos no terceiro capítulo.

Deste modo, trata-se de dotar de ‘revestimento psíquico’ ou dotar de ‘predicado’ o que se apresenta enquanto ‘coisa’, irrepresentado (SCARFONE, 2013). Scarfone (2013) também nos ajuda a pensar esta problemática ao apontar que não é possível ficar muito tempo confrontado com a ‘coisa’, sem tentar revesti-la psiquicamente através de imagens e pensamentos. O trabalho de ligação que Freud considera em *Além do princípio de prazer* como a função essencial do aparelho psíquico é um trabalho de cobertura disto que se apresenta, que está longe de ser simplesmente decorativo (SCARFONE, 2013). A pulsão de morte, enquanto elemento irrepresentável, pode ser pensada como algo que convoca o psiquismo para esse trabalho de revestimento.

A ausência de representação é, portanto, intolerável e um aparelho em bom estado de funcionamento trata logo de construir, de arranjar uma representação qualquer, desde que esta traga ao menos um semblante de sentido. Se a quantidade de excitação ou o despreparo impedirem a ligação, a situação se deteriora, danificando o próprio aparelho psíquico, ao qual não resta senão a via da descarga, ou para o exterior – é o agir –, ou para o interior do corpo – é a somatização –, tudo sob a égide da compulsão à repetição. O atual, “o cômico”, opera então no sentido primeiro de obstáculo, de bloqueio, de impasse (SCARFONE, 2013, p. 26).

É nesse sentido que Scarfone (2013) propõe o termo “impassado” para designar esse tempo atual, que nunca se torna passado, uma vez que não consegue se fazer representar. Seguindo essa lógica, Winograd, Klautau e Sollero-de-Campos (2014) propõem que, neste modo de funcionamento psíquico, o que se instaura é uma temporalidade do “presente permanente”, tempo que não passa na medida em que a compulsão à repetição surge como atualização incessante do trauma, apresentando-se como um esforço de elaboração fracassada, como testemunham os sonhos da neurose traumática.

Diante disto, podemos pensar que os modelos do trauma apresentam uma diferença relativa à temporalidade, à forma de se relacionar com o tempo. Se o traumatismo é passível de elaboração, de entrada em processo de ressignificação, o traumático e o trauma (que veremos adiante) se aproximam de um tempo que não passa, que não se deixa apreender pela construção de sentido, embora se mantenha como empuxo nessa direção. Essas diferenças podem ser melhor apreciadas se lembrarmos das roupagens distintas que o conceito de compulsão à repetição⁶ apresenta: em 1914, em *Recordar, repetir e elaborar*, ligado à expressão do recalcado e, portanto, pertencente à esfera representacional e à temporalidade do *a posteriori*, apresentando o “funcionamento em traumático” da primeira face do trauma que vimos. Em 1920, em *Além do princípio de prazer*, relacionado à não representação, efeito da pulsão de morte, denunciando o congelamento do tempo, tal como expressa o “funcionamento em traumático” do segundo e terceiro modelo do trauma.

Neste ponto, retornamos à problemática do irrepresentável, que Borges (2012) propôs como contraponto ao modelo da representação recalcada. É importante atentar, como sugere Knobloch (1998), que o irrepresentável não encontra uma residência fixa em psicanálise, podendo ser localizado do lado do somático ou então do não simbolizável etc. Além disso, varia também seu estatuto, pois pode ser chamado por

⁶ Veremos essas formas distintas do conceito de compulsão à repetição com mais detalhes, em nosso segundo capítulo.

outros nomes como o inominável, o que escapa, o real e também o traumático. Poderíamos acrescentar a esta lista a pulsão de morte e a angústia. Afora isso, a autora nos apresenta que também são vários os destinos atribuídos ao irrepresentável, como também são muitas as patologias a ele associadas, em geral as mais complexas (KNOBLOCH, 1998). Diante da variedade de modos de encaminhamento desta problemática, sobre as quais não iremos nos ater, restam duas questões que nos parecem fundamentais:

A questão que se apresenta é a de saber se o que é da ordem do traumático, entendido aqui como aquilo que rompe com os sistemas de representação, ou seja, o irrepresentável, poderia vir a se inscrever nos sistemas de representação e de que maneira. Mas podemos ir além e nos indagar se se trataria de inscrição nos sistemas de representação ou se não haveria outras formas de “elaboração” do traumático, para além ou aquém dos sistemas de representação (KNOBLOCH, 1998, p. 22).

Assim, teríamos que pensar primeiro se é possível a inscrição do irrepresentável ou se estamos apontando para uma limite intransponível, posto que o irrepresentável se define mesmo pela impossibilidade de ser representado. Como pergunta Duparc (2001), a ideia de irrepresentável é absoluta ou relativa, diz respeito ao que ainda não foi representado pelo sujeito, ou se trata de uma aporia definitiva? Quais são pois os limites da representação, se não aquele ao qual o sujeito se vê confrontado ao irrepresentável (DUPARC, 2001)? Estas problematizações fazem com que Duparc (2001) estabeleça uma distinção entre uma ideia de “irrepresentável” e outra de “irrepresentado” que não nos parece gozar de uma rigidez quanto ao uso desses termos. Aponta apenas para o fato de que parte do que chamamos de irrepresentável diz respeito a um irrepresentado que ainda não encontrou o caminho da representação. O que chama a atenção desta distinção diz respeito à ênfase a que cada uma dessas palavras remetem. Se o irrepresentável aponta para algo da ordem do impossível de simbolizar, refratário a qualquer possibilidade de representação, o irrepresentado, por sua vez, remete ao que ainda não foi representado, apontando para uma potencialidade representacional considerável.

Neste sentido, o irrepresentável enfatiza a ideia de limite insuperável, enquanto o irrepresentado acentua a noção de limite que permite ultrapassagem. Isto não quer dizer, entretanto, que o irrepresentável não possa também ser tomado como portador de uma potência de transformação, na medida em que obriga o psiquismo a um trabalho de cobertura interminável desta dimensão para sempre inapreensível. Assim, o interesse

maior na distinção entre estes dois termos não se faz apenas por conta de uma positividade mais acessível que o termo irrepresentado comporta em princípio, mas sobretudo pelo fato de que, ainda que o limite da representação esteja posto para todos, é próprio a cada um (DUPARC, 2011). Ou seja, se (...) “as representações comportam níveis diferentes de maturidade; conseqüentemente, o irrepresentável conhece graus, é relativo (DUPARC, 2011, p. 47). Pois do mesmo modo em que existem níveis de representação ⁷ (verbal, figuração imaginária, afeto), há também níveis de irrepresentável.

Cada nível de representação comporta seu tipo de limite, sua bordadura, seu negativo, graças ao qual pode entrar em contato e se ligar tanto com o nível que o precede quanto com aquele que o sucede e o contém. (...) Este limite pode ser tanto interno, constituindo então uma barreira elaborada, psiquizada, integrada no pára-excitações; quanto externo, apelando a um enquadre, a um apoio externo do qual o sujeito está, então, extremamente dependente para seu equilíbrio narcísico, e mesmo vital (DUPARC, 2001, p. 47)

Se usamos os termos “irrepresentável” e “irrepresentado” de modo indiscriminado, agora daremos preferência à palavra irrepresentado, em respeito ao fato de que não é possível determinar de antemão o que é irrepresentável para este ou aquele sujeito, dado absolutamente singular. Contudo, pensamos ser fundamental não negligenciar que há uma dimensão irrepresentável, ponto eternamente cego colocado para todos. Ou seja, por outro lado o irrepresentado pode, na verdade, tratar-se mesmo de um irrepresentável. Quando Knobloch (1998) pergunta se a questão deve ser tomada pela via da inscrição do irrepresentado no universo representacional, parece-nos apontar para o fato de que há trabalho psíquico para além da inscrição das representações. Voltaremos a isto mais tarde. Diante desta discussão, o que nos importa mais é o rompimento com a soberania representacional enquanto único modo de trabalho psíquico, superior ao irrepresentado e único destino deste, pois, de certo modo, o irrepresentado é fundamental para produzir movimento.

Assim, poderíamos apontar para uma relação de complementariedade entre irrepresentado e representado que substitui uma suposta hierarquia. Por este viés, é possível uma relativização da dimensão do trauma que, visto deste modo, pode ser tomado como pressão no sentido da complexificação psíquica. Ainda que estejamos no

⁷ Para maiores informações sobre os níveis da representação, ver Duparc (2001).

terreno do traumático, que apresenta potencial desestruturante significativo, é preciso apostar que o trabalho analítico pode dotar de revestimento psíquico isto que não se inscreve, em um trabalho de inclusão que ultrapassa o tempo permanente na direção de uma temporalidade que se reinventa a cada momento (SCARFONE, 2013). Ou, então, que o trabalho sobre o irrepresentado permanece como irrepresentável, não tendo como resultado uma inserção psíquica aos moldes representacionais, mas que ainda sim se apresenta como empuxo em direção à diferença.

1.3

A face narcísica

A face narcísica do trauma, que surge em 1939 com *Moisés e o monoteísmo*, deve ser considerada como um verdadeiro mergulho no terreno do irrepresentado. Diríamos que, quase vinte anos depois da elaboração do conceito de pulsão de morte, juntamente com as contribuições de Ferenczi (1934), já é possível para Freud avançar com mais segurança sobre os efeitos do que não se representa sobre o psiquismo. Freud dará lugar à reflexão sobre a incidência precoce do traumatismo, assim como à ideia de um trauma originário constitutivo da subjetividade humana. Portanto, trata-se da problemática do trauma em um momento em que o eu está se formando e a linguagem ainda não está estabelecida. “Os traumas são ou experiências sobre o próprio corpo do indivíduo ou percepções sensoriais, principalmente de algo visto e ouvido, isto é, experiências ou impressões” (FREUD, 1939, p. 89). Será neste modelo que veremos aflorar as implicações da estreita relação entre desamparo e trauma, que já começam a ganhar corpo em 1926, com *Inibições, sintoma e angústia*.

É neste último texto que Freud (1926) desenvolve a noção de desamparo (*hiflogsikeit*) como paradigma do traumático, inferido da impotência do recém-nascido humano, em sua impossibilidade de empreender as ações específicas adequadas a pôr fim às tensões internas que experimenta. Esta situação levaria a um aumento da tensão que o aparelho psíquico ainda não pode dominar, resultando no que poderíamos chamar de uma primeira vivência de angústia (FREUD, 1926). Esta teorização de 1926, ao mesmo tempo em que apresenta um desdobramento do segundo modelo do trauma, na medida em que segue o caminho proposto em 1920 de pensar os efeitos do excesso no

psiquismo como rompimento do pára-excitação, remete ao estado do lactente que depende inteiramente do outro para sobreviver.

Deste modo, pensamos que o estado de desamparo (*hiflosigkeit*) anuncia dois aspectos correlatos: a dependência do humano em relação ao outro, na medida mesmo em que só se constitui na relação com outrem; e a fragilidade da condição humana, absoluta nos primeiros momentos da vida (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004). Por apontar para a importância do objeto e para a fragilidade egóica, pensamos que os desenvolvimentos de 1926 se apresentam como um primeiro tempo do modelo narcísico do trauma. Esta é a razão pela qual decidimos incluir este momento como uma espécie de primeiro tempo do modelo narcísico, contrariando a periodização de Bokanowski (2002, 2005).

Em 1926, estas experiências de perda ou separação – estado de desamparo – tornaram-se o paradigma da angústia por transbordamento em função de seus efeitos de aumento progressivo da tensão até o ponto de o sujeito sentir-se submergir em excitações que ele é incapaz de dominar. Nota-se um recuo da teorização freudiana em direção às experiências traumáticas na estruturação do psiquismo (WINOGRAD, KLAUTAU, SOLLERO-DE-CAMPOS, p. 162).

Quanto às situações potencialmente traumáticas, Freud lista o nascimento, a perda do amor do objeto, a castração e a perda do amor do supereu. Se analisarmos essas situações, veremos que todas apontam para a perda do outro, ou separação do objeto, que, em última análise, é um deslocamento da angústia infantil diante da ameaça causada pela ausência da mãe. Antes de adentrarmos pela problemática do objeto primário, é preciso explorar o lugar da angústia, testemunha de um trabalho anterior à representação, enquanto afeto que participa da resposta ao traumático.

Em 1926, Freud reformula sua teoria da angústia, através de uma inversão. Se a primeira teoria supunha que a angústia advinha de uma tensão libidinal acumulada que não foi descarregada, ou seja, que diante do recalque, o afeto liberado teria como destino a transformação em angústia, a segunda teoria inverte a equação. Não é o recalque que produz angústia, mas é esta quem possibilita a ação do recalque. A angústia, deste modo, é pensada como um sinal emitido pelo eu para avisar a existência de uma situação de perigo, com objetivo de evitar ser submerso (FREUD, 1926).

Isto ocorre porque o que causa horror, como anuncia Fortes (2012), é a falta de preparo prévio realizado pela angústia, preparação que viabiliza os “contrainvestimentos” necessários à invasão energética inassimilável pela

representação. O que Fortes nos mostra (2012) é a possibilidade de um trabalho psíquico anterior à representação. “A angústia constitui, deste modo, *uma primeira ligação* que faz uma organização inicial no terreno psíquico, para que, depois, o princípio de prazer possa ser detonado” (FORTES, 2012, p. 98). A angústia pode ser pensada como trabalho psíquico, trabalho de ligação que não é feito através da representação. Fortes (2012), neste sentido, caminha na mesma direção de Knobloch (1998) ao problematizar a hegemonia da representação, em um esforço de “(...) pensar um trabalho que não seja concebido exclusivamente como simbolização” (FORTES, 2012, p.115).

Como bem coloca Garcia-Roza (1993/2002), a angústia é da ordem do sinal e não da ordem do significante, fazendo-se explicar em termos de pura intensidade, que não se acompanha de representação psíquica. O que caracteriza a vivência de angústia são expressões corporais tais como aceleração do ritmo cardíaco, hiperatividade pulmonar etc. (GARCIA-ROZA, 1993/2002). É esta pura intensidade, portanto, quem prepara previamente o psiquismo para o trabalho representacional. Pois é necessária uma mobilização energética através do contrainvestimento, que se faz pela retirada de energia dos outros sistemas, no intuito de realizar um investimento de magnitude intensiva proporcional à invasão do trauma. O que Fortes (2012) observa é que o sistema atingido não age por ato reflexo, ou seja, não utiliza a própria energia que o afetou para expulsá-la. Ele precisa da energia dos sistemas vizinhos para descarregar o excesso provocado pelo trauma, daí o empobrecimento dos doadores de energia.

Assim, vemos que a própria operação da descarga não ocorre de maneira automática, pois requer um trabalho prévio de deslocamentos direcionados de energia. Propomos pensar a mobilização energética que se produz diante do impacto traumático como paradigmática desta primeira ligação, na medida em que é o contrainvestimento que permite ao psiquismo tramitar a energia excedente (FORTES, 2012, p. 98)

Deste modo, é a angústia que detona o trabalho de repartição e circulação energética entre os sistemas psíquicos, realizando um trabalho prévio à ligação aos moldes representacionais. Dada sua dimensão puramente intensiva, pode ser considerada como algo mais próximo da dimensão de apresentação, própria ao irrepresentado, daí a chamarmos de angústia sinal. Assim, ao mesmo tempo em que a angústia sinal pode ser pensada como amostra do que não se representa, “é também o que ativa a filtragem pela qual se obtém a escotomização da dimensão de apresentação” (SCARFONE, 2013, p. 12). Ou seja, ao mesmo tempo em que a angústia desestabiliza o

eu, instância que se relaciona com o mundo externo, retendo dele apenas a parte assimilável, é quem permite a mobilização das defesas necessárias diante do que se apresenta, em princípio, como irrepresentável (SCARFONE, 2013). Evidentemente que se trata de uma angústia *a minima*, como define Scarfone (2012), uma pequena desestabilização do eu, pois se exceder o sinal, ela promove efeito antagônico, paralisando o sujeito e impedindo qualquer forma de defesa.

Não é por acaso que Freud (1926) diferenciou a angústia sinal da angústia automática: se a última se apresenta como efeito de uma situação traumática, de um transbordamento insuportável de excitação, a primeira serve como resposta do eu à ameaça de uma situação traumática, sendo ao mesmo tempo expectativa e repetição do trauma em forma atenuada (FREUD, 1926). Assim como a angústia é originalmente reação ao desamparo vivido diante de um trauma, é também um sinal em busca de ajuda, reproduzido diante de uma situação de perigo. O eu, que uma vez experimentou o trauma passivamente, o repete através do afeto de angústia, em versão enfraquecida e com o objetivo de dominá-lo (FREUD, 1926). Eis a importância da compulsão à repetição, que veremos no próximo capítulo.

O deslocamento de uma forma de angústia para a outra parece apontar para a inevitável presença da angústia automática na vida humana, resposta ao trauma originário, cujo protótipo é o desamparo primário que todos vivemos. É como se fosse necessário postular um trauma na origem, estrutural, quase como condição para que se possa realizar uma certa prevenção de um novo traumatismo. Será em *Moisés e o monoteísmo*, de 1939, que Freud irá concluir que toda neurose tem um fundo traumático, ainda que pareça apenas uma reação anormal a algo tomado como irrelevante para outro sujeito. “Nossas pesquisas demonstraram que aquilo que chamamos de fenômenos (sintomas) de uma neurose são resultado de certas experiências e impressões que, por essa mesma razão, encaramos como traumas etiológicos” (FREUD, 1939, p.88). A ideia de série complementar é retomada, para justificar que aquilo que é traumático para uma determinada constituição não o é para outra.

Independentemente da singularidade de cada um, vemos operar uma generalização do trauma, que se faz presente para todos como experiência constitutiva. Freud (1939) dirige seu pensamento para um tempo anterior, originário e mítico. Se a primeira teoria do trauma apresenta um aspecto organizador do traumatismo, cujo pivô é a sexualidade infantil, vemos aparecer agora a ideia de um trauma original, fundador

da subjetividade. Entretanto, Freud (1939) não para por aqui, pois também irá pensar as consequências para o psiquismo da vivência de traumas precoces, anteriores ao momento em que a sexualidade infantil ganha importância. Somado ao trauma originário, portanto, podemos encontrar traumas que incidem em um período em que o eu ainda está em processo de constituição e é por isso que chamamos de modelo narcísico à teoria do trauma de 1939. Assinalar o desamparo nos primórdios, contudo, não impede que pensemos na repetição desta vivência, que pode se atualizar a qualquer momento, como vimos a propósito do modelo econômico.

Deste modo, se há um trauma original, que organiza o psiquismo de forma a marcar sua dependência ao outro, Freud (1939) também vai trabalhar a ideia de traumas precoces, cujos efeitos são desestruturantes. É preciso, deste modo, marcar a diferença entre um trauma constitutivo da subjetividade, aspecto estrutural, necessário e inevitável da condição humana, de traumas contingentes, como os traumas precoces, que agora queremos aprofundar. É neste sentido que devemos pensar a economia do desamparo ou os níveis que este pode alcançar relacionados diretamente com a qualidade dos cuidados empreendidos pelo objeto primário. O trauma de 1939 que nos interessa pensar agora, portanto, produz um dano narcísico e uma ruptura do eu (BOKANOWSKI, 2005). Há dois aspectos intimamente articulados sobre os quais iremos nos ater: a inadequação do objeto primário e o consequente dano narcísico provocado pela clivagem. Antes, vejamos as duas definições de Freud (1939) a propósito do trauma.

A primeira o define como impressões experimentadas muito cedo e que são esquecidas e a segunda retoma a ideia de que os traumas são impressões, experiências sobre o próprio corpo ou percepções sensoriais, principalmente de algo visto ou ouvido. Para caracterizar essas experiências, haveria três fatores que seriam (1) o fato desses traumas se darem na primeira infância; (2) serem completamente esquecidos, não acessíveis à memória, posto que incidiriam no período de amnésia infantil. Poderia haver deles apenas resíduos mnêmicos isolados na forma de lembranças encobridoras. Por fim (3), as experiências em questão teriam como efeito “danos precoces ao ego” ou “mortificações narcísicas” (FREUD, 1939, p. 89).

Assim, o que Freud nos diz é que os traumas produzem zonas psíquicas mortas ou *fueros*, se quisermos (FREUD, 1939), que se estabelecem como uma espécie de “(...) estado dentro de um estado” (FREUD, 1939, p. 91) . O mecanismo de defesa central é a clivagem, que consiste na expulsão (*split off*) das partes “danificadas” e mortificadas, posto que não puderam se inscrever em representações passíveis de

recalcamento e de retirada para o inconsciente. Estamos diante da impossibilidade de integração do vivido, que produz danos precoces ao eu em formação. A parte do eu afetada pelo trauma, portanto, deve ser separada e isolada, clivada e alienada do resto do funcionamento psíquico.

Roussillon (1999) recomenda que chamemos a este processo dissociativo de “clivagem ao eu”, para diferenciá-lo da “clivagem do eu” de Freud, que descreve este processo como a coexistência de “duas reações contrárias, ambas válidas e eficazes” (FREUD, 1940, p. 293). Enquanto uma reação recusa a realidade, a outra aceita, “e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa” (Loc. cit.). O que Roussillon sublinha é que as mortificações narcísicas teorizadas por Freud devem ser pensadas fora do escopo da representação, como partes irrepresentadas amputadas do eu, que se alienam do resto do funcionamento psíquico. Isto é diferente da clivagem do eu, que apresenta dois modos de representação opostas do traumático e que coexistem no território egóico.

É nesse sentido que autoras como Borges e Cardoso (2011) e Garcia (2011), em estudo sobre o conceito de clivagem na obra de Freud, apontam para a importância de outros autores para o desenvolvimento desta temática, na medida em que Freud não se dedicou a pensar exaustivamente este aspecto irrepresentado do clivado,⁸ ainda que tenha aberto cada vez mais espaço para que os efeitos da irrepresentabilidade sejam pensados psicanaliticamente. Além disso, há muitos desenvolvimentos interessantes que podemos extrair de outras fontes, no que se refere à fundamental importância do objeto primário para pensarmos a dinâmica do trauma. É levando isto em conta que apresentaremos brevemente alguns importantes leitores de Freud, responsáveis pelo aprofundamento destas problemáticas apresentadas implicitamente, tais como Ferenczi, Winnicott e Green. Cada um trabalha, a seu modo, as consequências psíquicas de um ambiente precário e dos efeitos psíquicos do que não se pode representar.

Notemos que no modelo narcísico é possível circunscrever o excesso, especificamente relacionado à qualidade da função materna, único escudo protetor possível neste momento em que o sujeito não goza de um eu constituído nem de capacidades de empreender as ações necessárias para dar fim às tensões que experimenta. Atento a isto, Ferenczi (1933) propõe que se desloque a função de escudo protetor do aparelho psíquico para o ambiente, tomando a relação que se estabelece

⁸ Para estudo mais detalhado, consultar Borges e Cardoso (2011) e Garcia (2011).

entre a criança e seu entorno como constitutiva da subjetividade (FERENCZI, 1929). O autor propõe que pensemos o trauma como falha ambiental, resultado do abandono da criança durante o processo de elaboração e produção de sentido, impossível de ser realizado sem a sustentação de um adulto (WINOGRAD, KLAUTAU e SOLLERO-DE-CAMPO, 2014).

Para Ferenczi (1931), desde muito cedo as crianças são capazes de registrar sinais conscientes e inconscientes de desamparo que continuam presentes no psiquismo infantil, mesmo que não sejam nomeados enquanto tais. Por não serem representáveis, estes sinais que testemunham tanto a falta quanto o excesso de resposta do objeto, são conceituados como traumáticos, tendo na sedução da criança pelo adulto sua figura paradigmática, como observa Winograd, Klautau e Sollero-de-Campos (2014). Para Ferenczi (1933), portanto, o trauma está ligado à confusão de línguas, em que a “sedução” da criança pelo adulto se dá através da confusão entre a “linguagem da ternura” da criança e a “linguagem da paixão” do adulto. Embora o modelo teórico da confusão de língua remeta ao abuso sexual, deve ser estendido ao castigo físico excessivo ou à própria hipocrisia do adulto em relação à criança (PINHEIRO, 1995; LEJARRAGA, 2008). Deste modo, o alcance desta formulação é muito maior, pois a confusão está ligada a respostas inadequadas do objeto frente ao desamparo da criança, assim como àquelas dadas para satisfazer os desejos do próprio adulto (BOAKANOWSKI, 2005).

As crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade ainda é frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. *Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, a identificar-se totalmente com o agressor* (FERENCZI, 1933, p. 117).

A identificação com o agressor seria uma estratégia de sobrevivência, uma vez que a criança não teria qualquer possibilidade de reagir ao adulto idealizado, de quem depende em absoluto. A reação possível se faz através do rompimento consigo mesma, abrindo mão do testemunho de seus próprios sentidos. A criança repete, deste modo, a desqualificação de seus afetos, anteriormente produzida pelo ambiente em que estava inserida, que não lhe deu o devido sustento. Essa modificação de si consiste na incorporação do agressor e na identificação com sua culpa, que faria a criança se sentir

culpada e inocente ao mesmo tempo: eis a confusão de línguas. O medo da criança, portanto, transformaria a identificação em incorporação, fazendo com que o agressor desaparecesse da realidade externa, para existir dentro do próprio psiquismo (FERENCZI, 1933; LEJARRAGA, 2008; WINOGRAD, KLAUTAU e SOLLERO-DE-CAMPOS, 2014).

O processo de violação da criança através do desmentido produziria o que Ferenczi (1933) chamou de clivagem narcísica, em que uma parte da personalidade estaria preservada enquanto a outra estaria destruída e destituída de valor por falta de confiança nos próprios afetos. A parte preservada seria aquela que tudo sabe e nada sente, daí a figura do “bebê sábio”, traduzida clinicamente por uma criança madura intelectualmente e afetivamente infantil que, para fazer frente ao trauma, precisou retirar-se da esfera psíquica para tornar-se um sábio observador do acontecimento traumático (FERENCZI, 1933; BOKANOWSKI, 2005; WINOGRAD, KLAUTAU e SOLLERO-DE-CAMPOS, 2014). Bokanowski (2005) observa que a confusão de línguas testemunha algo que não aconteceu (WINNICOTT, 1974/1994), algo de excessivo, porque as possibilidades de metabolização do sujeito foram ignoradas, transformando brutalmente a “(...) relação de objeto, que se tornou impossível, numa relação narcísica” (FERENCZI, 1934/2011, p. 134). Voltaremos a este ponto adiante.

O trauma traduz assim uma *ausência de resposta adequada* do objeto face a uma situação de desamparo; ausência que mutila o ego para sempre, mantendo um estado traumático permanente e uma sensação de desamparo primária (*hiflosigkeit*) que dura toda a vida, podendo ser reativada em qualquer ocasião, inclusive aquela provocada pela situação analítica (BOKANOWSKI, 2005, p. 29)

Eis a dimensão que deve ser dada às respostas inadequadas do objeto, que marcam o sujeito pela vida afora. Ainda com Ferenczi (1929), podemos depreender mais consequências relativas ao mau acolhimento da criança pelo ambiente, lembrando que estes sinais, como impaciência, rudeza e ausência de afeto, seriam registrados fora dos moldes representacionais, determinando o enfraquecimento da vontade de viver da criança. O autor nos ajuda a pensar a relação do objeto com a pulsão, ao sustentar a hipótese de que a fusão ou desfusão da pulsão de morte e de vida dependem exclusivamente de como a criança será acolhida pelo ambiente. Assim, o bom ou mau acolhimento teriam diferentes consequências sobre a expressão da pulsão de morte e da pulsão de vida.

O que Ferenczi (1929) propõe, desta forma, é uma relação clara e direta entre um trauma provocado pelo fracasso do objeto primário e a pulsão de morte. Assim, o mau acolhimento por parte do cuidador, tomado como da ordem do traumático, teria como consequência uma expressão mais evidente da pulsão de morte, uma maior fixação desta. A pulsão de morte se expressaria por um pessimismo e por uma aversão à vida, quando não pela morte mesmo (FERENCZI, 1929). Receber um investimento afetivo precário por parte do objeto, em momento de tamanha dependência, “desregula” a dinâmica pulsional. Para Ferenczi (1929), a pulsão de vida não surgiria espontaneamente, mas como fruto de um ambiente favorável.

Assim, a situação de um bebê prontamente atendido em suas necessidades mais básicas será muito diferente da situação de outro que esperou longamente. Um infante não pode esperar mais que $x + y$ minutos em seu estado de desamparo. Se ao $x + y$ minutos, acrescentarmos um z de minutos, diremos que aconteceu um trauma (WINNICOTT, 1975). Como Ferenczi (1933, 1934), Winnicott (1975) também descreve a importância de um ambiente facilitador⁹, assim como a clivagem como defesa diante do trauma, chamando-a de cisão patológica. Esta se faz entre o “verdadeiro self”, escondido e empobrecido e o “falso self”, cujo traço predominante é a submissão às exigências do ambiente (WINNICOTT, 1960/2008). Para Winnicott, o trauma é provocado por falhas ambientais, implicando em “uma ruptura na continuidade da vida, de modo que defesas primitivas agora se organizaram contra a repetição da ‘ansiedade impensável’ ou contra o retorno do agudo estado confusional próprio da desintegração da estrutura nascente do ego” (WINNICOTT, 1967/1975, p. 135).

Roussillon (1999) apresenta interessante reflexão sobre o tempo de resposta do ambiente, teorizado por Winnicott (1967/1975), ao propor que, enquanto o registro temporal estiver em x , o bebê pode fazer uso de seus recursos internos para dar conta da ausência de resposta imediata. Diríamos que este estado de tensão é importante para produzir trabalho psíquico. Entretanto, a possibilidade de resolução se esgota diante da não-resposta. É neste momento que entramos em $x + y$, que desencadeia um estado de desamparo e deslança a reativação do traço mnésico das experiências de satisfação, resultando em um estado de falta, ainda de acordo com o princípio de prazer e passível de esperança, na medida em que é possível representar um objeto salvador.

⁹ Não cabe no escopo deste trabalho aprofundamento sobre a teoria de Winnicott e Ferenczi. Para maiores informações, ver Lejarraga (2008).

O tempo $x + y$, portanto, também mobiliza trabalho psíquico. Na verdade, apenas se o objeto cumprir sua função apaziguadora é que podemos falar em crescimento psíquico. Se, ao contrário, o tempo de espera for longo demais ou a resposta insatisfatória, configura-se um estado de traumatismo primário dominado pelo “terror agonístico” (ROUSSILLON, 1999) ou pelas “agonias primitivas” (WINNICOTT, 1974/1994). Ainda assim, é preciso pensar no trabalho analítico como aposta de que o terror absoluto possa se transformar ou, ao menos, servir de empuxo à subjetivação.

O sentimento de que a mãe existe dura x minutos. Se a mãe ficar distante mais do que x minutos, então a imago se esmaece e, juntamente com ela, cessa a capacidade do bebê utilizar o símbolo da união. O bebê fica aflito, mas essa aflição é logo corrigida, pois a mãe retorna em $x + y$ minutos. Em $x + y$ minutos, o bebê não se alterou. Em $x + y + z$ minutos, o bebê ficou traumatizado. (WINNICOTT, 1967/1975, p.135 -136).

É importante atentarmos que Ferenczi e Winnicott tratam as mortificações narcísicas de Freud como fruto do desamparo, detonado repetidamente por respostas inadequadas e desqualificantes do objeto primário. Destacam, portanto, a dimensão da alteridade, encarnada comumente pela mãe, posto que influencia de forma decisiva a estruturação do psiquismo. O complexo da mãe morta de Green (1980/1988) também nos mostra as consequências nefastas do fracasso do objeto primário para a constituição psíquica. Trata-se do desinvestimento maciço de uma mãe em relação ao seu filho, por causa de uma depressão que a captura. O quadro, portanto, apresenta uma mãe deprimida que deixou de investir em seu filho pequeno, com quem tinha uma boa relação antes da depressão. Para a criança, esse súbito desinvestimento materno é vivido como uma catástrofe que, além de provocar uma perda de amor, produz uma perda de sentido, já que a criança não dispõe de meios para dar conta do que ocorreu (GREEN, 1980/1988).

Em resposta à perda de amor, um movimento de defesa é acionado em duas frentes: o desinvestimento do objeto materno e a identificação inconsciente com a mãe morta (GREEN, 1980/1988). A destrutividade implicada no desinvestimento retorna sobre o eu, ao invés de dirigir-se ao objeto materno que, por estar desvitalizado, inviabiliza os ataques agressivos. Só o que sobra para se ter algo desta mãe é uma identificação primitiva com a mãe morta, matriz aprisionante, através da qual o sujeito irá se relacionar com outros objetos, em prontidão para desinvestir o que quer que apresente um risco de decepcionar (GREEN, 1980/1988 E GARCIA, 2012). Essa

exacerbação do desinvestimento objetal se faz em paralelo ao investimento narcísico, o que nos lembra o que disse Ferenczi (1934) a respeito da transformação da relação de objeto precária em relação narcísica.

A consequência do desinvestimento, para Green (1988b), pode resultar no que o autor chama de narcisismo negativo: “aspiração ao nível zero, expressão de uma função desobjetalizante que não se contentaria em recair sobre os objetos ou seus substitutos, mas sobre o próprio processo objetalizante” (GREEN, 1988b p. 66). O narcisismo negativo, portanto, seria uma medida defensiva radical ante a intrusão traumática do objeto que, por sua vez, detona a manifestação destrutiva da pulsão de morte. Pode ser pensado como uma busca da indiferença através do ataque ao investimento objetal, sempre causa de desprazer e, portanto, de tensão psíquica (GARCIA, 2010). Há um empenho promovido na direção de uma satisfação narcísica, preferível àquela submetida à dependência do objeto e de suas manobras aleatórias. É nesse sentido que Green (1979/1988) chama o objeto de objeto-trauma.

Ao falar de objeto-trauma, tenho essencialmente em vista a ameaça que o objeto representa para o Eu, à medida que força o Eu a modificar seu regime pela sua simples existência. Pois, de um lado, sendo o objeto interno à montagem pulsional, está carregado de toda a energética e de toda a fantasmática pulsionais; procura, portanto, penetrar o Eu desde o interior. Por outro lado, à medida que é externo à montagem pulsional, o objeto não está à disposição do Eu e este deve – ao mesmo tempo em que ordena as outras instâncias (o Isso, o Supereu e a realidade) – violentar-se para sair de sua quietude e *ir ao* objeto, como se diz *ir ao* trabalho. (GREEN, 1979/1988, p.154).

Se o objeto força o eu a um trabalho de ajustamento considerável, como diz Green (1979/1988), podemos supor que sujeitos acometidos por traumas precoces apresentam complicações significativas em suas relações objetais, na medida em que qualquer investimento pode ser potencialmente tomado como risco de traumatismo. O conceito de neutralização energética de Roussillon (1999) se aproxima do narcisismo negativo de Green, pois também fala de um modo de defesa radical contra a reativação do estado traumático primário. Esta se faz através da restrição ao máximo dos investimentos de objeto e das relações que trazem o risco de reativação do trauma e do estado de desamparo que o acompanha, em um processo de amortecimento afetivo e empobrecimento do eu, tal como sugere Borges e Cardoso (2011). Nesta mesma direção caminha Anzieu (1996/2012), com sua ideia de ligação ao negativo, em que todo

investimento em direção a novos objetos será submetido a uma compulsão de anulação ou desvalorização do vínculo, mantendo a fixação ao objeto primário insuficiente.

A função do objeto primário, portanto, deveria ser de amparar, de conter, de ligar a descarga pulsional, com a contribuição de uma ação fantasmática (BOKANOWSKI, 2005). Mais ainda, o objeto deve se deixar apagar (GREEN, 1979/1988), posto que sua ausência é fundamental para a estruturação psíquica, para que advenha uma nova relação com a realidade, com a abertura de espaço para outros investimentos. Deste modo, a perda é necessária para que o objeto primário possa ser internalizado como “estrutura enquadrante” do psiquismo (GREEN, 1979/1988), constituindo o espaço necessário da ausência, em que o trabalho do negativo da pulsão de morte tem papel fundamental.

É evidente que esta perda estruturante não pode ser abrupta, como no complexo da mãe morta, mas gradual o suficiente para nem se fazer sentir como tal. A qualidade da relação com o objeto primário é condição para que a ausência possa se estabelecer de forma positiva. Pois se “(...) o objeto está lá para estimular, para despertar a pulsão e, ao mesmo tempo, para contê-la” (GREEN, 1988/2010, p. 301), é fundamental para tornar a pulsão tolerável, para dar-lhe um território, que a um só tempo limita e estimula sua ação. Se o objeto está ausente ou presente demais, ele invade o sujeito e ao invés de tornar a dinâmica pulsional transigível, torna-a ainda mais intolerável (GREEN, 1979/1988).

É por este viés que podemos retomar a ideia de que o trauma produz uma desfusão pulsional, deixando o caminho livre para a ação da pulsão de morte. Se lembrarmos que Green (1988) propõe que pensemos a pulsão de morte como função desobjetalizante, fica claro o papel central dado ao objeto na dinâmica pulsional (URRIBARRI, 2011). Se uma das funções do objeto primário é contribuir para a fusão pulsional, o fracasso do objeto, portanto, pode provocar desfusão das pulsões, favorecendo a expressão destrutiva da pulsão de morte, como veremos a propósito do fracasso do trabalho do negativo em nossos terceiro capítulo (GREEN, 2010).

O que é marcante nos modos de defesa contra os traumas, portanto, é a exacerbação da função desobjetalizante enquanto efeito do traumático, estritamente relacionada às falhas do objeto primário. A pulsão de morte ganha espaço, posto que a retaguarda da pulsão de vida com sua função objetalizante falha em operar. Deste modo, a destrutividade implicada na pulsão de morte deve ser vista como efeito do trauma, e não como sua característica primária. O que a define é o desinvestimento,

absolutamente destrutivo quando exacerbado. De todo modo, podemos pensar que, ainda que comporte destruição, o desinvestimento se faz em nome da proteção ou da sobrevivência psíquica. “Nesse sentido, a intensificação da pulsão de morte pode ser entendida, ao mesmo tempo, como o que mantém o sujeito em um movimento narcísico mortífero e como um esforço de reunir as forças necessárias para o funcionamento egóico” (KLATAU, KISLANOV E WINOGRAD, 2014, p. 5).

Assim, ainda que apresentemos a face mortífera da pulsão de morte relacionada aos efeitos das falhas ambientais, esta pode ser pensada como recurso radical de sobrevivência. A clivagem, por exemplo, testemunha a morte de um pedaço de si para que o resto possa sobreviver (BORGES E CARDOSO, 2011), como vimos com Ferenczi e Winnicott. Por outro lado, a pulsão de morte apresenta aspecto estruturante enquanto protagonista do trabalho de construção de um vazio no psiquismo necessário à subjetivação. Esses aspectos serão trabalhados em nosso terceiro capítulo. Por enquanto, vale nos debruçarmos um pouco mais sobre este modo de funcionamento psíquico além do princípio de prazer.

É preciso pensar que este assassinato de uma parte do eu não se evapora como se nunca tivesse existido, passa a existir no psiquismo tal como um enclave (BORGES E CARDOSO, 2011), que além de ocupar espaço, produz efeitos. Freud (1939) nos ajuda a pensar os efeitos do trauma, que classifica como positivos e negativos. Quando positivos, veríamos operar uma fixação no traumático e uma compulsão à repetição que poria o trauma em funcionamento mais uma vez, através da recordação da experiência ou tornando-a real através da repetição. Trata-se de uma tentativa de cura, de um esforço em conciliar com o resto do eu as partes que foram expelidas. Quanto aos efeitos negativos, estes seguiriam o objetivo oposto, a saber, que absolutamente nada dos traumas esquecidos pudesse ser recordado e repetido. Esta forma é também uma fixação ao trauma, mas com intuito contrário, pois a busca está em manter soterradas as zonas traumáticas mortificadas (FREUD, 1939).

Roussillon (2006) aponta que o que Freud está dizendo e repete em *Análise terminável interminável* (1937b) é que os traumatismos de etiologia objetivável, passíveis de reconhecimento, têm chance de cura enquanto os que não podem ser reconhecidos seriam inelutáveis e insuperáveis. Freud não diz, com isso, que seria preciso deter a análise na questão da etiologia traumática, mas que, quando esta pode ser reconhecida, um bom fim de análise pode se apresentar no horizonte (ROUSSILLON, 2006, p. 214). Deste modo, se o trauma está perdido, a análise também

está. Qual seria, portanto, a direção clínica? Não haveria tratamento possível para os traumas soterrados? Seria possível que o irrepresentado não produzisse efeito algum?

Felizmente, esta não será a última palavra de Freud que indica outro caminho em *Construções em Análise* (1937a), ensinando que a tarefa preliminar do analista “é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*” (FREUD, 1937, p. 276). Roussillon (2006) então apresenta uma hipótese complementar a de Freud (1937) que diz estar implícita no texto freudiano, ou seja, a ideia de que, se alguns traumas não deixaram traços representativos, deixaram outros traços não representativos, tais como certos sintomas psicossomáticos, patologias do narcisismo, processos autísticos, algumas percepções etc. Tratam-se de “*representantes não psíquicos*” ou “*psíquicos/pré-psíquicos*”, que devem ser tomados como pistas para um trabalho de construção do que Roussillon (2006, p.228) chamou de “traumatismo perdido”. Este último seria, ao mesmo tempo, psíquico e pré-psíquico: psíquico, na medida em que seus efeitos se manifestaram sobre a estruturação do psiquismo, e pré-psíquico, pois o psiquismo não pôde organizar uma representação de seu impacto.

O trabalho a ser feito, portanto, é um trabalho de construção do trauma que permita sua historização pelo paciente (JANIN, 1999), trabalho de invenção de sentido onde não há sentido algum. Há uma gama de autores que corroboram essa direção indicada por Freud, dentre os quais devemos destacar novamente o pioneirismo de Ferenczi em questionar os limites da palavra, podendo mesmo ser considerado como o autor que influenciou Freud em suas construções tardias (PINHEIRO, 1995; LEJARRAGA, 2008). O autor já apresentava a importância de que o analista participasse da sessão com seus próprios processos psíquicos sintonizados com seu paciente, de modo a contribuir para o processo de simbolização (WINOGRAD, KLAUTAU e SOLLERO-DE-CAMPOS, 2014). Winnicott (1954/2000) seguiu a mesma direção, ao ressaltar a importância da confiabilidade do analista como condição indispensável do trabalho analítico com pacientes graves. Como propõe Lejarraga (2008), devemos a Winnicott, contudo, a teorização do manejo no *setting* analítico, considerado por ele mais importante que a interpretação, na medida em que “o contexto analítico reproduz as técnicas de maternagem da primeira infância e dos estágios iniciais” (WINNICOTT, 1954/2000, p. 284).

(...) para esta linhagem de autores psicanalíticos, somente o oferecimento de um espaço analítico sensível e flexível seria capaz de possibilitar a construção narrativa da experiência traumática, inserindo-a em uma rede de sentidos e significações. Nesta visada, a narratividade pode ser entendida como saída para o congelamento psíquico instaurado pela compulsão à repetição” (WINOGRAD, KLAUTAU e SOLLERO-DE-CAMPOS, 2014, p. 178).

O trabalho da análise, deste modo, pode ser pensado como uma tentativa de produzir um *a posteriori*, que não é ressignificação, mas um primeiro sentido, pois, para Freud, o trabalho da análise tem justamente o efeito de construir um verdadeiro passado (SCARFONE, 2013), pondo no devido lugar o que se atualiza porque não consegue se integrar no psiquismo. Nesse sentido, teríamos que repensar a dimensão de “impassado” ou de “presente permanente” que, embora representem uma temporalidade congelada, são responsáveis por acusar a presença do irrepresentado através da compulsão à repetição, pois, segundo Freud (1939), seria mais produtivo o trabalho clínico diante do efeito positivo do trauma, que se apresenta através da insistência, retorno e atualização, do que diante do efeito negativo de amnésia e esquecimento (DUNKER, 2006). Diante deste duplo trabalho do trauma, como propõe Dunker (2006), negativo e positivo, o último seria testemunha do esforço psíquico em direção à elaboração, ainda que esta não se faça valer como tal.

O efeito positivo do trauma, que Freud acentua, está diretamente relacionado à expressão da compulsão à repetição, tal como em 1920, efeito da pulsão de morte e bastante diversa da postulada em 1914 como retorno do recalcado. Podemos mesmo dizer que Freud marca aqui a positividade da compulsão à repetição de *Além do princípio de prazer*, na medida em que esta representa o esforço incessante feito pelo psiquismo na direção de um processamento simbólico, ainda que este fracasse. O problema seria maior se nada do trauma pudesse se apresentar ao psiquismo, se os enclaves ou os *fueros*, por exemplo, ficassem silenciosamente soterrados. O que importa destacar, portanto, não é o fracasso ou sucesso deste processamento que, evidentemente, encontra um limite, um resto intransponível e impossível de se elaborar. Merece relevo o fato de que o psiquismo continua tentando, incessantemente, mesmo que o limite se apresente. Eis o lugar da repetição delineando-se, conceito que trabalharemos em seguida.

2

Repetição diferencial e repetição do mesmo

Se pensarmos na palavra compulsão tal como é usada no senso comum, somos remetidos para algo que comporta uma radicalidade no sentido de uma obrigação à ação. Entretanto, quem ou o quê nos obriga à ação? Qual é seu fundamento? E que sujeito é impelido a realizá-la? Diríamos que há algo de interior que empurra na direção da realização de determinado ato. E, quase imediatamente, pensamos em objetos a que se possam vincular esta ação, pois a compulsão precisa ser de alguma coisa. Fala-se de um comer compulsivo, de um falar compulsivo, de um fumar compulsivo entre tantos outros exemplos. Imprime-se uma ideia de quantidade na qual o excesso e a ausência de controle aparecem como marca do que é compulsivo. Se recorrermos ao *Grande Dicionário Houaiss* (2012) da língua portuguesa, encontraremos a seguinte definição para o verbete “compulsão”, a saber, a de uma imposição interna irresistível, que leva o indivíduo a realizar determinado ato ou a comportar-se de determinada maneira.

No entanto, será que a compreensão de um falante de alemão é a mesma para compulsão ou *zwang*? No *Dicionário comentado do alemão de Freud* (1996), encontramos os seguintes significados: coação irresistível provocada por algo que força para certa ação; a ideia de uma necessidade, de obrigação, assim como de constrangimento e inibição. Afora isso, três conotações de *zwang* contribuem para melhor circunscrever os sentidos que este termo pode assumir, tais como uma (1) coação forte, evocativa da ideia de estar encurralado, de forma tal que o sujeito só possa agir em uma direção. A ideia de compressão também se faz presente, assim como a de fazer passar à força. O sujeito só pode escapar da pressão, se agir na direção para a qual foi forçado. Além disso, a (2) noção de alteridade ou externalidade da fonte que pressiona se faz presente. Mesmo que a fonte da pressão se localize dentro do sujeito, é sentida como provinda de fora. Por isso, (3) implica em estranhamento, pois a compulsão é o resultado de uma força contra a qual o sujeito desejaria resistir. Algo em mim, que não reconheço como meu, me impõe uma pressão tal, que não posso fazer outra coisa que agir nesta direção ou deste modo (HANNIS, 1996).

É importante notarmos que, para os falantes de português, o significado de compulsão não é o mesmo que *zwang*, embora possamos encontrar pontos de contato. Para os brasileiros, tomaremos como definição de compulsão a ideia de ímpeto interno

irrefreável. Um aspecto deste modo de significar a palavra compulsão merece ser analisado e contraposto ao significado de *zwang*. Temos a ideia de internalidade, de algo que emana do sujeito de forma irresistível, diferentemente da concepção em alemão que remete a algo que se impõe ao sujeito. Desta forma, enquanto o termo em português enfatiza o aspecto de ser dominado por algo que brota no interior do sujeito, a palavra *zwang* enfoca o desagrado e o sofrimento provocado por se sentir forçado a fazer ou pensar algo (HANNIS, 1996).

De qualquer modo, o que aparece é que *zwang* pode ser pensado sob postulados contrastantes, simultaneamente, como observa Assoun (1994). Por um lado, a energia potente que impele para que algo seja feito, por outro, a ideia de uma canalização, de uma limitação desta força através de uma ação que trabalha por efeito de coação. É necessário perguntar, como faz Assoun (1994) de que modo o termo *zwang* pode conter, ao mesmo tempo, a ideia de um desdobramento irresistível da pulsão e a de um freio inibidor? Como pode nos levar a pensar, simultaneamente, em uma necessidade coercitiva e em uma afirmação de si mesmo irresistível?

Zwang encarna, portanto, um querer feroz, mas que é cego, absolutamente estranho à vontade. Consiste em uma imposição a que se obedece, sem conhecer a razão para tal. Uma lei estrangeira com a qual não se pode negociar. Parece-nos que cada uma dessas alternativas semânticas dizem respeito a um componente do conceito. Talvez possamos pensar que os paradoxos do conceito de compulsão à repetição já são revelados pelo próprio significado da palavra compulsão, ainda distante da especificidade do conceito psicanalítico. Se é a própria definição da palavra que confirma os problemas de compreensão, é ela também que contribui para gerar as tensões deste conceito (ASSOUN, 1994).

Antes mencionamos a associação feita, no senso comum, entre a compulsão e um objeto qualquer, seja ele o fumo, o alimento, a fala, o sexo, o riso, o pensamento etc. O objeto da compulsão poderia ser x, y ou z. Quando pensamos o conceito de compulsão à repetição, entretanto, circunscrevemos a própria repetição como objeto da compulsão, ou seja, estamos tratando de uma compulsão por repetir. Há diferença entre pensar que a compulsão inclui a repetição, na medida em que se atualiza repetidamente, a cada encontro do sujeito com o objeto de seu comportamento compulsivo, e tomar o que é compulsivo pela própria repetição. O que muda é o estatuto da repetição, que passa de característica para tornar-se o fundamento: compulsão à repetição.

O que isso nos indica sobre o humano? O que é isso que só podemos viver sob a

forma de uma repetição? Por que é que a repetição ocupa um lugar tão grande em nossas vidas? O que é que repetimos? Repetimos para elaborar alguma coisa que não pudemos integrar de forma suficiente em nossos psiquismos? Ou repetimos aquilo que conhecemos, simplesmente porque é o conhecido, independentemente de nos fazer bem ou mal? Não vamos responder a estas questões agora, e é bastante provável que não encontremos respostas para todas elas. De qualquer modo, há dois pontos suscitados que merecem atenção: primeiro, que repetimos o que vivemos, ainda que não tenhamos consciência do que experimentamos; e segundo, que há certos aspectos psíquicos que só encontram expressão através da repetição, dimensão do atual. Destes aspectos, há alguns que encontram um destino possível e outros jamais passíveis de elaboração.

É preciso lembrar, neste ponto, a íntima associação entre trauma e repetição que vimos ao longo do capítulo anterior corroborada por diversos autores. Bokanowski (2002, 2005) nos diz que a compulsão à repetição é o funcionamento psíquico comum a partir de uma impressão traumática. Douville (2003) também afirma que a compulsão à repetição é mesmo o destino do trauma. Assoun (1994) aponta que o agir compulsivo diz respeito a uma prática da pulsão de morte, que expressa os enclaves psíquicos por efeito do trauma, de modo que quanto maior a força do trauma, maior a força da compulsão à repetição. A lógica subjacente a estas questões repousa nos postulados de Freud (1920) em *Além do princípio de prazer*, quando apresenta a compulsão à repetição como resposta do psiquismo diante do excedente pulsional, em um esforço simultâneo de descarga e domínio (WINOGRAD, KLAUTAU E SOLLERO-DE-CAMPOS, 2014; SCARFONE, 2013).

Se a compulsão à repetição é o destino do trauma, devemos precisar o trauma de que falamos, tendo em vista as faces possíveis para pensar o traumático, como vimos no primeiro capítulo. O modo como estamos encaminhando a questão pode fazer pensar que a compulsão à repetição se apresenta apenas a partir de 1920, testemunhando a face econômica e narcísica do trauma que não encontra processamento. A lógica subjacente a esta afirmação estaria em fazer da compulsão à repetição o destino do irrepresentado, expressão da pulsão de morte. A situação se complica, entretanto, se lembrarmos da face *a posteriori* do trauma, a qual encontra o caminho representacional e aponta para uma repetição nos moldes do retorno do recalcado, sob a égide da representação. O que será preciso incluir nesta discussão, é que, ainda que postulemos uma repetição passível de representação, esta é apenas o destino final de um processo complexo, do qual o irrepresentado participa. Pois há um núcleo inassimilado no cerne de toda representação

e de toda produção psíquica que muitas vezes passa despercebido, já que a função do eu é desalojar qualquer coisa que cause estranheza (SCARFONE, 2013), para manter a suposta ordem do princípio de prazer.

Seguindo este raciocínio, teremos que retificar a forma como caracterizamos os dois modos de repetição no primeiro capítulo: a primeira, apresentada em 1914, vinculada ao material recalçado e a outra, em 1920, ligada ao irrepresentado. Escolhemos chamar a primeira de repetição diferencial e a segunda de repetição do mesmo, seguindo a sugestão de Garcia-Roza (1986/2003). A repetição diferencial, portanto, é que deve ser retificada, pois a ideia de irrepresentado participa deste processo como algo de fundamental importância no processo de abertura para a diferença, ainda que continuemos a localizar este modo de repetir mais próximo da representação. Este algo de irrepresentado pode ser pensado como ativador do trabalho da pulsão de morte que conduz à abertura para o novo, face diversa daquela de 1920, em que o irrepresentável próprio desta pulsão se apresenta como obstáculo impenetrável, conduzindo a uma repetição do mesmo.

São muitos os autores que apresentam modos de expressão da repetição, e, embora não nos seja possível aprofundar o pensamento de cada um, depreendemos em linhas gerais a ideia de uma compulsão à repetição mais próxima da elaboração e outra, mais selvagem, ligada à pulsão de morte e menos suscetível de domínio. Assoun (1994) fala de um agir compulsivo em contraponto a uma compulsão à repetição, cuja potência é usada em proveito da rememoração. Janin (1999) nos fala de uma “repetição representativa” e de uma “repetição comemorativa”: enquanto a primeira abre para a elaboração, a segunda é expressão da pulsão de morte.

André (2008) também aponta para uma diferença: “de um lado, o *après-coup*, que repete e transforma por um mesmo gesto, e, do outro, a compulsão à repetição, que repete de forma idêntica a própria repetição, quando a psique passa a ser nada mais do que um disco arranhado (...)” (ANDRÉ, 2008, p.141). M’Uzan (1969/1977) apresenta dois modos de operação da compulsão à repetição a que chama de “repetição do mesmo” - cuja categoria do passado foi suficientemente elaborada- em oposição a uma “repetição do idêntico”, testemunha da falha da elaboração do que passou. Diante disto, diríamos que a repetição diferencial está mais próxima da temporalidade do *a posteriori* que vimos no primeiro modelo do trauma, enquanto a repetição do mesmo se apresentaria mais perto da pulsão de morte e da temporalidade do “presente permanente”.

O acento dado ao conceito de pulsão de morte na repetição do mesmo por todos os autores que citamos pode se justificar pelo fato de sua expressão se fazer ali de modo radical. Na repetição diferencial, ao contrário, está fusionada à pulsão de vida, onde irrepresentado e representável se misturam de tal modo, que seu trabalho silencioso não acusa presença. O que aparece é o trabalho das pulsões de vida em sua função de ligar as excitações. Embora a pulsão de morte só apareça como conceito em 1920, podemos recolher ideias indicadoras do que pode ser pensado como sua ação, muito antes de sua formulação conceitual, do mesmo modo que podemos fazê-lo com a pulsão de vida.

A figura que escolhemos para trabalhar os dois modos de repetição é o *agieren*, repetição em ato, pois “(...) a repetição, a ‘verdadeira’ repetição, no sentido freudiano, que a transferência provoca, é o que escapa à representação, à cena representada e figurada, e à série de ‘ensaios’ que, precedendo-a, permitiriam” (PONTALIS, 1991, p. 90). O *agieren*, deste modo, é a figura conceitual que melhor aponta estas formas de repetição e não é por acaso que surgirá diante de um impasse, de um obstáculo para o que Freud sustentava em sua clínica – preencher as lacunas de memória. Soler (2013) aponta que o *agieren* não abala a teoria em um primeiro momento, pois Freud faz disso outra modalidade de recalco que se apresenta em ato, mas que responde à lógica do princípio de prazer.

Por outro lado, serão necessários seis anos para que os mesmos fatos do *agieren* sejam pensados de outra forma (GREEN, 2010b E SOLER, 2013). É por este viés que Bueno (2004) observa que, apesar da referência ao recalco, o *agieren* anuncia algo para além disto. Se a interpretação da repetição em ato deve se submeter ao projeto freudiano de produzir uma memória completa, a repetição só poderá extravasar os limites do recalco quando os impasses ao tratamento analítico vierem à tona de modo mais explícito. A desvinculação entre repetição e retorno do recalco, portanto, só ficará mais clara em *Além do princípio de prazer* com a postulação do conceito de pulsão de morte (BUENO, 2004). Entretanto, há outro ângulo que o *agieren* acusa e que também será deixado de lado em favor do modelo representacional, ou seja, o fato de que há uma relação de derivação entre representação e irrepresentado, na qual o segundo é fundamental para garantir intensidade à primeira. Não devem ser vistos, deste modo, como figuras excludentes (HERZOG, 2011).

É nesse sentido que Scarfone (2013) mostra que, antes mesmo de *Além do princípio de prazer*, Freud já apresentava dois níveis da transferência que podem ser encontrados em *A dinâmica da transferência*, de 1912 e em *Recordar, repetir e*

elaborar, de 1914. Ao mesmo tempo em que Freud (1912 e 1914) aborda uma transferência asseguradora de novas edições dos “clichês”, mais próximos do campo representacional e prontos, portanto, para novas tiragens – que chamaremos de repetição diferencial, ele também apresenta uma transferência agida, toda em presença: é o *agieren* que desencadeia o “grito de incêndio” no teatro (FREUD, 1912, p. 179), marcando o fim da representação e o início da repetição do mesmo.

A montagem anunciada pelo *agieren* estava inteiramente exposta, mas suas consequências não podiam aparecer, pelo menos por enquanto. Consequências, portanto, de duas ordens, pois o fato do *agieren* anunciar a compulsão à repetição como característica da pulsão de morte não exclui que o pensemos dentro da dinâmica da repetição diferencial, como o faz Freud (1914). Contudo, a diferença, sutil certamente, é que não tomaremos o irrepresentado que o *agieren* apresenta como obstáculo a ser superado, mas como momento absolutamente necessário ao processo de elaboração. Assim, ao mesmo tempo em que podemos pensar que o *agieren* testemunha o que será elaborado apenas em 1920, com o advento da pulsão de morte e do que chamamos de repetição do mesmo, podemos dar-lhe um lugar positivo na própria repetição diferencial, um núcleo atual situado no seio do analisável e que dá dinamismo à vida psíquica. Estamos sustentando, por assim dizer, duas maneiras da repetição em ato se apresentar: enquanto repetição diferencial e enquanto repetição do mesmo.

Assim, se em um primeiro momento a diferença entre os modos de repetição pudesse ser resolvida pela assimetria entre representável e irrepresentado, sem muitas questões acerca disso, ao longo do trabalho entendemos que este último participaria da repetição diferencial, enquanto uma dimensão do atual que não passa de um incômodo necessário à elaboração. A ideia de irrepresentado, por sua vez, faria presença na repetição do mesmo de outro modo, capaz de promover uma inundação que fere o escudo protetor do psiquismo e causa um desarranjo interior. Assim, haveria uma “quantidade” de irrepresentado tolerada pelo princípio de prazer e uma dimensão que o ultrapassa violentamente.

Por enquanto, basta dizer que a ideia de irrepresentado pode ser pensada como um aspecto da repetição, seja ela diferencial ou do mesmo. Assim, a problemática do não representado se liberta de sua face demoníaca, de certo modo, perdendo a gravidade que nela depositamos quando trabalhamos a face econômica e narcísica do trauma. O problema não está no irrepresentado por si só, mas nos efeitos psíquicos que este provoca, ou melhor, no que o psiquismo fará disso. Pois quem determina o que é

excessivo é o próprio sujeito em sua singularidade. Só o que podemos conjeturar é que, do mesmo modo que o irrepresentado traz potencial desestruturante, ele também é potência de movimento, abertura de sentido, aspecto também problematizado a respeito das faces do trauma.

Com isto posto, Scarfone (2013) apresenta dois momentos do atual, que propomos que sejam pensados como dois momentos do irrepresentado, servindo de ilustração para as duas formas da repetição. O primeiro o apresenta como corpo estranho, obstáculo bruto ao trabalho de elaboração que resiste em ser levado pelo movimento do pensamento ou da criação, não permitindo entrever suas potencialidades e que localizaremos como repetição do mesmo. O segundo momento, contudo, é aquele em que o atual fornece uma ancoragem necessária à experiência vivida, ancoragem que lhe dá profundidade e a torna apta a uma elaboração infinita, abrindo para a realização de algumas potencialidades próximas da repetição diferencial. Esta dupla potencialidade do atual, deste modo, se abriga na compulsão à repetição, como veremos, mas também se estende ao trauma e à pulsão de morte, pois:

(...) tanto significa o obstáculo, algo opaco, tendencialmente orientado para a descarga para fora pelo agir ou para a descarga interna pela somatização (primeiro momento do atual), quanto pode ser a fonte viva de um novo élan para a elaboração psíquica, revitalizando o universo das representações pelo fato de assegurar um encarnar do pensamento, (segundo momento do atual) (...) (SCARFONE, 2013, p. 52).

2.1

Repetição diferencial

Voltemos a *Recordar, repetir e elaborar*, para aprofundarmos o segundo momento do atual de que nos fala Scarfone (2013) e que tomaremos como expressão da repetição diferencial. Para tal, trabalharemos com mais detalhes a figura do *agieren*, que já anunciamos. Antes, entretanto, vejamos os balizadores do trabalho de análise, onde há lugar para recordar, repetir e elaborar, como o próprio título do texto de 1914 anuncia. Começemos pelo último termo - a elaboração, que aparece como o objetivo do trabalho analítico. Se pensarmos a elaboração em termos de capacidade de processar as excitações e estabelecer associações entre elas, diremos que há uma analogia entre o trabalho do tratamento e o modo de funcionamento espontâneo do aparelho psíquico, como apontam Laplanche e Pontalis, 2004.

Scarfone (2013) nos lembra, entretanto, que uma vez que o eu tenha se estruturado, sua primeira função, como de qualquer estrutura, é garantir sua própria permanência estrutural, de modo que só pode acolher a novidade se puder acomodá-la, tornando-a semelhante ao que já se constituiu. Sua função específica, portanto, “é tentar sempre retornar ao mesmo, sempre reencontrar o familiar, escotomizando o estranho, ou melhor, a estranheza” (SCARFONE, 2013, p. 4). Deste modo, se o trabalho de uma análise é produzir diferença, esta só pode advir de uma “crise da representação” (SCARFONE, 2013), das quais nenhuma história individual está isenta, muito menos o tratamento analítico, fator necessário a toda mudança no transcorrer da análise (SCARFONE, 2013).

A “crise da representação” é efeito do trabalho de destruição, de separação aberto pelo processo analítico, que desestabiliza as aquisições, teorias e representações preexistentes do eu, deixando que “entre em ação não somente uma força impessoal que tende ao ato-descarga, mas também uma temporalidade, ela mesma ligada a esse tipo de ato, *um tempo atual*” (SCARFONE, 2013, p. 63). Eis a riqueza do pensamento de Freud: paradoxalmente, ele se agarra à hegemonia da representação, mas produz um método de tratamento que visa, de certo modo, desconstruir as certezas-representações do cliente, convocando, por consequência, a dimensão do irrepresentado, do que ainda não tem sentido, mola do trabalho.

Voltaremos a esta força impessoal provocada pela análise lá na frente, pois a chamaremos de pulsão de morte - força de disjunção necessária à mudança. Quanto ao tempo atual, logo voltaremos a ele. Vale lembrar, deste modo, que o trabalho analítico se estabelece como um campo de forças em oposição: a força do analista - que provoca o aparecimento do irrepresentado ao embaralhar a ordem da narrativa apresentada pelo analisante -, aliada à força do inconsciente - que encarna o irrepresentado dentro do psiquismo pronto a emergir-, contra a força do eu, que odeia qualquer mudança. Haveria ainda a força de simbolização de Eros em oposição à força disjuntiva de Thanatos, mas deixemos isto para o terceiro capítulo. O que nos interessa agora é a ideia, proposta por Scarfone (2013), de que há uma relação intrínseca entre a elaboração do método analítico e a concepção freudiana do eu como inibidor dos sinais de atualidade, ou do que em princípio se apresenta como sem representação, se quisermos. Pois a regra fundamental da associação livre pede o que ao analisando?

Nada além de dispensar o quanto possível o eu e sua função inibidora, o que significa aceitar uma passividade relativa para deixar que se apresentem conteúdos portadores de sinais de atualidade, mesmo proveniente do interior. Não é necessário pensar em casos extremos, uma vez que, mesmo com os pacientes mais dotados para o jogo, os efeitos da decomposição analítica podem induzir uma “crise da representação”. Na crista entre o processo analítico e a resistência à decomposição, a situação analisante suscita então o surgimento da repetição, em graus mais ou menos pronunciados. (SCARFONE, 2013, p. 66)

Se a repetição serve de resistência ao movimento psíquico aberto com uma análise, é ela mesma quem suscita, induz, produz a repetição, sem a qual não há trabalho possível. Freud (1920) nos diz que a compulsão à repetição só pode manifestar-se “depois que o trabalho terapêutico tenha conseguido chegar ao recalque e afrouxá-lo” (FREUD, 1920, p. 145). Ainda que oficialmente o analista peça palavras ao analisando, o material da análise extrapola o discurso verbal. Se ficássemos apenas no registro do dito, da representação, pouco poderíamos fazer enquanto analistas, dimensão clínica que ganha força na teoria freudiana a partir de 1920, com a radicalidade do conceito de pulsão de morte. Pois além da operação do recalque, que mantém no inconsciente diversas representações, há ainda as vivências que sequer puderam ser processadas verbalmente, ou porque ocorreram antes da aquisição da linguagem ou, simplesmente, porque nunca puderam ser colocadas em palavras, como o próprio clivado testemunha. Podemos dizer, portanto, que o interesse do analista se dirige para o que o analisante diz, mas também para aquilo que ele não pode dizer, desde os primórdios dos escritos freudianos (LEJARRAGA, 1996).

As lembranças que não podem ser recordadas pelos pacientes somadas ao esforço que fazem para mantê-las fora da consciência são o fator decisivo para que Freud (1895a) passe a pensar a resistência e o inconsciente. A partir deste ponto, diversas questões orientadoras podem surgir: onde aparece o que é suprimido da lembrança? Como trabalhar o que não aparece? É aqui que a genialidade de Freud apresenta o passo decisivo, qual seja, a ideia de que a repetição é uma recordação em ato (*agieren*), como vimos antes. O que o paciente não pode expressar com palavras, portanto, é dito de outro modo. “Enquanto o paciente se acha em tratamento, não pode fugir a esta compulsão à repetição; e, no final, compreendemos que esta é a sua maneira de recordar” (FREUD, 1914a, p.166). Assim, o que foi esquecido ou recalado pelo analisante não retorna sob a forma de recordação, mas não deixa de se expressar. “Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber o que está repetindo” (FREUD, 1914a, p. 165).

E podemos agora ver que, ao chamar atenção para a compulsão à repetição (...) esclarecemos a nós mesmos que o estado de enfermidade do paciente não pode cessar com o início de sua análise, e que devemos tratar sua doença não como um acontecimento do passado, mas como uma força atual. Esse estado de enfermidade é colocado, fragmento por fragmento, dentro do campo e do alcance do tratamento e, enquanto o paciente o experimenta como algo real e contemporâneo, temos de fazer sobre ele nosso trabalho terapêutico, que consiste, em grande parte, em remontá-lo ao passado (FREUD, 1914, p. 167)

Freud (1914) exemplifica esta dimensão de atualidade da transferência através de um paciente que não recorda ter sido desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais, comportando-se desta maneira com seu analista. Além de não ter consciência alguma de que repete, é bastante possível que não reconheça nem mesmo sua arrogância. Provavelmente, relaciona-se assim também com seu professor na faculdade, como com qualquer figura de autoridade que encontra em sua vida. A repetição, portanto, está para além do que ocorre no *setting* analítico. É justamente porque se espalha por toda a nossa vida que a psicanálise a toma como objeto teórico e clínico, dando-lhe um lugar de importância fundamental.

É nesta atitude diante da repetição que consiste a riqueza da psicanálise, pois será com o próprio corpo do analista, na relação que o paciente cria com este último, que lhe será possível transferir sua história e revivê-la como atualidade. Se admitirmos que a transferência é um caso particular de repetição e que é ela quem funda a relação analítica, diremos que a análise só começa quando o paciente produz uma repetição desse tipo com seu analista (GARCIA-ROZA, 1986/2003). Ou seja, quando o analista é incluído, através da transferência, em uma das séries psíquicas do cliente, tornando-se objeto de investimento libidinal (FREUD, 1915/1914). O analista, desta maneira, inevitavelmente, será capturado nestas repetições de tal forma que tomará o lugar de representante materno ou paterno, possibilitando a transferência daquilo que foi para um aqui e agora que, por essa razão mesma, goza de um poder de transformação subjetiva.

Vale lembrar que Freud nos diz que cada indivíduo adquiriu “um método específico próprio de conduzir-se na vida erótica” (FREUD, 1912, p. 111), e que se aproxima de cada novo objeto que lhe aparece a partir de seus “clichês estereotípicos”. Ao se inserir no campo transferencial, a repetição se constitui como uma nova edição da neurose, em ato e suscetível de promover uma abertura para o novo, repetição diferencial. A repetição, portanto, é trazida para o centro do processo analítico, ainda que de forma negativa (DELEUZE, 2006), pois deve ser evitada. É tarefa do analista,

através do manejo da transferência, conduzir o que emerge como repetição para o campo da recordação. O material psíquico recalcado precisa ganhar espaço para poder ser verbalizado, precisa se ancorar de forma efetiva à dimensão representacional.

É nesse sentido que é possível pensar que a dimensão de apresentação ganha um estatuto marginal no pensamento freudiano, como se servisse apenas para ser ultrapassada em nome da estabilidade das belas formas representáveis. Entretanto, ao invés de rememorar, elaborar, fazer o que se espera deles, os analisantes repetem incansavelmente. Ao invés de dizer, de simbolizar “(...) *agem*, pois a repetição, mesmo que utilize a via das palavras, é um ‘agir’. Uma memória agida, se assim podemos dizer, isto é, uma não-memória, uma recusa da memória que é totalmente diferente de uma amnésia” (PONTALIS, 1991, p. 83). Por outro lado, não há meios de elaboração, muito menos possibilidade de conhecimento da realidade psíquica do cliente, sem a presença da repetição, mais propriamente do *agieren*.

Os impulsos inconscientes não desejam ser recordados da maneira pela qual o tratamento quer que o sejam, mas esforçam-se por reproduzir-se de acordo com a temporalidade do inconsciente e sua capacidade de alucinação.(...) Não se discute que controlar os fenômenos da transferência representa para o psicanalista as maiores dificuldades; mas não se deve esquecer que são precisamente eles que lhe prestam o inestimável serviço de tornar imediatos e manifestos os impulsos eróticos ocultos e esquecidos do paciente. Pois, quando tudo é dito e feito, é impossível destruir alguém *in absentia* ou *in effigie* (FREUD, 1912, p. 119).

Diante da dimensão de atualidade anunciada por Freud (1912), Scarfone (2013) propõe que pensemos a transferência como expressão de atuação e repetição, mas não ainda como um representar. Para o autor, a possibilidade de representar corresponde ao fim de um processo, iniciado com uma apresentação sensorialmente carregada que não vai diretamente à representação, mas passa por uma etapa que consiste no que chama de “(re-)(a)presentar”, ou seja, em apresentar de novo. É preciso atentar que não há passagem total da apresentação à representação, e que a passagem possível implica um caminho transferencial, longe do que seria uma evolução puramente cognitiva ou solipsista (SCARFONE, 2013). “A expressão *(re)(a)apresentação* possui, assim, a vantagem de nos lembrar que, mesmo não se tratando mais do agir bruto, algo da *apresentação* persiste, ainda está atrelado ao ato e não transpôs integralmente o limiar do pensamento” (SCARFONE, 2013, p. 46).

Nesse sentido, podemos pensar que a representação em psicanálise está sempre

“carregada do peso da ‘coisa’ vinda do outro, coisa da qual ela será o representante psíquico e poderá obviamente ocultá-la, mas coisa cujas reiteraões transferenciais trazem de volta a parte da *carne*” (SCARFONE, 2013, p. 49). Diríamos que o *agieren* seria este apresentar de novo de que nos fala Scarfone (2013)? Pois, em 1914, ele fica como uma figura híbrida entre o representável e o irrepresentado: ao mesmo tempo em que escapa à representação, está submetido à dimensão do recalque e, portanto, à ordem do princípio de prazer – cuja sustentação se faz pelo arcabouço representacional. Ou seja, o *agieren* conjuga a ordem do irrepresentado com a ordem da representação, pares assimétricos que, em princípio, localizamos como absolutamente apartados um do outro.

Para entendermos melhor a relação entre estas duas ideias, devemos lembrar que em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900) faz uso da seguinte expressão para descrever uma das formas a que o pensamento do sonho se submete: *Darstellung*, traduzida por apresentação, presentificação ou figurabilidade. Os outros modos seriam a condensação, o deslocamento e a elaboração secundária. Muitas vezes Freud (1900) toma a palavra *Darstellung* como sinônimo de representação (*Vorstellung*). Herzog (2011) nos mostra que a proximidade entre os dois termos aponta para a necessidade de relativização da concepção de representação, na medida em que a *Darstellung* promove um deslocamento de sua concepção tradicional, remetendo-a à situação de encenação.

Segundo nossos pontos de vista, a figura da *Darstellung* permite discernir uma linguagem verbal e uma linguagem do sensível. A este propósito, cabe ressaltar que não se trata de duas linguagens que se opõem. (...) Tomando as duas figuras – *Darstellung* e *Vorstellung* – neste registro, a ideia é de que se opera uma passagem de mão dupla entre os dois regimes, sem com isso estabelecer uma lógica binária. Trata-se, mais propriamente, de mostrar que *Darstellung* e *Vorstellung* não são figuras excludentes, não são opostos, pois mantêm uma relação de derivação (HERZOG, 2011, p. 84)

Se retomarmos a *Carta 52*, que trabalhamos brevemente no primeiro capítulo, encontraremos a dimensão de *Darstellung* através do que chamamos naquele momento de impressão sensível. Vimos também que o traço seria um efeito possível da *Darstellung*, desta presentificação, na medida em que houvesse submetimento a um trabalho psíquico. A sutileza que Herzog (2011) sublinha e que não estava clara para nós, é que o traço não deve ser tomado como uma representação, *Vorstellung*. Freud (1896 a) nos diz que, em um primeiro momento, surge a impressão, que se inscreve de

acordo com uma associação por simultaneidade, para apenas em seguida ter lugar uma transcrição, ordenada por outra lógica.

Ou seja, o caminho do traço à representação não é direto, pois implica em um complexo sistema de inscrições, transcrições e retranscrições. Portanto, Herzog (2011) apresenta a existência de uma distinção sutil entre inscrição e transcrição, que permite estabelecer uma diferença entre estes dois registros. “Daí considerarmos mais apropriado dizer que o traço é o que, ao se efetuar a transcrição, se organiza como *Vorstellung*” (HERZOG, 2011, p. 85). Assim, a representação seria um segundo tempo do traço que, por sua vez, já diz respeito a uma inscrição da impressão sensível e como tal, da *Darstellung*, uma presentificação passível de montagem (HERZOG, 2011). Atentemos que esta discussão também nos levará à repetição do mesmo, pois a impressão sensível pode se manter como pura intensidade, inteiramente apartada do campo representacional.

Antes de problematizarmos o que não se inscreve, será preciso conhecer o esquema apresentado por Freud (1896a) que nos mostra passo a passo a transformação a que as quantidades sensíveis são submetidas no processo de inscrição psíquica: (1) primeiro há os neurônios (*Wahrnehmungen*), que viabilizam as percepções e aos quais se liga a consciência, embora nenhum traço mnêmico do que aconteceu seja retido; (2) depois temos as primeiras inscrições das percepções (*Wahrnehmungszeichen*), ainda inacessíveis à consciência e orientadas pela associação por simultaneidade. Aqui ocorre o primeiro registro mnêmico. Depois disso, (3) passamos ao segundo registro, nomeado de inconsciência (*Unbewusstsein*), onde se faz a transcrição ordenada não mais pelas associações por simultaneidade, mas possivelmente por relações de causalidade, também inacessíveis à consciência; e, por fim, (4) o terceiro e último registro citado, denominado de pré-consciência (*Vorbewusstsein*), onde ocorre a retranscrição ligada a imagens verbais (representação-palavra). Corresponde ao “ego reconhecido como tal” (FREUD, 1896a, p. 282) e é o que torna o acesso ao consciente possível, de acordo com certas regras.

A partir da *Carta 52*, portanto, Freud apresenta um processo de captação das intensidades em um aparelho de memória plástica que, além de promover retranscrições sucessivas dos signos, supõe nova transcrição a cada novo acesso. Está aqui a face *a posteriori* do trauma, quando o recordado não coincide com o acontecimento em si, mas com o produto destas traduções que ordenam o material psíquico de acordo com uma nova lógica, de forma que a cada nova transcrição, a anterior é inibida. Entretanto, este

processo não está isento da ocorrência de uma “falha na tradução” (FREUD, 1986 a, p. 283), que nada mais é que a incidência do recalque. Nesses casos, o caminho de tradução iniciado será interrompido em função da emissão de desprazer, indicando uma forma de defesa do aparato psíquico, como aponta Antonello e Herzog, 2012.

Sabemos que o recalque incide sobre os representantes pulsionais, mais precisamente sobre o representante ideacional da pulsão e “*consiste simplesmente em afastar determinada coisa do consciente, mantendo-a à distância*” (FREUD, 1915, p.152). Ora, o objetivo de afastar da consciência diz respeito ao desprazer gerado relativamente a outros sistemas, se o desejo fosse satisfeito. A lógica que se anuncia aqui, portanto, é a de que aquilo que é prazer para um sistema é desprazer para o outro (FREUD, 1915). Ou seja, a expressão de uma determinada reivindicação pulsional traria, simultaneamente, prazer para o sistema inconsciente e desprazer para o eu. O sentimento consciente de desprazer, na verdade, escamoteia um prazer inconsciente, ligado à satisfação da pulsão sexual. É do campo da sexualidade, portanto, que surgem as incompatibilidades com o prazer do sistema consciente. Está aqui uma especificidade da repetição diferencial ligada à problemática da pulsão sexual.

Diante da definição de recalque, retornemos ao problema do *agieren*: se escapa à representação, como tratá-lo como modalidade de retorno do recalado, operação que incide sobre representações psíquicas? Teríamos que pensar dois aspectos: (1) o estatuto do representante ideacional, melhor conhecido como “representante-representação” da pulsão -como sugerem Laplanche e Pontalis (2004) – que, juntamente com o afeto, são os modos através dos quais conhecemos as pulsões sexuais; (2) o momento em que o recalque interrompe o processo de tradução. Não trataremos do primeiro problema, posto que seria matéria para um capítulo à parte. Basta lembrar, como faz Green (1990), que há seis entradas diferentes para o termo “representação” no *Vocabulário da Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (2004): “representante da pulsão”; “representante psíquico”; “representante-representação”; “representação-meta”; “representação de coisa” e “representação de palavra”.

Entretanto, faremos duas observações que nos ajudam a pensar a dimensão de atualidade própria às representações. Primeiro, Green (1990) nos lembra que o investimento contínuo da pulsão é o que torna as representações dinâmicas, ou seja, o representante-representação é investido continuamente por “considerável força econômica, dinâmica e tópica, de energia. É o imperioso caráter do desejo, é o caráter da compulsão, é o caráter da manifestação inconsciente, contra a qual a vontade nada

pode fazer” (GREEN, 1990, p. 43). Pois o recalque não impede a ação pulsional, que continua pressionando o aparelho psíquico. Além disso, diremos que, ainda que as pulsões possam ser revestidas por atributos reconhecíveis, “esses atributos são também *irreconhecíveis*, uma vez que as deformações do recalcado e de seus retornos passaram por ali” (SCARFONE, 2013, p. 45), o que nos leva de volta ao nosso segundo problema: questionar em que momento o recalçamento interrompe o processo de tradução.

Se pensarmos que o processo é suspenso na etapa em que houve inscrição do traço, por exemplo, estaríamos falando em um momento pré-representacional, mas que também não é da ordem de uma pura intensidade, pois já houve um primeiro tratamento do sensível que se inscreveu como traço mnêmico. Podemos conjecturar também que o recalque incida sobre o segundo registro, momento de maior complexidade no que diz respeito à tessitura da representação. Ou então que interrompa o processo no terceiro registro, quando podemos propriamente falar em representação plena, na medida em que há ligação com a palavra. Não nos importa precisar em que momento ou momentos ocorre a interrupção promovida pelo recalque, mas abraçar a hipótese de que sobram restos irrepresentados deste material em processo de tradução.

Basta lembrar do que diz Scarfone (2013), que não há passagem completa da apresentação à representação. Isto não dever ser visto como um problema, mas como uma disposição pulsante que move a elaboração psíquica. Os tais restos são fundamentais para o movimento, para a abertura à diferença, na medida em que perturbam a estabilidade que quer apenas manter-se enquanto tal. A perturbação não ultrapassa, entretanto, o campo de domínio do princípio de prazer; trata-se do irrepresentado em doses homeopáticas, se é que podemos dizer assim. É nesse sentido que podemos pensar que há uma dimensão de irrepresentabilidade própria ao recalcado, e é justamente isto que retorna em busca de tradução. De que modo retorna? Em ato, *agieren*.

Assim, a própria tradução implica em uma repetição. Podemos pensar que isso que sobra se apresenta de novo, repete, encenando a repetição diferencial e mostrando que não há representação possível sem a dimensão de apresentação e de repetição. Nesse sentido, Herzog (2011) propõe que a representação pode ser pensada como uma decantação, um desdobramento da apresentação, próximo do que dizia Scarfone (2013). Mas a autora vai além, deduzindo da importância conferida ao irrepresentado uma ampliação necessária da concepção do aparelho psíquico, em que a produção de

representações não é a única alternativa possível; “em outros termos, produzir uma narrativa encadeada não é a única saída, o próprio aparelho (...) comporta diversas conformações, dentre elas a captura e inscrição de um traço” (HERZOG, 2011, p. 85). O aparelho psíquico, portanto, é um aparelho de representar, mas é também um aparelho de desejar, de sentir, de alucinar, de sonhar. É possível, portanto inventar outros modos de expressão a partir dos fragmentos irrepresentados (HERZOG, 2011).

Herzog (2011) aponta, deste modo, para a existência de outras formas de expressão psíquicas diversas da *Vorstellung*. Isto será de suma importância quando trabalharmos a repetição do mesmo ligada às faces econômica e narcísica do trauma, que excedem o limite de captura do aparelho psíquico, impedindo a construção de representações. Assim, mais do que pensar que o destino de toda *Darstellung* é se converter em *Vorstellung*, o que seria clinicamente traduzido pela metaforização, transformando o que é da ordem do irrepresentado em elaboração psíquica aos moldes representacionais, devemos reservar à *Darstellung* “um lugar diferenciado do registro da representação estrito senso; não um para além do limite da representação, mas um lugar de passagem, da ordem do sensível” (HERZOG, 2011, p. 87).

Quando o paradigma é a repetição diferencial, entretanto, a aposta é que esta passagem da ordem do sensível poderá se ancorar em conteúdos representacionais e ser elaborada. O retorno do recalcado, portanto, apresenta uma potencialidade de simbolização. Ainda mais se pensarmos neste retorno dentro da transferência analítica, onde a regra fundamental da associação livre puxa como um ímã isto que se transfere para a articulação com a linguagem, abrindo campo para a construção de uma narrativa, corroborada ainda mais pelas interpretações do analista e pelos efeitos retroativos do *après-coup* (SCARFONE, 2013). A repetição diferencial, portanto, deve ser pensada como produto de um trabalho psíquico.

Se concordarmos com Freud (1912) que não é possível combater o inimigo *in absentia* ou *in effigie*, daremos a estes restos sensoriais a responsabilidade por trazer para a transferência um tipo de presença indispensável ao progresso da análise (SCARFONE, 2013). A possibilidade de apresentar de novo, portanto, deve ser pensada como uma “etapa rumo à capacidade de “representar-se” verdadeiramente, logo, de inserir numa rede simbólica aquilo que retorna do recalcado ou do excluído” (SCARFONE, 2013, p. 53). Evidentemente que há uma diferença entre o que retorna do recalcado e o que retorna do clivado, entre uma repetição diferencial e uma repetição do mesmo: o irrepresentado, no primeiro caso, passível de elaboração, enquanto no

segundo caso, obstáculo inerte, ainda que seja fundamental apostar na transformação desta inércia.

A (re-)(a)apresentação pode ter duas funções. A primeira é uma função transferencial na aceção dos “clichês” do texto de 1912 e, neste caso, a repetição de transferência dará lugar a uma elaboração, que pode ser facilitada pelas intervenções do analista, o qual reaviva as (re-)(a)apresentações e conduz sem muitos obstáculos à representação e à simbolização. (...) A outra função é a descarga. Esta será uma repetição agida, um *Agieren* na aceção radical (SCARFONE, 2013, p. 81)

Deste modo, podemos distinguir duas dimensões do *agieren*: uma que se repete na transferência e encontra um destino, e outra radical, que repete a falha de elaboração e não encontra outro modo de expressão senão a descarga. A primeira se ancora na dinâmica da repetição diferencial, enquanto localizaremos a outra como repetição do mesmo a partir do conceito de pulsão de morte. O *agieren* que nos interessa aqui é o primeiro que, embora faça oposição ao saber, porque escapa à possibilidade de representação, expressa o que não pode ser dito. Comporta, deste modo, uma dimensão comunicativa que se encena, capaz de deslocamentos mais próximos da representação, sob domínio do princípio de prazer. É a tal presença indispensável ao progresso da análise que Scarfone (2013) sublinha, ou a linguagem sensível de Herzog (2011), lugar de passagem. Se a repetição apresenta, insistentemente, a dimensão da subjetividade excluída pelo mecanismo do recalque, torna-se veículo de inclusão do que antes fora rechaçado, parte imprescindível do processo de elaboração.

Deste modo, a repetição pode ser pensada como exigência de trabalho para o psiquismo, causa de desprazer ao eu, posto que aumenta a tensão psíquica. É evidente que o desprazer suscitado corresponde a um prazer inconsciente. Entretanto, se lembrarmos que a lógica do princípio de prazer busca a homeostase, o psiquismo terá que encontrar meios de se livrar deste excesso, que poderá ser feito através de representações. A repetição dá dinamismo à vida psíquica na medida em que traz um potencial de abertura à significação dos conteúdos recalcados. A repetição em questão pode se tornar uma repetição diferencial, ao deslizar pela equivalência simbólica. Assim, o que se repete são protótipos da experiência infantil, novas tentativas de inscrição dos conteúdos inconscientes, que abrem para a inclusão da diferença. A renovação da apresentação possibilita a abertura do processo, que transforma o tempo atual em tempo representado, temporalidade do *a posteriori*, processo de elaboração infinita.

2.2

Da lógica do princípio de prazer para além

A temporalidade do *a posteriori* define o modelo representacional e a repetição diferencial. Entretanto, foi preciso que falássemos da fundamental importância da apresentação e da repetição para a possibilidade de inclusão da diferença. O esforço em direção à defesa do irrepresentado se fez justamente para subverter a hegemonia da representação, fincada como verdade da primeira tópica freudiana a que toda teoria da repetição encontrava-se subordinada (DELEUZE, 2006). O problema deste modo de conceber a teoria, ou seja, de tomar a representação psíquica como único ordenador da clínica, está no estabelecimento de uma normatização, como se tudo devesse passar apenas nessa dimensão (HERZOG, 2011).

Embora possamos pensar que há outras formas de trabalho psíquico, é inegável que a representação assume a liderança em 1914 e é nesse sentido que nosso olhar retornava a todo momento em sua direção, como morada final de um processo bem sucedido, mesmo garantindo o lugar do irrepresentado no próprio núcleo representacional. Isto porque o paradigma vigente naquele momento se erige sobre a reconstrução da história, através do preenchimento de lacunas da memória (KNOBLOCH, 1998). Se o *agieren* em 1914 só serve na medida em que mostra o que não é dito, em 1920 ele será tomado como testemunha da pulsão de morte, abrindo espaço para a construção de uma nova tópica. O reino da representação e do princípio de prazer poderá finalmente ser subvertido.

Antes disso, entretanto, devemos concordar com Deleuze (2006), para quem a repetição de 1914 fica sob a égide de um princípio negativo, mesmo que Freud reconheça sua utilidade clínica. É possível contra-argumentar, reivindicando que apenas em um primeiro tempo a repetição é tomada como puramente negativa, vista como resistência, posto que no momento seguinte será considerada como o fundamento da transferência e a produtora de novidade (GARCIA-ROZA 2003). Contudo, Freud considera o *agieren* como obstáculo a ser superado, a ser removido, o que é diferente de tomá-lo como etapa necessária ao processo de elaboração, como dissemos antes. Assim,

o estatuto da repetição enquanto conceito goza de uma negatividade neste período. Pois Freud está pensando que quanto menos o passado for recordado, mais ele será repetido (FREUD, 1914).

A repetição, neste sentido, seria da ordem de um engano que só acontece porque a recordação não é elaborada: “(...) repete-se tanto mais o passado quanto menos ele é recordado, quanto menos consciência se tem de recordá-lo – recorde, elabore a recordação para não repetir” (DELEUZE, 2006, p. 37). Há uma aura de otimismo baseada na crença de que a repetição pode cessar justamente porque ainda se acredita em uma elaboração completa, como se pudéssemos nos livrar do irrepresentável e tudo elaborar. A repetição, por este viés, é vista como impedimento, como entrave que deve ser eliminado para o sucesso de uma análise. É pela perspectiva do projeto de Freud deste momento, portanto, que a repetição pode ser tomada por um princípio negativo.

Qual é o projeto de Freud se não a lógica instaurada pelo princípio de prazer? Fortes (2008) nos ensina que o princípio de prazer representa o abandono do modelo da inércia pela constância, marcando toda uma arquitetura conceitual que manteve por muito tempo o conceito de representação como a chave mestre da discursividade psicanalítica. Assim, há uma relação intrínseca entre o princípio de prazer e a representação, cujo ponto de contato está na constância energética. Para entendermos esta relação apontada por Fortes (2008), teremos que fazer uma breve digressão que nos levará ao *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895, pois é neste texto que Freud constrói o primeiro princípio norteador do funcionamento mental, a saber, o princípio de inércia, cujo objetivo é livrar os neurônios da quantidade de energia que recebem (Freud, 1895/1950).

Isto significa levar o mecanismo da descarga ao máximo, para que a excitação seja totalmente eliminada. Se compreendermos que a função do princípio de prazer é a descarga das excitações, podemos aproximá-lo do princípio de inércia. Contudo, certamente encontraremos aproximações mais produtivas entre o princípio de prazer e o que Freud (1895/1950) chama, neste momento, de uma tendência para a constância. Ora, sem a manutenção de uma certa quantidade de energia circulando, é impossível que o psiquismo execute as ações necessárias à sua sobrevivência. O sistema nervoso,

portanto, é obrigado a abandonar sua tendência original à inércia, que o levaria à morte, para tolerar e manter um acúmulo energético capaz de satisfazer as exigências de uma ação específica (FORTES, 2012; BALESTRIÈRE, 2008).

Notemos que a tendência para a constância só será chamada de princípio de constância em 1920, em *Além do princípio de prazer*. Por enquanto, Freud fala da constância como uma outra forma de persistir do princípio de inércia: através do empenho em manter a energia circulante, pelo menos a mais baixa possível. A tendência para a constância, portanto, constitui-se a um só tempo como defesa contra o aumento energético e proteção contra o escoamento total, através da manutenção de uma certa quantidade de energia (FORTES, 2008). “A substituição do princípio de inércia pelo princípio de constância é fundamental para compreensão do princípio de prazer/desprazer, pois a constância oferece as condições de possibilidade para o funcionamento deste último” (FORTES, 2008, p. 69).

A lógica do princípio de prazer, portanto, busca o equilíbrio entre a pressão pulsional, a satisfação necessária e a sobrevivência psíquica. Sua função é a de proteger o psiquismo, dando-lhe um ritmo de regulação econômica cuja diretriz é clara: evitar excessos, sejam eles na forma de prazer ou de desprezer (SANTOS, 2002). O princípio de prazer, desta forma, busca a conservação do aparelho psíquico através da manutenção de um nível energético que não exceda determinada quantidade, cujo grau seria insuportável. É necessário, portanto, que se mantenha uma certa quantidade de energia circulando e, de preferência, que esta seja constante. Para tal, evita-se a estimulação externa e descarregam-se os estímulos pulsionais, através de um escoamento gradual, que nada mais é que a base do processo de representação (FORTES, 2012).

Ou seja, a atividade do pensamento depende do funcionamento do princípio de prazer. Novamente, o texto de 1895 nos auxilia, inaugurando a ideia de alucinação do objeto desejado, que será retomada diversas vezes por Freud. O desprezer gerado pelo aumento das tensões internas leva o sujeito a alucinar o objeto que traria satisfação, na medida em que seu desamparo físico e psíquico o impedem de realizar uma ação específica capaz de dar fim ao problema. Assim, a alucinação é a única resposta

possível neste momento originário, quando a presença do outro é absolutamente indispensável para solucionar as tensões da vida, como a alimentação, por exemplo.

De todo modo, outro desfecho terá que ser apresentado para este processo, pois não passamos a vida a alucinar nem a depender dos outros de forma absoluta. Pelo menos se tivermos um pouco de saúde mental. Será necessário, portanto, que se faça uma passagem da alucinação para a representação. É justamente o fracasso embutido na atividade de alucinar, pois a alucinação do seio não resolve a fome, que leva o psiquismo a representar os objetos do mundo exterior, com o objetivo de garantir uma satisfação mais efetiva.

O que está na base do processo de representação, desta forma, é uma experiência de decepção, procedente da ausência de diferenciação entre o registro da alucinação e o da percepção. Há, assim, duas maneiras distintas de buscar a satisfação: (1) através da alucinação, que opera pela identidade de percepção, ou seja, orientada pelo processo primário, com objetivo de encontrar uma percepção idêntica à imagem do objeto de satisfação ou (2) pela identidade de pensamento, em que a busca de satisfação está pautada no processo secundário, implicando em contenção da descarga e na transformação da energia livre em energia ligada (FREUD, 1900).

Enquanto a primeira via funciona através da descarga imediata, a segunda produz uma retenção. O que importa sublinhar é que a reserva de energia é a única forma de executar a ação específica, na medida em que conduz à satisfação através dos objetos da realidade. É preciso, portanto, suportar uma certa tensão energética, antes de encontrar o caminho do escoamento. “Entre a demanda de satisfação exigida pela pulsão sexual e a ação que sacia essa demanda insere-se a representação” (FORTES, 2008, p. 70). Se estamos falando de uma ação que modifica a realidade, estamos falando do princípio de realidade e não do princípio de prazer. A passagem da alucinação à representação ficaria associada, portanto, ao estabelecimento do princípio de realidade.

Qual será então a relação entre estes dois princípios? Ainda que possam apresentar inúmeras diferenças, podemos dizer que a relação não é de oposição, definitivamente. Se o princípio de realidade também busca a satisfação, pode ser pensado como um derivado do princípio de prazer. Sua diferença está na introdução da

possibilidade de adiamento, já que tem como fim a modificação efetiva da realidade através de uma ação. O princípio de prazer, em contrapartida, busca a descarga “imediate” e ignora a realidade. Essa descarga imediata, entretanto, deve ser relativizada, pois é preciso respeitar a manutenção da energia em um certo nível. Para que se possa substituir a descarga pela ação, é preciso não só que se tenha uma reserva energética à disposição, como é imprescindível que essa energia possa escoar gradualmente (FORTES, 2008).

Lembremos que o princípio de realidade é parceiro do princípio de prazer. Representa um passo a mais no sentido da conservação do organismo, por levar em conta a realidade. Isso não quer dizer que estejamos falando de outra forma de funcionamento psíquico, de uma lógica do princípio de prazer que se contrapõe a uma lógica do princípio de realidade. Queremos traçar uma continuidade que se faz entre o princípio de constância, o de prazer e o de realidade. Todos estão submetidos ao que estamos chamando de lógica do princípio de prazer, cujo ponto de contato está na reserva energética. Esta é também a base para a ação específica e para a atividade de pensar. Segundo Fortes (2008), o pensamento supõe um intervalo e pode ser localizado “entre” uma coisa e outra. Para sermos mais exatos, a atividade de pensamento se encontra no intervalo entre a descarga e a ação. A representação, portanto, (...) “articula-se com um prazer controlado, regulado” (FORTES, 2008, p. 71).

Podemos pensar que este prazer regulado aponta para sujeitos igualmente regulados e controlados, subjetividades prisioneiras da moderação: eis o problema de acreditar em uma hegemonia do princípio de prazer. Crença fantasiosa, pois rapidamente surge a figura do *agieren*, sob a perspectiva do primeiro momento do atual de que nos fala Scarfone (2013): repetição do mesmo que denuncia o excesso irreduzível da pulsão de morte. Estamos em 1920 e Freud terá que voltar atrás: “(...) seria incorreto falar de um domínio do princípio de prazer sobre o curso dos processos psíquicos” (FREUD, 1920, p. 137). Quando muito, podemos afirmar que existe uma forte tendência ao princípio de prazer no pensamento, mas que esta é contrariada por outras forças ou circunstâncias (FREUD, 1920). Eis o lugar da pulsão de morte se afirmando e instaurando o além do princípio de prazer. O modelo da representação será substituído

pelo modelo da descarga pulsional, alvo mais primitivo do psiquismo. Da primeira para a segunda tópica, portanto, temos “(...) *a mudança de referência paradigmática da representação à moção pulsional*” (GREEN, 2008, p. 130).

É o princípio da homeostase que obriga Freud a inscrever tudo o que deduz em termos de investimento, de carga, de descarga, de relação energética entre os diferentes sistemas. Ora, ele se dá conta de que há algo que não funciona aí dentro. *Além do princípio do prazer é isto. Nem mais nem menos* (LACAN, 1954-55/2010, p. 89).

O que Freud estabelece em 1920, portanto, é a existência de um modo de funcionamento psíquico insensível ao apelo homeostático, como também às lições da experiência. Um modo de funcionar que ignora paulatinamente o risco de se tomar o caminho mais curto (GREEN, 2002). É por aí que podemos afirmar, seguindo Green (2002), que a compulsão à repetição é o critério relevante para a mudança de paradigma da primeira para a segunda tópica. Pois o inconsciente, tal como pensado pela primeira tópica, falha em dar-lhe uma explicação, não dá conta do agir pulsional, já que este não põe em cena um sentido simbólico. A diferença existente entre o sistema inconsciente da primeira tópica e o id da segunda tópica, bem pode representar as diferenças entre a lógica do princípio de prazer e a lógica do além do princípio de prazer. Na medida em que o sistema inconsciente fala, o id age (GREEN, 2000/2002).

Green (2002) propõe que na primeira tópica, o que prevalece no sistema inconsciente são representações e afetos governados pelo processo primário. Estamos falando de um inconsciente que armazena os desejos infantis e, portanto, se apresenta como uma reserva inexaurível de desejo, que podem se fazer valer através de repetições diferenciais. Apesar da censura, o desejo inconsciente se deixa apreender no psiquismo inconsciente, sem implicar necessariamente uma descarga no real. O que importa é que a realização do desejo é levada em conta, através das tentativas de representá-lo na realidade psíquica. As pulsões estão fora do aparelho, apenas seus representantes fazem parte (GREEN, 2002).

O id da segunda tópica, entretanto, é habitado pelas pulsões e governado por processos dos quais a representação não participa. “Pode-se de fato notar, ao nível do Id, *a ausência de toda referência à representação*” (GREEN, 2008, p. 130). Estamos

falando de um id tirânico, que não busca a satisfação de desejo, mas responde à pressão pulsional, a saber, à necessidade de descarga exigida pela pulsão. “Essa ausência de referência à representação indica que Freud parou de uma vez por todas de referir-se à consciência e seus satélites dentro das diferentes espécies da representação” (GREEN, 2008, p. 130). Green (2008) aponta que o antigo modelo da representação (inconsciente, pré-consciente, consciente) precisou ser substituído por um modelo novo que se estabelece sobre o ato, pois a descarga é a figura mais importante. O ato pulsional, deste modo, é quem serve de paradigma, dando a dimensão da urgência implicada na descarga (GREEN, 2002). Estamos falando de um atual em estado bruto, como nos mostrou Scarfone (2013).

É por este viés que a repetição como princípio positivo virá à luz em 1920, em *Além do princípio do prazer*, quando a equação “repito porque recalco”, que anuncia o princípio negativo da repetição em 1914, será invertido por “recalco porque repito” (DELEUZE, 2006). Ou seja, é a repetição que instaura o recalque e não o contrário. O recalque não é o termo mais originário, mas a repetição, que pode mesmo ser tomada como um princípio do psiquismo. É a repetição do mesmo que dá legitimidade para a pulsão de morte, que não é descoberta em relação a tendências destrutivas, muito menos em relação a agressividade (GREEN, 2010b e DELEUZE, 2006).

O problema que o *agieren* encenava em 1914, portanto, se alarga. Além de clínico, passa também a ser teórico. Pois a compulsão à repetição, em 1920, fará Freud questionar a dominância do princípio de prazer, questão que incide diretamente sobre o modo de funcionamento do aparelho psíquico. Este princípio, até então hegemônico, só poderá estabelecer um ritmo de regulação econômica se o nível de excitações se mantiver relativamente estável no psiquismo. A prioridade do psiquismo é processar, enlaçar, dominar a excitação, mais que buscar prazer. Na verdade, se lembrarmos que o ideal do princípio de prazer é uma espécie de homeostase, que não tem nada de hedonista, diremos que a captura e o enlaçamento das excitações constituem-se como um ato preparatório, necessário mesmo para assegurar sua soberania (FREUD, 1920).

Ou seja, é somente quando o psiquismo está fora de perigo que o princípio de prazer e sua modificação em princípio de realidade podem se impor de forma

dominante. Portanto, o problema teórico denunciado pela compulsão à repetição é a parcialidade contida na lógica do princípio de prazer. O problema clínico de 1914, a repetição como obstáculo à rememoração, se desdobra em 1920 em um problema teórico-clínico: uma repetição demoníaca, que denuncia um modo de funcionar do psiquismo anterior e mais primitivo que o princípio de prazer. A roupagem da compulsão à repetição em 1920 servirá de estrutura para inovações teóricas, cujo aspecto a ser destacado diz respeito à ausência de representação de modo radical. Na verdade, trata-se de uma compulsão à repetição que é efeito da pulsão de morte e que está relacionada à natureza mais íntima das pulsões (GREEN, 2010).

O que é apresentado em *Além do princípio de prazer*, portanto, diz respeito à passagem de uma repetir atrelado ao retorno do recalcado, para uma repetição que atende à tendência pulsional, para além do princípio econômico regulador do aparato psíquico, o princípio de prazer. Esta posta a outra face do *agieren*. Não é por acaso que Freud (1920) formula esse caráter compulsivo da pulsão, ligado à sua última teoria do trauma, em que a invasão de grandes intensidades é capaz de impedir a passagem da energia livre para energia ligada. O que desencadeia o agir compulsivo, deste modo, diz respeito a algo que não consegue se fazer representar (ASSOUN, 1994).

Pois é possível reconhecer, na mente inconsciente, a predominância de uma ‘compulsão à repetição’, procedente dos impulsos instintuais e provavelmente inerente à própria natureza dos instintos — uma compulsão poderosa o bastante para prevalecer sobre o princípio de prazer, emprestando a determinados aspectos da mente o seu caráter demoníaco, e ainda muito claramente expressa nos impulsos das crianças pequenas; uma compulsão que é responsável, também, por uma parte do rumo tomado pelas análises de pacientes neuróticos. (FREUD, 1919, p. 256).

O que se repete em 1920, portanto, é o excesso pulsional, inaugurando uma tendência repetitiva a que chamamos repetição do mesmo. Para caracterizar este novo modo de repetição que se insinua no texto, Freud (1920) se utiliza da brincadeira infantil do fort-da, da neurose de destino, da repetição na transferência e dos sonhos repetitivos da neurose traumática. A pergunta que se repete é se esse fenômenos subvertem o princípio de prazer, que até então não sofria questionamento algum. De todos esses exemplos, trabalharemos aqui apenas a repetição na transferência, que já

estava disponível em 1914, mas que será pensada de outra forma em 1920. Freud (1920) destacará o fato de que o neurótico repete e revive, com especial habilidade, todas as situações afetivas dolorosas de sua infância. Ao invés de retornarem como recordações ou em sonhos, o que certamente causaria menor desprazer, elas atualizam suas feridas narcísicas na transferência como se fossem experiências novas.

Afinal, poderíamos esperar que a ação dessas pulsões devesse conduzir a uma vivência de satisfação; entretanto, mesmo naquela época essas pulsões apenas trouxeram desprazer, de modo que constatamos que nada se aprendeu com a velha experiência. A ação das pulsões é repetida mesmo assim, há uma coação [*Zwang*] que obriga a essa repetição (FREUD, 1920, p. 147).

Não se trata mais de repetir em busca de um prazer perdido, mas repetir por causa de uma coação. A novidade que se apresenta, portanto, é que a repetição não se vincula ao prazer inconsciente. Para sermos mais precisos, diremos que a repetição não está ligada ao prazer, tal qual pensado dentro do registro do princípio de prazer, aquele regulado pela lógica da constância. Isto não quer dizer que não possamos encontrar alguma espécie de satisfação em operação na repetição. O ganho de prazer de outra ordem, imediato e vinculado à repetição, de que Freud (1920) nos fala, aponta para isso. Há aqui um deslizamento importante: não se trata de um prazer relativo a um desejo inconsciente que pode ganhar expressão através de uma equivalência simbólica qualquer. Trata-se de um prazer que se vincula à própria repetição, ou seja, um prazer de repetir, em repetir.

Diante disso, Fortes (2008) destaca dois caminhos possíveis apontados por Freud em relação ao prazer, aquele relativo à (1) evitação do desprazer e outro cujo objetivo é a (2) obtenção do prazer. A partir desta economia pulsional do prazer, a autora apresenta uma economia correlata da dor, propondo que entendamos o primeiro caminho como uma “via reativa” e o segundo como uma “via afirmativa”. O primeiro, portanto, está sob a lógica do princípio de prazer e consiste na evitação da dor, ou seja, diz respeito a uma satisfação cuja base é a regulação e o domínio da excitação. Estamos diante de uma graduação da descarga, que é a base do mecanismo de representação. É uma via reativa, na medida em que este modo de regular a economia do prazer “tem

como consequência um enfraquecimento da intensidade pulsional (denominada por Freud de *força* da pulsão), mantendo uma espécie de homeostase pulsional que não permite a abertura do sujeito para o campo das *intensidades*” (FORTES, 2008, p. 67).

Por outro lado, temos uma lógica além do princípio de prazer, onde se abre um lugar para algo da ordem de uma intensidade, do aumento da quantidade de excitação, que pode ser prazeroso ou desprazeroso. Estamos falando de uma descarga mais radical e imediata, como aquela que a compulsão à repetição denuncia em 1920. Se por um lado, há o risco de esvaziamento do psiquismo, cuja perda é da possibilidade de trabalho, por outro, podemos pensar que se trata de uma via afirmativa, que não busca diminuição do desprazer.

Ao contrário, a procura por satisfação se faz independentemente da dor que possa ser encontrada no caminho. Não se trata de um prazer de evitação, mas de um acolhimento da dor que permite a experimentação de outras intensidades, admitindo “uma maior mobilidade pulsional” (FORTES, 2008, p. 67). Podemos pensar que estas formas de descarregar, ou modos de lidar com a dor, são duas maneiras que o psiquismo tem de dar conta da excitação: pelo movimento mais radical da descarga, sob domínio do além do princípio de prazer, ou através da representação submetida ao princípio de prazer. (FORTES, 2008; GREEN, 2002 e 2008)

O que Fortes (2008) anuncia, ao positivar o que chama de via afirmativa, não é uma visão hedonista de que devemos viver para sentir prazer e fugir da dor, mas “uma proposta ética de viver a vida na sua intensidade, ainda que de maneira dolorosa” (FORTES, 2008, p. 83). A autora aponta que Schneider (1977) também apreende duas maneiras de conceber o prazer na teoria freudiana: a primeira através de um princípio que faz dele um modo de extinção, movimento de contenção, anestesia e adormecimento que busca pôr fim a uma excitação; enquanto a outra toma o prazer enquanto experiência que abrange o ato de despertar, de renovar e seduzir. Deste modo, o prazer como evitação é radicalmente diferente, em termos econômicos, do prazer como fruição (FORTES, 2008).

Nesta perspectiva, a ideia de existir “um prazer do princípio” e “um prazer da experiência” demonstra como a economia do prazer poder conduzir a *sentidos distintos para a dor*, quais sejam, o de uma experiência que se abre para a intensidade da excitação, implicando uma *passagem pela dor*, e o de um prazer que busca, ao contrário, evitar a dor. A concepção freudiana do prazer inclui duas palavras antagônicas – prazer e princípio - , uma vez que o princípio neutraliza o prazer de seus poderes transgressores e transformadores, retirando dele a sua força eruptiva (...) (FORTES, 2008, p. 84)

Se o prazer além da homeostase traz uma força eruptiva com poderes transgressores e transformadores, a repetição do mesmo expressa a disruptividade de uma intensidade que não consegue ser apreendida pelo aparelho psíquico. Falaremos de uma experiência, portanto, que mais que implicar em uma “passagem pela dor”, como afirma Fortes (2008), pode ser pensada como um arrebatamento pela dor, inevitável e que se afirma através de um congelamento do tempo. Podemos manter, como questão de fundo, a indagação de como transformar isto que chamamos de arrebatamento pela dor - efração do escudo protetor próprio ao traumático de 1920 ou àquele de 1939 - em potência de transformação. É por este caminho que trilharemos agora, buscando compreender o que estamos chamando de repetição do mesmo.

2.3

Repetição do mesmo e seus paradoxos

O melhor modo que encontramos para caracterizar a repetição do mesmo é contrapô-la à repetição diferencial vista anteriormente. Enquanto o *agieren*, em 1914, advém de um material recalcado, cujo aspecto irrepresentado não só encontra mais facilmente o caminho da representação, como lhe dá vivacidade; o *agieren* em 1920 deriva do que não se inscreve e, por esta razão, se repete indefinidamente, em busca de um destino. Urribarri (2010) esclarece que a compulsão mortífera não pode ser confundida com a repetição própria do desejo inconsciente, da pulsionalidade desejanter. A primeira diferença a ser marcada, portanto, refere-se à origem, que na repetição do mesmo se apresenta como um excesso que não atingiu qualquer inscrição. Estamos apresentando um aspecto do irrepresentado que gera efração, diante da impossibilidade de ligação comandada pelo eu. Deste modo, diremos que a repetição do mesmo

responde ao trauma, em sua face econômica e narcísica.

Retornemos à *Carta 52* para melhor entendermos a repetição do mesmo, pois do mesmo modo que Freud (1986a) está tratando das inscrições psíquicas - apresentando um aparelho de memória que atualiza as informações passadas, constrói novas representações em função de sua capacidade de reordenação das representações que o compõem -, também problematiza o que não se inscreve. Como aponta Antonello e Herzog: “(...) a memória é exercida, também, em uma parte que é irrepresentável, ou seja, fora do campo da simbolização” (ANTONELLO e HERZOG, 2012, p.112). A distinção entre traços e impressões sensíveis deve ser recuperada, pois agora nos interessa para discriminar a repetição diferencial - sob domínio do princípio de prazer, da repetição do mesmo - compulsão à repetição além do princípio de prazer.

Devemos pensar essas impressões sensíveis que não se tornaram traços como *fueros*, noção que Freud retoma em 1939, a propósito da face narcísica do trauma. Estes seriam marcas psíquicas, impressões que não se inscreveram no psiquismo como traço. Pois as marcas ou os *fueros* não participam da cadeia representativa em nenhum grau, estão absolutamente apartadas desse modo de funcionamento, na medida em que não puderam ser ligadas pelo eu. Deste modo, não podem ser evocados pela lembrança. O que está em jogo é um “(...) fator *energético*. Não se trata, portanto, de representação, mas de expressão de pura intensidade” (KNOBLOCH, 1998, p. 89). Devemos sublinhar o fator quantitativo, que, na medida em que não encontra processamento, danifica o aparelho psíquico, como ressalta Scarfone (2013). Só o que resta é a via da descarga, sob comando da repetição do mesmo, primeiro momento do atual: obstáculo bruto que produz paralisia.

Quando trata dos *fueros* na *Carta 52*, Freud fala da persistência de um (...) “anacronismo: numa determinada região ainda vigoram os *“fueros”*; estamos em presença de ‘sobrevivências’”(FREUD, 1986a, p. 283). O que esse anacronismo nos ensina sobre a temporalidade da repetição do mesmo, segunda diferença a ser marcada? Parece-nos que se trata de um anticronismo, não como na acepção do dicionário que se refere ao erro de datas, mas como algo que joga contra o tempo, posto que ignora sua passagem. Se este modo de repetição pode ser tomado como tentativa de processar o intraduzível através da repetição do terror (BOKANOWSKI, 2002, 2005), o que acontece não é nada mais que o mesmo: a descarga, que segundo Green (2002), consiste na tentativa de criar um vazio no seio do psiquismo. Nesse sentido, o autor propõe que a repetição do mesmo é uma *“assassina do tempo”* (GREEN, 2002, p. 78), pois o que é

eliminado assim tão rápido não pode ser tocado pela transformação (GREEN, 2002). Voltaremos a este ponto depois.

Assim, enquanto as doses homeopáticas do irrepresentado movimentam o processo de representação na repetição diferencial, abrindo uma temporalidade do *a posteriori*, o irrepresentado bruto da repetição do mesmo se apresenta como “presente permanente” ou como “presente absoluto”, como propõe Knobloch (1998). O tempo da repetição do mesmo, portanto, está diretamente associado à concepção do trauma de 1920 ou de 1939, como aquilo que não aconteceu, posto que nada foi possível representar (JANIN, 1999; WINNICOTT, 1974; FERENCZI, 1934). Se não podemos falar propriamente de um acontecimento do passado, como falar em uma repetição do passado? Evocar esta ideia de que não é o passado que é repetido, entretanto, não basta para caracterizarmos a temporalidade que queremos, pois também se aplica à repetição diferencial.

O conceito de *agieren* em 1914, por sua vez, testemunha um passado que não passou, pois se tivesse passado não retornaria. Também não produz algo que está no presente, pois se fosse presente, logo encontraria o passado e não voltaria mais (SCARFONE, 2013). “Em não se tornando passado, também não pode ser um presente; ou então, precisa ser concebido como um presente bem particular, não eterno, mas um ‘presente atemporal’(...) ‘tempo atual’, ou melhor, *impassado*¹⁰” (SCARFONE, p. 66). O que retorna, entretanto, deu entrada como traço mnêmico, e ainda que tenha se inscrito em um ponto anterior ou posterior do processo de representação, entrou nesse registro. Portanto, ao se apresentar, é mais suscetível à transformação do tempo, pode incluir diferenças.

O “presente permanente”, em contrapartida, seria expressão da repetição do mesmo, primeiro momento do atual, traduzindo um congelamento temporal e psíquico, “assassinato do tempo” porque impede qualquer transformação. A especificidade da repetição do mesmo está na ausência de movimento, na permanência, no absoluto, no eterno, no que cisma em ser igual. Não estamos tratando da atemporalidade do inconsciente, que Green (2002) chama de atemporalidade de *Eros*, persistência dos

¹⁰ Notemos que Scarfone (2013) utiliza os termos “impassado”, “presente atemporal” e “tempo atual” como sinônimos. Diante disto, é preciso que façamos uma retificação, pois no primeiro capítulo associamos o “impassado” ao “presente permanente”, para caracterizar a dimensão irrepresentada do trauma e da pulsão de morte. O “impassado”, ao contrário, deve ser visto através de uma dupla potencialidade: suscetível de abertura para a repetição diferencial ou para repetição do mesmo.

traços deixados desde a mais tenra infância. O que está em questão é a atemporalidade de Thanatos, persistência da descarga, do vazio, da ausência de representação (GREEN, 2008). “Ao contrário do “fora-do-tempo”, que caracteriza a repetição do desejo inconsciente, a compulsão mortífera corresponde a um “anti-tempo” (URRIBARRI, 2010, p. 23)”.

Deveríamos lembrar que a atemporalidade do inconsciente concerne aos acontecimentos positivos, desejáveis, esperados. Ao contrário, a compulsão à repetição não é somente um ignorar do tempo (...). *É, em realidade, uma negação do tempo.* Na atemporalidade do inconsciente, o mundo continua a avançar. Nos é que nos mantemos eternamente jovens e fixados às ilusões de nossa juventude. Na compulsão à repetição, não somente nos recusamos a crescer, mas ainda temos a fantasia louca que nos diz que podemos *parar a marcha do tempo.* (...) É como se, ao tentar parar o tempo, nós efetuássemos um *assassinato do tempo.* (...) A diferença entre a atemporalidade e a negação do tempo parece coincidir com a prevalência de Eros no primeiro caso, e a prevalência das pulsões de destruição no segundo (GREEN, 2008, p. 226).

Animada por essa temporalidade que nega o tempo, podemos pensar o conceito de repetição do mesmo como um curto-circuito, que segundo Green (2002), se faz na medida em que a pulsão consegue atravessar os limites psíquicos, invadindo o corpo (por meio de uma somatização) ou a realidade (em forma de atuação). Está aqui a grande novidade de 1920, a saber, atribuir as características da pulsão de morte à compulsão à repetição, antes vista apenas como um fenômeno clínico. Segundo Green, a “*com-pulsão à repetição*” em 1920 forma o núcleo da pulsão de morte, apresentando sua tendência à descarga imperiosa (GREEN, 2008, p. 130). A repetição, portanto, seria o regime normal da pulsão em estado livre (MEZAN, 2011).

Entramos em uma espécie de círculo vicioso, em que a compulsão à repetição em 1920 se aproxima da pulsão de morte de tal modo que quase se confundem (GREEN, 2011), pois a compulsão à repetição é o destino mais direto e maciço do recrutamento pulsional. Isto anuncia a repetição como princípio, ou seja, um princípio de repetição que é mais originário que o princípio de prazer e que se liga à atividade pulsional. É por isso que a compulsão à repetição de 1920 é “mais arcaica, mais elementar e mais pulsional do que o princípio de prazer, o qual ela suplanta” (FREUD, 1920, p. 148). Green (2002) propõe que a compulsão à repetição seja considerada como uma subversão do princípio de prazer, por conta de um fracasso que este teria sofrido nas condições de sua instauração, associado às falhas do objeto primário. A compulsão à repetição seria situada por Green (2002), portanto, em dois períodos que Freud (1920) aponta em *Além do princípio de prazer*: no momento de ligação primária e preparatória

da instauração do princípio de prazer e no próprio momento de instituição deste princípio, que fracassa precocemente ou entra em colapso mais tarde (URRIBARRI, 2011).

Pautado em Green, Urribarri (2011) explica que a compulsão à repetição, portanto, surgiria da impossibilidade de elaborar uma solução compatível entre o funcionamento pulsional e o funcionamento do objeto primário. Embora exista uma forte articulação entre a compulsão à repetição em 1920, como efeito de um trauma precoce, podemos pensar que a subversão em relação ao princípio de prazer pode se dar no momento da constituição psíquica, como também em momento posterior, como testemunham as neuroses traumáticas. Deste modo, há sempre subversão do princípio do prazer quando falamos em uma repetição do mesmo, assim como a unidade estrutural do eu é sempre posta em xeque quando falamos na face econômica ou narcísica do trauma.

Na verdade, o trauma descrito em 1920 e aquele de 1939 comportam uma face narcísica e econômica ao mesmo tempo, mas com consequências diversas. O que nos importa destacar do pensamento de Green (2002), entretanto, é que não se trata tanto de imaginar a compulsão à repetição como expressão direta de um impulso ou meta destrutivo originário, mas como dinâmica psíquica resultante de uma situação traumática anterior (URRIBARRI, 2011), seja ela precoce ou não. A compulsão à repetição triunfa, portanto, quando não é possível ao eu tolerar uma decepção da realidade (do objeto externo) ou uma intensificação temporária do investimento pulsional (GREEN, 2002; URRIBARRI, 2011).

A força pulsional escapa ao trabalho psíquico de representação, de mediação pelo pensamento (GREEN, 2002; SCARFONE, 2013). Escapa, portanto, de ser capturada pelas leis que regem o funcionamento do princípio de prazer, apresentando outra lógica. O *agieren* em 1920, desta forma, resulta da retirada da simbolização pertencente ao ato, reduzindo-o a sua factualidade, “(...) como se não tivesse necessidade de nenhum outro sentido que aquele de obter realização imediata, sem detour e sem futuro, pelo caminho mais rápido” (GREEN, 2002, p. 79). Ao mesmo tempo, é justamente este curto-circuito que apresenta uma ligação com o prazer. Pois se fosse apenas doloroso, não poderíamos compreender o poder de atração que a compulsão à repetição exerce sobre o psiquismo (GREEN, 2002).

Green (2002) observa que o *agieren*, ou se quisermos, o *acting out*, é um ato pulsional, que precisa ser diferenciado tanto do ato propriamente dito, como também do

ato falho¹¹. Pois o ato inclui uma intencionalidade, assim como a capacidade de fazer desvios para alcançar uma meta. Supõe, desta forma, uma possibilidade de adiar a satisfação. O ato falho, por sua vez, revela algo do prazer, que deveria ter permanecido recalçado. Assim, tanto o ato propriamente dito, como o ato falho, obedecem à lógica do princípio de prazer. O que acontece no *acting out*, entretanto, é a necessidade de satisfação instantânea. Embora possamos pensar que o que se repete pode não tomar a forma de uma atuação, se apresentando através de um sonho repetitivo ou de um desejo recorrente, Green (2002) ensina que a atuação serve de paradigma, de modelo para estas repetições, na medida em que apresenta a lógica do além do princípio de prazer, lógica além ou aquém da representação (GREEN, 2002).

Não é por acaso que os sonhos da neurose traumática são o melhor exemplo para esta repetição de 1920, em que o conteúdo se apresenta exatamente igual, não se deixando tocar pelas vicissitudes do trabalho psíquico. O que se repete é o mesmo sonho, que produz o mesmo susto. Há algo que não se deixa apreender pelo movimento incessante da cadeia associativa. Devemos lembrar que, na medida em que esses sonhos remetem os doentes de volta à situação do acidente, não estão a serviço da realização do desejo. O sonho apresenta o que não consegue ser tramitado psiquicamente, repete-se enquanto tal, até que ganhe um destino psíquico. Ao mesmo tempo, portanto, em que esta repetição do igual testemunha o fracasso do processamento, apresenta-se como um empuxo que obriga ao trabalho psíquico. As imagens dos sonhos traumáticos seriam uma primeira ligação da angústia desencadeada pelo trauma, através da figurabilidade (LEJARRAGA, 1996).

Retomemos a repetição na transferência em 1920, pois é daí que Freud deduz que há algo no ser humano que não se sujeita, que não se deixa penetrar pela lógica do princípio de prazer, que não entra no mecanismo do processo secundário, que não se deixa ligar. Isto nos interessa porque revela uma importante problemática, qual seja, a de um limite da representação e da elaboração psíquica. A partir desta premissa, é preciso pensar a direção da intervenção clínica, ou seja, qual trabalho a ser feito com as marcas ou *fueros*, mais uma diferença em relação à repetição diferencial.

¹¹ O *agieren*, *acting out*, ato pulsional, atuação serão usados como sinônimos neste trabalho.

Já no caso dos analisados, fica claro que a compulsão a repetir na transferência os acontecimentos do período infantil de sua vida se sobrepõe ao princípio de prazer em *todos* os sentidos. O doente, nesse caso, age de maneira completamente infantil e assim nos revela que os traços recalcados das lembranças de suas primeiras experiências psíquicas não estão disponíveis em estado de enlaçamento e fixados [*gebundenen*]; assim, até certo ponto, esses traços estão incapacitados a operar no processo secundário (FREUD, 1920, p.159).

O que essas “primeiras experiências psíquicas” sinalizam, pois, é que há outras ocorrências no psiquismo, diferentes do âmbito psíquico representacional, abrindo para que pensemos, possivelmente, em outros modos de elaboração para além da representação. Com certeza, é possível pensar em outros mecanismos de defesa em vigor nesse modo do psiquismo operar, como a clivagem, da qual falamos a propósito da face narcísica do trauma. O que parece importante atentar é que quanto mais extensa for a incidência do trauma na malha psíquica, mais se forma um psiquismo que se estrutura pela lógica do além do princípio de prazer (FIGUEIREDO, 2008).

Curiosamente, ainda que Freud legitime a repetição em 1920 como tendência humana, associando-a ao pulsional, o recurso clínico para o trabalho com as diversas faces da compulsão à repetição se mantem o mesmo, a saber, a inscrição do inassimilável em um psiquismo representacional (MAIA, 2005, p. 205). Enquanto a repetição de 1920 testemunha um momento anterior, em que é preciso dominar uma intensidade para iniciá-la na teia de representações, a repetição de 1914 já se encontra inscrita neste registro. Será que se trata de capturar a lógica do além do princípio de prazer para submetê-la à lógica do princípio de prazer? Ou instaurar a temporalidade do *a posteriori* neste tempo do “presente permanente”? Vimos no capítulo anterior uma mudança de direção clínica que, ainda que objetive a construção narrativa do que não está inscrito, sublinha a importância do acolhimento do estranho através de um espaço analítico sensível, no qual a transferência é o canal primordial para comunicar o que não se representa.

O paciente precisa “lembrar” isto, mas não é possível lembrar algo que ainda não aconteceu, e esta coisa do passado não aconteceu ainda, porque o paciente não estava lá para que ela lhe acontecesse. A única maneira de ‘lembrar’, neste caso, é o paciente experienciar esta coisa passada pela primeira vez no presente, ou seja, na transferência (WINNICOTT, 1974/1994, p. 74).

Próxima a Winnicott, Knobloch (1998) propõe que o encontro com o analista possibilitaria a vivência do acontecimento, podendo abrir a temporalidade fechada em si mesma para outro tempo: “tempo em que o efeito do estranhamento será manifestação da vida, e não mais da morte, em que o íntimo que nos inquieta poderá existir e manter, assim, a estranheza desse estranho” (KNOBLOCH, 1998, p. 31). O trabalho de análise, portanto, consistiria na abertura desta temporalidade que se fecha em si mesma, acolhendo o irrepresentado como figura essencial da vida e do trabalho psíquico. É nesse sentido que Knobloch (1998) questiona se este trabalho em questão é o trabalho de inscrição.

Ora, a primeira pergunta que se coloca é a de se o trauma tem que ser, necessariamente, inscrito. Ou ainda, se a inscrição não foi possível, esse impossível não poderia ser acolhido como tal? Nesse caso, se trataria de permitir que esse impossível se anuncie e, para isso, seria necessário buscar meios que possibilitem o que eu chamaria de “trabalho” do traumático. Pensar assim implica a ideia de que não é “inscrição” do trauma aquilo que a análise deve visar, mas sim o “trabalho” do traumático (KNOBLOCH, 1998, p.116)

Antes de qualquer coisa, a ideia de “trabalho” do traumático de Knobloch (1998) parece apontar para a importância do respeito à complexidade psíquica. A inscrição poderia ser um dos caminhos, portanto. Mais que explicar os limites terapêuticos recorrendo a realidades materiais como o destino biológico, a robustez egóica ou fatores constitucionais, como aponta Guillaumin (1980), é preciso considerar e sustentar os paradoxos em toda sua plenitude, pois não só o sistema de referência freudiano possui diversas contradições, como o próprio exercício da clínica conduz a paradoxos (GUILLAUMIN, 1980). Devemos lembrar o que nos disse Herzog (2011), que produzir uma narrativa encadeada não é a única saída, pois o próprio psiquismo comporta diversas possibilidades de trabalho. Podemos pensar que o trabalho visa a uma narrativa, mas que esta pode se fazer de formas diversas, não necessariamente através do modelo representacional.

O esforço subjacente a esta discussão é mais uma vez na direção de romper com a hierarquia representacional. Assim, não se trata de adotar a ideia de que o intraduzível será eliminado ou incluído na malha representacional, mas atentar que a repetição do mesmo também obriga ao trabalho, na medida em que desestabiliza as bases psíquicas ao anunciar o intraduzido e, nesse sentido, também pode ser visto como potencial abertura para o novo. Além disso, força uma ampliação da escuta clínica, através da via afetiva, na qual a “função do analista consistiria em estabelecer, com o paciente, um campo transfero-contratransferencial que privilegie os afetos como ferramenta clínica” (WINOGRAD, KLAUTAU E SOLLERO-DE-CAMPOS, 2014, p. 165). Não queremos com isso diminuir a importância da representação no trabalho analítico como objetivo essencial, mas apontar para a importância da valorização e discriminação de modos de trabalho do psiquismo que não o trabalho representacional, como ficará mais claro em nosso terceiro capítulo.

Assim, do mesmo modo que não devemos necessariamente opor irrepresentado e representado, embora se trata de um par assimétrico, não devemos pensar que se trata de uma oposição entre dois modos de repetir, mas de níveis de funcionamento psíquico que se expressam através da repetição, apresentando-se para todos, em maior ou menor grau (BUENO, 2004). Assim, há uma interação constante entre esses dois registros fundamentais de funcionamento psíquico: o funcionamento simbólico sob a lógica do princípio de prazer, e o funcionamento para além do princípio de prazer (BOKANOWSKI, 2005). Podemos questionar se o funcionamento expresso pela compulsão à repetição em 1920 deve ser chamado de primitivo. Chervet (2011) nos diz que não se trata de um funcionamento antigo, anterior a um outro mais elaborado segundo um ponto de vista genético linear, mas um funcionamento inconsciente que se torna perceptível desde que a regressão não se detenha no polo alucinatório, mas continue seu caminho.

Afora isso, ainda que o trauma seja destruturante, sempre dirige processo de subjetivação, se o sujeito a ele sobreviver. Teríamos, assim, que resguardar uma diferença entre o trabalho de processamento psíquico, que se faz sob a égide da representabilidade, de outras formas de subjetivação. Nesse sentido, o trauma não lesaria um eu pré-existente. Ao contrário, o trauma também seria responsável por definir o que se é (CASTEL, 2001). Ou melhor, as feridas narcísicas produzidas pelo trauma em 1939, ao afetarem o eu em constituição, marcariam a construção da singularidade do sujeito. “Se a repetição nos torna doentes, é também elas que nos cura;

se nos aprisiona e nos destrói, é ainda ela que nos liberta, dando, nos dois casos, o testemunho de sua potência ‘demoníaca’” (DELEUZE, 2006, p. 42/43).

Eis que a repetição conjuga potência de vida e de morte. Diante disso, vejamos o paradoxo da compulsão à repetição anunciado por Green (2002, 2011), pois por um lado expressa uma disposição pulsional que se apresenta como uma energia livre, caótica, que ignora a ordem psíquica e só quer descarga; por outro, se apresenta como uma função de domínio desta mesma excitação, na medida em que o próprio movimento de repetir poderia possibilitar uma captura e ligação do excesso, transformando-o em algo a ser processado psiquicamente. Entretanto, o que a compulsão à repetição em 1920 testemunha é o fracasso do projeto de domínio, quando a face de descarga ganha o primeiro plano da cena (GREEN, 2002, 2011). Chervet (2011) compartilha deste paradoxo, anunciando que a compulsão à repetição traduz o conflito entre uma tendência regressiva e extintiva da descarga e o imperativo de inscrição psíquica.

Deste modo, a compulsão à repetição é ao mesmo tempo efeito psicopatológico do traumático, assim como apresenta função estruturante, na medida em que consiste em uma tentativa de ligar o excesso pulsional. Interessa-nos, portanto, problematizar essas duas faces da compulsão à repetição, a saber, (1) a função de domínio e (2) a problemática da descarga pulsional. Ambas interpretações estão intimamente ligadas à pulsão de morte, conceito que expressa, por excelência, a ideia de energia livre que não encontra representação. A função de domínio pode ser tomada como testemunha do esforço incessante do aparato psíquico em processar as quantidades. Se a pulsão representa uma “medida de exigência de trabalho feita à vida anímica” (FREUD, 1905, p. 159), o aparelho psíquico responde com processamento, em trabalho contínuo de captura e transformação destas intensidades que lhe atingem.

A função de domínio da compulsão à repetição, deste modo, pode ser vista como uma indicação de trabalho psíquico, como esforço contínuo do psiquismo em retomar uma certa homeostase garantida pelo princípio de prazer. Mais que isso, como assinala Fortes (2008), o trabalho da repetição em 1920 pode ser pensado como uma tentativa de ligação fora dos moldes do princípio de prazer, “pois se trata de uma ligação que se faz a partir do próprio excesso e não a partir de um rebaixamento energético” (FORTES, 2008, p. 97). A tentativa de ligação, portanto, se faz às custas do contrainvestimento, a partir da mobilização energética de todos os sistemas psíquicos. Quando a ligação falha, entra em ação a descarga. Entretanto, devemos lembrar que a operação da descarga

também não se faz de forma automática, na medida em que exige este trabalho anterior de deslocamentos direcionados de energia (FORTES, 2008).

Se a compulsão falha em processar o excesso, não falha em detonar a descarga, que podemos nos arriscar a dizer tratar-se de outro modo de trabalho, trabalho da pulsão de morte. Pois se não é possível elaborar, que pelo menos seja possível livrar-se do excesso que causa inundação. Voltaremos a este ponto depois que entendermos melhor o funcionamento do mecanismo da descarga, pois o que a experiência mostra é que a compulsão à repetição não pode ser entendida apenas como função reparadora. Ela expressa uma tendência repetitiva que além de ultrapassar, ignora vigorosamente qualquer possibilidade de elaboração. Embora possamos supor um potencial restituidor na compulsão à repetição - notem que estamos falando em uma potencialidade - , há também a existência de uma tendência repetitiva que, ao se afirmar ferozmente, ganha o destaque da cena (GARCIA-ROZA, 2003). O que se repete é a descarga, efeito de uma mobilização pulsional, de um excesso que pressiona para sair de forma tão urgente que não pode esperar por outro destino. Trata-se de um imperativo pulsional, que enquanto força, só quer descarga (GREEN, 2002).

O excesso, deste modo, não é capturado, mas evacuado. Como mostra Green (2002), o paradoxo é da própria descarga, na medida em que a expressão da pulsão de morte sobrepuja o desejo de comunicar um conteúdo psíquico. A descarga se sobrepõe, portanto, à possibilidade de elaboração. A pulsão de morte, nesse sentido, não permite que nada seja preservado no psiquismo, pois a descarga esvazia momentaneamente o psiquismo de sua tensão conflitiva, que poderia permitir-lhe enriquecer e complexificar sua organização (GREEN, 2002). É justamente esse esvaziamento produzido no psiquismo que prima sobre qualquer outro objetivo (GREEN, 2011). Deste modo, a energia que poderia ser usada para fins de elaboração, se dissipa no próprio movimento de repetição. A descarga, desta forma, esvazia o aparelho psíquico e esgota sua energia. Urribarri (2011) propõe pensemos em termos de uma descarga negativa, oposta à ação específica assim como à satisfação fantasiosa/ alucinatória. Trata-se da busca pela extinção da pressão pulsional, da tentativa de livrar-se da impotência que se aproxima do desamparo.

Estamos diante do domínio da função desobjetalizante, que segundo Green (2011), simplifica os eventos psíquicos através da recusa da complexificação implicada

na função objetizante. Se quem expressa o excesso é a própria pulsão de morte, “uma energética sem representação, que se opõe às tentativas de simbolização realizadas por *Eros*” (KNOBLOCH, 1998, p. 96), a questão que se apresenta é da defusão pulsional, causada justamente pelo trauma, dentro da perspectiva econômica e narcísica. Segundo Green (2011), a passagem à força promovida pela descarga facilita o retorno do mesmo, que se anexa à monotonia das fixações narcísicas. “A novidade trazida pelo objeto é anulada, para manter o princípio de não-mudança ligado à pulsão de morte” (GREEN, 2011, p. 66). Estamos mais uma vez no registro do narcisismo negativo (GREEN, 1988b), no qual a diferença deve ser abolida, na medida em que só pode ser experimentada como ameaça de desintegração, como diz Figueiredo (2008).

Vejamos as três hipóteses complementares de Figueiredo (2008) a respeito da compulsão à repetição, que também ajudam a entendê-la: a dimensão de descarga, a do caráter mortífero do narcisismo, mas também o aspecto de insistência da vida. Assim, a compulsão à repetição (1) estaria refletindo a tendência à descarga e ao zero absoluto de tensão através da destruição das diferenças, expressão do fato da pulsão de morte não ter encontrado os objetos primários que lhe possibilitassem uma contenção como também uma (2) afirmação daquilo que é próprio, pois ainda que possa parecer “(...) apenas como autoaniquilamento, há um *próprio* que se constitui na pura repetição do mesmo, sem que alguma diferença possa ser admitida, pois ela seria experimentada como desintegração” (FIGUEIREDO, 2008, p. 153). Além de (1) e (2), haveria ainda uma terceira dimensão para esta problemática em que (3) as operações da pulsão de morte a as repetições que se dão além do princípio de prazer também apontam para uma “insistência da vida”, apresentada como uma busca por um objeto primordial (FIGUEIREDO/, 2008).

Portanto, a *repetição* é também, mesmo quando reduzida à pulsionalidade mais primitiva, a testemunha de uma procura de *afirmação do mesmo à revelia do outro*; pode ser entendida como “narcisismo de morte” (GREEN, 1983), mas é, ainda assim, narcisismo, *constituição do próprio* (FIGUEIREDO, 2008, p. 153)

É neste sentido que devemos pensar que a descarga promovida pela pulsão de morte, através da compulsão à repetição, também pode ser tomada por uma dupla

perspectiva: enquanto fracasso da potencialidade de elaboração, assim como meio de livrar-se da inundação energética. Afora isso, a compulsão à repetição deve ser pensada também como manobra que limita os efeitos da destrutividade que só operam em referência àquilo que se repete (GREEN, 2011). Como nos diz Chervet (2011), a fórmula que anuncia o trabalho da pulsão de morte, na esteira da desfusão pulsional, consiste na “perda da parte pelo todo”, pois trata-se de perder uma parte para salvaguardar o que resta (CHERVET, 2011, p. 28). A possibilidade de elaboração é perdida em nome da proteção do funcionamento egóico, ameaçado pelas quantidades não ligadas, ainda que às custas de um narcisismo mortífero. Eis que indicamos a face disruptiva da pulsão de morte, enquanto efeito do traumático, embora esta também possa ser vista enquanto potência subversiva que abre espaço para o novo. Será este o caminho que seguiremos agora.

3

A pulsão de morte e a negatividade necessária

A ideia de força sem representação que se expressa pelo desinvestimento foi o modo que privilegiamos para definir o conceito de pulsão de morte. A partir deste pressuposto, vimos que esta pode produzir dois efeitos: (1) impulso necessário à mudança que participa da face *a posteriori* do trauma e da repetição diferencial e (2) potência traumática, que inunda o aparelho psíquico e detona a repetição do mesmo, como vimos a propósito da face econômica e narcísica do trauma. O conceito em questão, deste modo, está muito próximo do traumático enquanto aquilo que rompe com a representação. Do mesmo modo, associa-se intimamente à repetição, principalmente a de 1920, contribuindo para o material que desencadeia sua ação. Afora estes dois efeitos que trabalharemos com mais detalhes agora, há ainda um efeito da pulsão de morte enquanto princípio estruturante do psiquismo, instalação de uma ausência necessária ao processo de constituição de limites internos e externos e na própria construção de representações. Trata-se do trabalho do negativo proposto por André Green (2010), trabalho de apagamento do excesso, que abordaremos neste capítulo. Pela via do trabalho do negativo, a potência traumática da pulsão de morte poderá ser pensada como potência de sobrevivência diante de uma situação limite.

Pois bem, do que se trata a negatividade que dá título ao nosso capítulo, a que caracterizamos como necessária? Antes de respondermos, Green (2002) nos lembra que (...) existem numerosos “traços” do negativo em Freud, um negativo, por assim dizer, inconsciente de si mesmo, a começar pelo conceito de *in-consciente*” (Green, 2002, p. 260). Muitas outras formulações freudianas também carregam este traço, como o luto e a perda do objeto, as representações por suas relações com a pulsão, e principalmente “(...) o imenso continente da pulsão de morte” (Green, 2002, p. 260). A definição geral de Green (2010) para o negativo é a seguinte: “utilizo aqui a referência ao negativo para designar aquilo que, na teoria, visa comumente o sentido latente, em oposição ao sentido manifesto, que identifico com a positividade” (Green, 2010, p.30).

Embora a generalidade do termo possa perturbar sua definição, como aponta Duparc (2000), é preciso ainda assinalar a polissemia do vocábulo não, da qual Green (2010) destaca quatro sentidos: (1) oposição ativa, na qual cada termo positivo e negativo (sim e não) entra em uma relação de antagonismo, cada termo buscando

suplantar o outro; (2) relação de simetria, onde ambos os termos são intercambiáveis, relacionando-se sem um contexto de luta (sim e não); (3) ausência latente, quando algo mantém sua existência potencial mesmo que não seja percebido, como o conteúdo recalçado e (d) nada, remetendo ao que já foi e não é mais ou o que nunca aconteceu. Dentre essas acepções, o terceiro sentido é o que mais interessa à psicanálise, na medida em que aponta para o conjunto das operações psíquicas que exercem uma função de negativização, característica do trabalho do negativo (GARCIA E DAMOUS, 2009).

O negativo em psicanálise, pela via de Green (2010), diz respeito a esta ausência latente, algo que mantém sua existência potencial mesmo que não seja mais perceptível (GARCIA, 2010b). Duparc (2000) sugere que para melhor entendermos a inovação do pensamento de Green no que se refere ao negativo, devemos defini-lo como o que se encontra nos limites da representação, pois a ideia de um conteúdo vazio ou de algo irrepresentável tem relação estreita com as pulsões do id, em particular com a pulsão de morte. O próprio id, segundo Green (2002) só é concebido no negativo daquilo que sabemos do eu. Nesse sentido, a negatividade está presente no trauma, assim como se manifesta na compulsão à repetição. A originalidade de Green, como propõe Duparc (2000), está na sugestão da transformação possível destes limites da representação em continente, em limites do aparelho representativo em seu conjunto, graças ao trabalho do negativo.

A pulsão de morte, portanto, é o avatar do trabalho do negativo, pois é ela quem coloca em ação as operações negativizantes através de função desobjetalizante, cruciais para o sucesso da construção do que Green (1982) chama de “duplo limite”: estruturação dos limites intrapsíquicos (entre instâncias) e intersubjetivos (eu/ não-eu), além dos processos de simbolização (GARCIA E DAMOUS, 2009). Curiosamente, a força irrepresentada da pulsão de morte é um negativo que tem função estruturante dos processos de representação, na medida em que somente a partir da ausência é que se pode simbolizar. Ao mesmo tempo em que a pulsão de morte pode ser vista como força sem representação que impulsiona a mudança, vimos que sua intensificação, enquanto efeito do trauma, fomenta o excesso gerado pela reviravolta traumática. O que podemos destacar agora é que a pulsão de morte tem função de amortizar esse mesmo excesso, através da negativização gerada pela constância do trabalho do negativo, também presente na conjuntura traumática, como veremos. O desinvestimento maciço pode ser visto como modo radical de negativizar a presença do que transtorna.

A negatividade necessária que propomos, portanto, diz respeito ao trabalho do negativo em sua função de aplacar o excesso protegendo o psiquismo (nos processos psíquicos ordinários ou diante do trauma), assim como diz respeito ao negativo enquanto figura irrepresentada, cuja presença potencial obriga ao trabalho psíquico. “O negativo é essa lógica da sombra que reclama o que lhe é devido, lá onde o positivo, exposto à luz, gostaria de se apoderar sozinho de toda visibilidade do psiquismo do sujeito, esteja ele desperto ou adormecido” (GREEN, 2010, p.52).

Eis o paradoxo: somente através do espaço instaurado pela pulsão de morte, negatividade, vazio, é que os processos de simbolização podem aceder. Positividade, portanto, que nasce da negatividade, condição de sua existência. Daí pensarmos a estrutura enquadrante de Green (1979/1988) que supõe a perda do objeto para se instalar, constituindo um vazio necessário à representação do objeto. Negatividade necessária, portanto, sem a qual não é possível pensar. Por outro lado, para o enriquecimento simbólico, é necessário que o negativo se apresente para viabilizar novos arranjos representacionais. Assim, para pensar é preciso que o trabalho do negativo tenha sido cumprido de modo satisfatório na origem do psiquismo e, que ele seja retomado periodicamente pelo sujeito. Para continuar pensando, porém, também é preciso ser acossado pela ordem do negativo, irrepresentado que impede a estabilidade das representações. É preciso, portanto, ter lugar para transformar o manifesto em latente – trabalho do negativo; mas também espaço para acolher os efeitos do negativo, limites à representação.

Instalando-se de imediato no que não é aparente para a consciência, procura-se o ser do negativo na multiplicidade de suas versões, que vão da manifestação implacável da compulsão à repetição como modo de funcionamento fundamental do pulsional até os signos mais discretos pelo quais o negativo se deixa pressentir na fugacidade do instante. Como se o ser do negativo estivesse dividido entre o inapreensível efêmero e a perenidade de um núcleo inacessível, resistente a qualquer redução pelo conhecível, impedindo qualquer conhecimento por meio apenas da positividade (GREEN, 2010, p. 52).

É preciso, deste modo, acolher o que está além da positividade, pois como propõe Green (2010), o negativo tem o poder de conceder retroativamente ao positivo um sentido antes jamais alcançado apenas pela consideração das propriedades que a mera positividade sugeria. Posto que (...) “a experiência da falta de existência do que se qualifica como positivo é necessária ao desdobramento disso que não poderia ser, de ser simplesmente ali” (GREEN, 2010, p. 51). Assim, a negatividade é fundamental para a

abertura e enriquecimento das possibilidades psíquicas. Além de operar na estruturação do psiquismo e do processo de pensamento, é como se estivesse sempre se manifestando, pela vida afora, como uma pedra no sapato que impede uma estabilidade mortífera.

Além disso, há também uma dimensão de negatividade necessária, expressa pelo trabalho do negativo diante de uma situação traumática, quando o mecanismo de desinvestimento próprio à pulsão de morte prevalece sobre o psiquismo, incapacitando-o para a simbolização (GARCIA E DAMOUS, 2009). Embora estejamos diante de um efeito desestruturante da pulsão de morte, transgressão do território egóico, há uma busca pela sobrevivência, como veremos. A pedra no sapato vira rocha espinhosa que atrapalha o caminhar, pois qualquer movimento é tomado como um perigo para a vida. Deste modo, é diante desta variável potencialidade da pulsão de morte que organizaremos este capítulo, enquanto potência de transformação e potência do mesmo. Para tal, trabalharemos o caráter estruturante e desestruturante da pulsão de morte pelo paradigma da força disruptiva, da função desobjetalizante e do trabalho do negativo. Escolhemos iniciar a caracterização do conceito de pulsão de morte através da ideia de disruptividade, pois pensamos que muitas vezes é disso que se trata, embora os graus e efeitos sejam diversos.

3.1

O caráter disruptivo

Se acompanharmos Freud (1920) em *Além do princípio de prazer*, podemos observar que a autonomia da pulsão de morte relativa a libido era uma ideia que o afligia, como propõe Garcia-Roza (1990/2004), pois sustentar uma destrutividade não derivada das pulsões sexuais era de difícil aceitação. Não é por acaso que somente dez anos depois, em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930) falará de uma independência da pulsão de morte. O que nos interessa é essa ideia de autonomia que abriga uma mudança radical: pensar a agressividade para além da referência à sexualidade como no par sadismo e masoquismo, representantes de uma fusão pulsional. O que está em questão, portanto, não é a sexualidade regida pelo princípio de prazer, que se utiliza da agressividade para atingir seu objetivo, mas de uma inclinação para a agressão

constituída no homem por uma disposição pulsional independente e originária, não mais necessariamente referida a um componente erótico (FREUD, 1930).

Parece-nos que a aflição de Freud está justamente em abandonar a disruptividade própria a libido, mais uma consequência da ideia de uma autonomia da pulsão de morte, pois o aspecto subversivo associado à sexualidade foi uma grande revolução produzida pela psicanálise através da ideia de sexualidade infantil, não mais atrelada à especificidade dos órgãos genitais, mas participativa da totalidade do corpo, transformado em corpo erógeno. Nesse sentido, a ideia eruptiva ligada ao sexual já se encontrava estabelecida, enquanto prazer incompatível com o eu consciente. Trata-se agora de uma nova ruptura, pois será preciso apartar a potência disruptiva da sexualidade que percorre o corpo erógeno, fazendo-a valer do lado das pulsões de morte que, além de apresentarem suporte pulsional desconhecido, são uma energética sem nome e não se referem à lógica do princípio de prazer.

Deste modo, há uma transformação profunda em operação quando a libido é vinculada à potência unificadora de Eros, implicando em um abandono da noção desta enquanto energia livre, própria a uma sexualidade polimórfica e fragmentada, teorizada anteriormente por Freud (SAFATLE, 2006). Antes da pulsão de morte, portanto, a libido é quem expressa uma energia que circula livremente, energia plástica que se caracteriza “(...) pela sua capacidade de ser transposta, invertida (...), desviada, recalçada, em suma, deslocada de maneira aparentemente inesgotável” (SAFATLE, 2007, p. 157) - a que Safatle (2007) chama de princípio de deslocamento constante. O que poderia barrar tal movimento seria a ligação, através da subsunção a representações (SAFATLE, 2007).

Safatle (2007) evidencia que a ligação desta plasticidade pulsional aos fenômenos relativos à sexualidade foi o caminho que Freud privilegiou para mostrar que há, no sujeito, aspectos que não se deixam determinar de maneira reflexiva através de representações conscientes. Há, portanto, o que se manifesta de maneira fragmentada, polimórfica, e que encontrava campo em uma sexualidade não mais submetida à lógica da reprodução. Se, desde as origens da psicanálise, a sexualidade era essencialmente hostil à ligação, princípio de desligamento que só se deixava ligar pela intervenção do eu, “o que surge com Eros é a *forma ligada e ligadora* da sexualidade, posta em evidência pela descoberta do narcisismo” (LAPLANCHE, 1985, p. 126). Assim como Safatle (2006) e Laplanche (1985), Fortes (2012) assinala que, enquanto na primeira teoria pulsional, temos uma pulsão de autoconservação cuja função é proteger

o eu do sexual, na segunda teoria pulsional a conservação passa a ser atributo de Eros e serve para assegurar que o caminho para a morte não sofra um curto-circuito, fazendo-se singular para cada organismo. A conservação é da vida, não mais relativa à ameaça de uma sexualidade demoníaca (FORTES, 2012). O demoníaco agora passa ao lado das pulsões de morte.

A mudança da primeira à segunda teoria pulsional está intimamente relacionada à centralidade tomada pelo narcisismo, a partir de 1914, pois é absolutamente necessário à constituição do eu, assim como para a manutenção de sua estrutura, o contínuo investimento da pulsão sexual. O narcisismo, enquanto “unidade sintética que fornece o princípio de ligação do diverso da experiência sensível” (SAFATLE, 2007, p. 160), é um catalisador de Eros, chamado a investir constantemente a imagem do eu para que sua unidade possa ser mantida. A novidade imposta pelo narcisismo de pensar o eu como objeto sexual para além do registro da autoconservação, tem duas consequências, portanto. Além de embaralhar o primeiro dualismo freudiano - na medida em que ficava difícil distinguir um grupo pulsional do outro, se ambos investiam o mesmo objeto (FREUD, 1914) -, retirava a disruptividade da pulsão sexual, que passava a conservar o eu. Assim, foi preciso afirmar, em 1920, algo que havia se perdido, a saber, a potência disruptiva que, agora, podia ser encarnada pelo conceito de pulsão de morte, permitindo a retomada do dualismo ameaçado.

Nesse contexto, a reconstrução do dualismo pulsional através do par Eros e pulsão de morte seria o resultado da necessidade de encontrar um novo destino para a potência de des-ligamento própria à energia livre que havia inicialmente definido a libido. Ou seja, a polaridade vida/morte na teoria pulsional freudiana recobre, na verdade, a distinção entre energia ligada em representações através da capacidade sintética do Eu/ energia livre inauguradora da dinâmica psíquica (SAFATLE, 2007, p. 160).

Para Safatle (2007), entretanto, a concepção freudiana de fundo implicada no dualismo diz respeito à disjunção inevitável e irremediável entre o nível das excitações somáticas e de suas representações psíquicas. Sempre há um resto, uma porção de energia corporal que não é recoberta, que não recebe registro. Este resto sem registro pode não causar grande perturbação se respeitar uma certa intensidade que é singular a cada sujeito, uma capacidade própria de cada um de tolerar uma devida quantidade irrepresentada. Se ultrapassa o limite de tolerância, temos ativação da angústia sinal ou *a minima*, como propõe Scarfone (2013), e corremos o risco de traumatismo. Pois de que se trata o conceito do trauma, se o pensarmos pela face narcísica e econômica, se

não do resultado da liberação de muita energia livre, que ultrapassa a capacidade de ligação psíquica. Uma ausência de registro portanto, de efeitos devastadores. Entre eles, a intensificação da pulsão de morte e a ação da compulsão à repetição.

Todavia o destino disto que não se inscreve não precisa necessariamente apontar para o trio conceitual indissociável a partir de 1920: trauma, pulsão de morte e compulsão à repetição enquanto manutenção de um mesmo mortífero. É possível pensar outros destinos, como fonte de energia que alimenta potencial abertura para mudança, outro modo de pensar a pulsão de morte e também o trauma, na medida em que ambos comportam esta dimensão de ausência de registro. Mais ainda, podemos pensar que um golpe traumático radical pode também redundar em mudanças igualmente radicais em um tempo depois que a devastação quantitativa encontrar contenção.

As respostas sobre o destino para isto que não se inscreve, portanto, assinala importantes diferenças no pensamento teórico de renomados psicanalistas. Para Safatle (2006), a maneira de pensar o irrepresentado marca uma diferença fundamental entre Freud e Lacan: enquanto o primeiro não incorpora a negatividade da pulsão de morte como motor dos processos de cura na clínica, o segundo o faz. Antes de entrar na posição de Lacan, evidenciada por Safatle (2006) entretanto, vejamos o que faz Freud disso que não se inscreve, assim como a imprescindível contribuição de Green (2010) para esta temática. Falaremos também de Zaltzman (1994), autora que defende brilhantemente a necessidade da disruptividade da pulsão de morte para o enriquecimento da vida.

Quanto a Freud, Safatle (2006) propõe que o pai da psicanálise pensa a negatividade da pulsão de morte na clínica através da reação terapêutica negativa, da destruição do outro na transferência e de outras manifestações de fantasmas masoquistas ou sádicos “*que devem ser liquidados a fim de levar o sujeito ao final de análise*” (SAFATLE, 2006, p. 267). Ou seja, aponta que o programa freudiano de ligar a compulsão à repetição, tornando-a motivo para recordar (FREUD, 1914), será válido até o fim, mesmo que Freud encontre limites para a sua eficácia. É como se o resto do qual fala Safatle (2007) pudesse deixar de restar, pelo menos enquanto ideal de projeto terapêutico.

Lippi (2013) nos lembra que Freud, desde o início, em seus *Estudos sobre a histeria*, já apontava que o excesso de excitação - devido a um evento exterior como um trauma que penetra no psiquismo, assim como qualquer elemento social, erótico ou psíquico que traga uma ameaça disruptiva - seria o fato patogênico principal, o perigo

extremo para o indivíduo. A autora segue dizendo que o tema da exterioridade ameaçadora irá conduzir Freud a centrar a estratégia psíquica não sobre o acolhimento do corpo estranho, mas sobre a necessidade de um baluarte que sirva de barragem à excitação. É assim que Freud (1920) constrói a imagem da vesícula viva e de seu escudo protetor em *Além do princípio de prazer*, no qual a função de pára-excitação é mais importante que a recepção de estímulos (LIPPI, 2013).

Nesse sentido, o homem de Freud deve se defender sempre, apontando para uma fragilidade do psiquismo, pronta a se precipitar diante de qualquer quantidade maior que a habitual. Defender-se do que se apresenta, portanto, é a palavra de ordem, posto que deixar-se penetrar pelo estranho ou abrir-se para o novo é um perigo que deve ser evitado. A ameaça de uma intensidade desorganizadora sempre espreita. Eis o paradoxo: se é apenas quando submetida a uma tensão que a mente é capaz de trabalhar (SCARFONE, 2013), por que fazer barragem a esta mesma tensão que a força a pensar? A resposta é simples, pois para que a mente trabalhe, é preciso que a circulação energética se dê de modo constante e baixo. Assim, a tensão capaz de imprimir trabalho psíquico sem causar grandes transtornos (como também sem propiciar grandes mudanças) deve se fazer em baixas doses, pois, diante de grande intensidade, a mente não pode pensar, pelo menos até que essa quantidade ganhe um tratamento psíquico qualquer. Entretanto, podemos conjecturar que se nada romper essa estabilidade energética, não há trabalho a não ser aquele de manutenção de uma mesma forma estabelecida. Voltaremos a isto posteriormente. Antes, porém, vejamos a problemática dos limites com que Freud se defronta.

Será particularmente em dois textos: *Construções em análise* e *Análise terminável e interminável* - ambos de 1937, que Freud aprofunda a discussão sobre a “questão do limite: limite da clínica e limite da própria psicanálise” (HERZOG, 2011, p. 77). Em *Análise terminável e interminável*, Freud (1937) se mostra bastante cético quanto à “eficácia da terapia analítica” (FREUD, 1937b, p. 247), apresentando posicionamento oposto ao apresentado nos artigos técnicos de 1912 e 1914 (HERZOG, 2011). Quanto aos obstáculos à análise, Freud enumera a força constitucional das pulsões, a relativa fraqueza do eu devido a causas fisiológicas como a puberdade, a menopausa e doença física e, por fim, o mais importante e incontrolável dos fatores: a pulsão de morte (FREUD, 1937b). Neste mesmo texto, o autor se pergunta se é possível “amansar” a força pulsional, questão que pode ser entendida como referente à possibilidade de dominar a compulsão à repetição própria à pulsão de morte

(SAFATLE, 2007).

Freud (1937b) responde que o objetivo da análise é capacitar o eu a revisar os antigos recalques, para construir novos recalques, a partir de material mais sólido. Para tal utiliza interessante metáfora, ao tomar o recalque por uma represa que controla a pressão da água, ou a força da pulsão. Quanto melhor construída a represa, mais controle sobre a intensidade da água. O trabalho de uma análise consiste, portanto, na correção *a posteriori*, do processo de recalque originário, para pôr fim à força efetiva da pulsão: (...) “correção que põe fim à dominância do fator quantitativo” (FREUD, 1937b, p. 243). Contudo, esta conduta não se aplica à pulsão de morte, pulsão sem representação que não se presta ao recalque. Eis a problemática! Zaltzman (1994) propõe que a tentativa de domesticação libidinal das pulsões de morte é um equívoco que explica o fato de que uma análise possa agravar consideravelmente o sofrimento de um analisante.

Não obstante, não podemos esquecer que, se por um lado Freud (1937b) supõe o amansamento da pulsão; por outro, é o primeiro a reconhecer a infinitude da força pulsional múltiplas vezes ao longo da obra, apontando para a ideia de que a simbolização analítica não pode dissolver a repetição inerente à pulsão de morte. Não há como domar a fera selvagem que a ideia de pulsão de morte representa. Ao invés de tomarmos o ceticismo de Freud em *Análise terminável e interminável* por uma posição pessimista, como muitos qualificam, podemos defender, “(...) em lugar do pessimismo, uma posição disruptiva: uma posição que rompe com qualquer pretensão de conceber a psicanálise como ortopedia da alma” (HERZOG, 2011, p. 79).

É nesse sentido que devemos apontar mais uma vez para a complexidade do pensamento freudiano: ao mesmo tempo em que se agarra ao processo de elaboração, através do modelo representacional, inventa um conceito chamado pulsão de morte que carrega todo o peso do irrepresentável e cuja força disruptiva é impossível recalcar, amansar ou domar. Como diz Green (2010), a psicanálise tem a particularidade de ser um tipo de prática que torna visível o negativo mais do que qualquer outro campo. Basta pensar no escândalo que o conceito de inconsciente causa até hoje. Deste modo, o projeto de tudo elaborar não pode ser pensado como paradigma único que não sofre abalos e, portanto, é preciso relativizar o que diz Safatle (2006) sobre a posição freudiana.

Se o projeto de Freud se mantém até o fim sob direção da representação (não só de Freud, justiça seja feita, mas da psicanálise como um todo), a questão que deve ser

evidenciada é que a ultrapassagem do registro representacional é tomado como impedimento, entrave ao trabalho clínico. É evidente que o excesso de irrepresentado nos lança na problemática do trauma com conseqüente intensificação da pulsão de morte. Assim, além de um desafio clínico, estamos diante da possibilidade de sérios danos ao aparelho psíquico com conseqüências diversas. Entretanto, há diferenças entre pensar o irrepresentado como desafio ou como obstáculo. O que é preciso sublinhar é que Freud não parece acolher a negatividade como momento necessário e intransponível de um processo, embora o psicanalista não se esquive de observar e teorizar essa dimensão demoníaca. Talvez seja mais preciso dizer que Freud não faz um acolhimento teórico sistemático da problemática não atravessada pela linguagem verbal, posto que o conceito de transferência que o psicanalista evidencia é prova de uma ultrapassagem recorrente que se faz em relação ao discurso, como vimos a propósito da ideia de *agieren*.

Ao falar do limite da clínica ou limite da psicanálise, Freud busca mostrar que a psicanálise se inventa no limite, isto é, que estamos sempre no limite de algo que se atualiza na relação transferencial, que insiste e que empurra adiante. Dentro dessa perspectiva, o limite da clínica é, então, o que torna o fazer psicanalítico singular, único (HERZOG, 2011, p. 78).

Afora isso, é preciso lembrar que o conceito de compulsão à repetição, tal como apresentado em 1920, é uma figura híbrida no discurso freudiano, ao mesmo tempo limite e motor do trabalho de subjetivação. A compulsão à repetição é tomada por Freud (1920) como manobra psíquica para elaborar o excesso que não se deixa representar, ainda que fracasse. Mais ainda, é preciso lembrar que o negativo se apresenta com importância central na estruturação do psiquismo, algo que ficará mais claro com a análise que faremos do texto *A negativa*, de 1925, através da contribuição do pensamento de Green (2010). Por este viés, podemos dizer que Freud também faz uso do recurso da negatividade como empuxo para a clínica, ainda que não o reconheça de maneira clara, dando-lhe um lugar de destaque na teoria. A própria psicanálise, em certo sentido, trabalha para que o negativo aceda à superfície, de preferência através da representação verbal, mas não só.

Green (1990) aponta que, seguindo a trilha de Freud, a referência implícita de muitos analistas é a representação, pois tudo que o analista faz é, (...) “por um lado, tentar representar para si mesmo o funcionamento psíquico de seu paciente e, de outro, comunicar a seu paciente o resultado de sua representação, de modo que o paciente

possa ter sua própria representação de seu funcionamento psíquico” (GREEN, 1990, p. 64). A diferença entre os analistas contemporâneos e Freud, segundo Green (1990) reside no fato de que representar não é evidente para os primeiros como o era para o segundo. Se para Freud a representação podia ser tomada como um dado imediato, uma propriedade do espírito, como diz Green (1990), para os analistas de hoje ela é resultado do trabalho psíquico. O analista deve fazer um esforço considerável de representar aquilo que o paciente não pode representar, (...) “isto é, o analista deve fazer como se colocasse seu próprio aparelho mental em ação, como auxiliar do aparelho mental do paciente” (GREEN, 1990, p. 65).

É através da constatação clínica de seu trabalho com o que chama de “casos difíceis” (GREEN, 1990, p. 65), caracterizados deste modo justamente porque o trabalho representacional destes pacientes se apresenta bastante prejudicado, que Green (2010) inicia suas pesquisas teóricas que irão redundar no trabalho do negativo. Neste, o conceito de pulsão de morte, caracterizado como função desobjetalizante, lidera uma série de processos psíquicos responsáveis pela instauração de uma ausência necessária ao processo de representação. O processo de constituição do pensamento, para Green (1982), se faz também por força das rupturas empreendidas pelas diferentes operações que compõem o trabalho do negativo (DAMOUS, 2012). O autor, deste modo, traz contribuição fundamental para entendermos os processos negativizantes na clínica, assim como para a própria estruturação do psiquismo, como veremos com mais detalhes adiante.

Lacan (1966/1998), por sua vez, contribui para compreendermos a necessidade deste elemento disruptivo como motor da cura, pois para ele o problema clínico não consiste em limitar a destruição da pulsão de morte para permitir que a vida opere processos cada vez mais amplos de unificação. Ao contrário, o objetivo é produzir inicialmente uma ruptura desta unidade imaginária almejada por Eros (SAFATLE, 2006). Assim, o autor toma o caráter unificador de Eros como potência do Um, tentativa de submissão do outro ao poder colonizador do Imaginário com seus mecanismos narcísicos de introjeção e projeção. “Como se as unidades cada vez maiores das quais fala Freud fossem construídas pela ligação do diverso das representações e dos afetos à imagem do mesmo” (SAFATLE, 2006, p. 275). Nesse sentido, Lacan busca compreender a pulsão de morte para além da repetição compulsiva e destruidora, abrindo um novo caminho de reflexão acerca das figuras do negativo na clínica, como aponta Safatle (2006).

Safatle (2006) explica que essa mudança de orientação reside no fato de que a pulsão de morte em Lacan não é exatamente homóloga à de Freud, principalmente no que diz respeito à tese freudiana de 1920, de que a pulsão seria “(...) *uma força impelente [Drang] interna ao organismo vivo que visa a restabelecer um estado anterior (...)*” inanimado (FREUD, 1920, p. 160). Por esta perspectiva, a pulsão de morte seria expressão da inércia da vida orgânica, cuja tendência a restabelecer um estado anterior se manifesta principalmente pela figura da compulsão à repetição, a qual Safatle (2006) apresenta como “movimento de retorno em direção à morte orgânica, como forçagem repetitiva da morte que insiste para além do princípio do prazer” (SAFATLE, 2006, p. 276). Se mantivermos esta leitura, que está longe de ser a única tese de Freud a respeito da pulsão de morte, diremos que a ideia de força desintegradora pode ser lida como algo voltado para o organismo biológico.

Safatle (2006) segue seu raciocínio, apontando que Lacan conserva a ideia da pulsão como retorno em direção à morte, mas o próprio conceito de morte se transforma. Não se trata mais de uma morte como retorno ao inanimado, mas de uma morte simbólica. “Na verdade, ele quer salvar a força do negativo como função ontológica do que há de real no sujeito, sem, com isto, ser obrigado a entrar no cortejo próprio ao desejo bruto da morte” (SAFATLE, 2006, p. 276). Não se trata da morte do indivíduo, mas do desarranjo da identidade do eu que, em seu esforço em se manter idêntico, recusa a diferença. A morte, portanto, está direcionada para a desestabilização da coerência imaginária do eu. Laplanche (1986) também se aproxima desta ideia, ao propor que a morte incluída na pulsão de morte não seja do organismo enquanto princípio de vida, mas do eu, representante dos interesses biológicos no humano (LAPLANCHE, 1986, p. 18). Para Safatle (2006), entretanto, o autor de quem Lacan mais se aproxima é de Deleuze, para quem a morte procurada pela pulsão:

(...)designa o estado das diferenças livres quando elas já não estão submetidas à forma que lhe davam um *Eu*, em eu, quando elas se desenvolvem numa figura que exclui *minha* própria coerência da mesma maneira que a de uma identidade qualquer. Há sempre um ‘morre-se’ mais profundo do que o ‘eu morro’ (DELEUZE, 1968/2006, p. 167).

O caráter disruptivo do conceito de pulsão de morte, por sua vez, contribui para a transformação. É nesse sentido que Lacan propõe uma positivação da ideia de pulsão de morte, entendendo-a não como vontade de destruição direta em forma de agressividade, que seria algo da ordem de seu efeito, mas vontade de novos começos,

vontade de diferença. “Vontade de destruição. Vontade de recomeçar com novos custos (...) Mas ela é igualmente vontade de criação a partir de nada, vontade de recomeçar” (LACAN, 1959-1960/2008, p. 255). Zaltzman (1994) segue a mesma direção, ao propor a ideia de uma pulsão anarquista, encarnação de um aspecto da pulsão de morte que arruína toda relação fixa, objetivando a abertura de uma saída vital onde uma situação aglutinante se fecha sobre o sujeito, destinando-lhe para a morte. “O que marca Thanatos é a carga afetiva que induz ou acompanha o gosto pela mudança, pela errância, pela marginalidade; é o valor de luta que estas mudanças têm contra organizações de vida aprisionantes” (ZALTZMAN, 1994, p. 33). A autora nos mostra que a pulsão de morte comporta uma dimensão de protesto vital na luta contra o mesmo que serializa e provoca uma submissão insuportável.

Se nos parece indiscutível que a melhor forma de caracterizar o conceito de pulsão de morte é como força disruptiva, precisamos pensar a dupla potencialidade de seus efeitos, pois do mesmo modo que abrem para a novidade, podem ser potência destruturante. Se pensarmos como Green (1988), tomando a pulsão de morte como força de desinvestimento e não como expulsão, ataque ou agressividade - que não deixam de ser manifestações possíveis, desde que sejam tomadas como secundárias - podemos pensar em níveis de desinvestimento, como propõe Urribarri (2011). Em sua forma primordial, portanto, o desinvestimento ataca o próprio processo de ligação, o seu movimento e, em seguida, os seus componentes (representações, objetos). No limite, entretanto, pode afetar os próprios alicerces organizadores do psiquismo, desinvestindo a própria estrutura e unidade narcísica primária, redundando no que Green (1988) chama de narcisismo de morte ou negativo (URRIBARRI, 2011).

Aqui estaríamos no terreno do traumatismo psíquico e de seus diversos efeitos psicopatológicos. Assim, do mesmo modo que a pulsão de morte pode forçar o eu a sair do regime do mesmo, pode atacá-lo de modo a colocar em risco a unidade psíquica, como veremos depois. De modo semelhante, se a função desobjetalizante da pulsão de morte é fundamental na construção dos limites internos e externos e na própria estruturação do pensamento, pode ter efeito de empobrecimento psíquico, sem a retaguarda de um objeto primário suficientemente falível (GREEN, 2010), como veremos a propósito do trabalho do negativo. Já sabemos que uma das funções do objeto primário é contribuir para a fusão pulsional, como vimos no modelo narcísico do trauma. Isto que nos permite pensar que os fracassos do lado do objeto podem provocar uma desfusão que favorece a expressão da pulsão de morte (URRIBARRI, 2011). Eis

que a disruptividade própria à pulsão de morte nos lança na problemática da fusão e desfusão pulsional que, por sua vez, nos convida a pensar os princípios de ligação e desligamento próprios à pulsão de vida e à pulsão de morte, respectivamente.

3.2

Função objetalizante e desobjetalizante

O caráter disruptivo, próprio ao conceito de pulsão de morte, deve ser entendido, no nosso ponto de vista, através da tese de Freud (1920) segundo a qual a pulsão de morte consiste em uma energética livre que produz desligamentos, enquanto a pulsão de vida visa à ligação, ideia que se estabelece mais claramente depois de 1920. O que nos importa da reflexão de *Além do princípio de prazer*, neste momento, não diz respeito à reflexão transcendental que se volta para os princípios, anterior à experiência, para postular a ideia de que pulsão visa a retornar a um estado anterior (GREEN, 2010b). O que merece ser destacado é o que Green (2010b) chama de hipótese constitucional, a saber, o fato de que as pulsões de morte e de vida coexistem desde o nascimento. Assim, uma nova imagem da constituição do psiquismo é oferecida, baseada em uma oposição pulsional presente desde a origem de cada indivíduo. É por este viés que podemos subsumir o par pulsão de vida- pulsão de morte por um par mais teórico-clínico que especulativo, a saber, a ligação e o desligamento (GREEN, 2010, p. 19).

Depois de muito hesitar e vacilar, decidimos presumir a existência de apenas dois instintos básicos, *Eros e o instinto destrutivo*. (O contraste entre os instintos de autopreservação e a preservação da espécie, assim como o contraste entre o amor do ego e o amor objetal, incidem dentro de Eros.) O objetivo do primeiro desses instintos básicos é estabelecer unidades cada vez maiores e assim preservá-las — em resumo, unir; o objetivo do segundo, pelo contrário, é desfazer conexões e, assim, destruir coisas. (FREUD, 1940b, p. 161).

Contudo, ainda que as ideias de ligação e desligamento sejam fundamentais, são insuficientes, como sublinha Green (1988), pois a pulsão de vida pode admitir a coexistência desses dois mecanismos de ligação e desligamento, assim como a pulsão de morte não comporta apenas o desligamento. É por isso que Green (1988) irá propor que a meta essencial das pulsões de vida é garantir uma função objetalizante, enquanto a pulsão de morte realiza a função desobjetalizante, como vimos no primeiro capítulo. As pulsões de vida criam vetores de investimento através do relacionamento com objetos

que existem e também pela criação de objetos. Deste modo, mais que trabalhar pela ligação, elas podem ser pensadas como um princípio de investimento, como o próprio movimento de investir. Ao contrário, a pulsão de morte realiza a função desobjetalizante, atacando as relações com o objeto e com todos os substitutos deste, no sentido de desfazer as ligações existentes. Mais que isso, atua destruindo a própria atividade potencial de investir. Representa, deste modo, um princípio de desinvestimento (GREEN, 1988).

Antes de trabalhar sobre os modos de expressão pela perspectiva da fusão das pulsões de vida e de morte, entretanto, devemos analisar a ideia de ligação de desligamento. Sua relação com os dois grupos pulsionais é uma ideia que aparece por último na obra de Freud. Ou seja, há outros modos de pensar o ligar e o desligar que não dispõem de uma precisão teórica. De modo geral, a ligação pode ser referir a uma operação realizada no aparelho psíquico que tende a limitar o livre escoamento das excitações, a união de representações entre si, assim como a constituição e manutenção de formas relativamente estáveis (LAPLANCHE E PONTALIS, 2004). Laplanche e Pontalis (2004) apontam três momentos da metapsicologia que merecem ser analisados nos quais a ideia de ligação/desligamento desempenha papel importante, apresentando-se de formas diversas em 1895, em 1920 e finalmente no quadro da última teoria pulsional que, embora seja introduzida em 1920, encontra sua plena elaboração em 1923, em *O eu e o id*.

No *Projeto para uma psicologia científica* (1895), a ligação (*bindung*) designa o movimento da energia no aparelho psíquico, que passa do estado livre ao estado ligado ou ainda o fato da energia no aparelho psíquico se encontrar em estado ligado. A atividade de ligação tem relação estreita com o eu, tomado como uma massa de neurônios investidos em um nível constante, entre os quais existem grande número de facilitações. “Ora, o próprio ego é uma massa de neurônios dessa espécie, que se agarram a suas catexias — isto é, que estão em estado ligado, e isso, com toda a certeza, só pode suceder como resultado de seus efeitos mútuos” (FREUD, 1895, p. 423). Além de ser o resultado de ligações diversas, o eu exerce um efeito de inibição ou de ligação sobre outros processos. É por esse viés que Freud (1895) se interroga sobre o afeto e o desprazer gerados por lembrança dolorosas, quando reevocadas.

Pois quando o pensamento encontra uma “imagem *mnêmica* ainda *indomada*” (FREUD, 1895, p. 436), produz-se uma sensação de desprazer e uma tendência à descarga que interrompe o curso do pensamento. É função do eu “domar” a recordação

e adquirir poder sobre ela através de uma “ligação especialmente considerável e reiterada para contrabalançar essa facilitação para o desprazer” (FREUD, 1895, p. 437). Estamos falando da construção de representações. Não é por acaso que a instância do eu e a energia pulsional que ele tem à sua disposição se situam essencialmente ao lado das pulsões de vida. Nesse sentido, o eu enquanto instância que se ocupa com o estabelecimento da unidade seria um exemplo do trabalho de Eros.

Podemos retomar a proposta de Scarfone (2013) de que o eu tenta sempre retornar ao mesmo, na medida em que a novidade se constitui como ameaça à sua permanência estrutural. O eu acolherá a novidade se puder assimilá-la, tornando-a semelhante ao que já conhece, se puder acomodá-la em seu universo representacional. Em contrapartida, se o eu se modifica é porque a operação da pulsão de morte se efetua. Ou seja, é o trabalho da pulsão de morte que força o eu a sair do regime do mesmo, na medida em que o confronto com a ausência de representação, obrigando-o a trabalhar na direção da cobertura do irrepresentado através da produção de novas representações e das consequentes modificações daquelas que já estão dadas.

Se esta energética sem representação que caracteriza o conceito de pulsão de morte se fizer excessiva, surpreendendo o eu, estamos no terreno do traumático. A ligação da energia, deste modo, é o que condiciona o estabelecimento de relações e de facilitações, contribuindo para o crescimento do eu. Talvez pudéssemos dizer que há um trabalho constante de ligação que investe a própria manutenção estrutural do eu e é de importância fundamental para a unidade psíquica, mas seu crescimento advém de processos de ruptura, do surgimento de energia livre própria ao funcionamento da pulsão de morte, a qual propicia e mobiliza no sentido de novas ligações. Voltaremos a isto em breve. Quanto ao desligamento (*entbindung*), este é pensado no *Projeto* como um processo de liberação brusca de energia, ou seja, diz respeito ao aparecimento repentino de uma energia livre que tende de forma incoercível para a descarga (LAPLANCHE E PONTALIS, 2004). Esta energia livre mais tarde assumirá o nome de pulsão de morte que, ao mesmo tempo em que tende para a descarga, pode ser pensada como estímulo para o trabalho de ligação do eu.

Mais uma vez estamos descrevendo duas formas de escoamento energético ou duas lógicas de operação psíquica, como fizemos no segundo capítulo: (1) através do princípio de inércia, modo de funcionamento primário do aparelho psíquico no qual a energia tende para uma descarga imediata e completa, próximo do funcionamento da pulsão de morte para além do princípio de prazer; ou (2) respeitando a tendência à

constância, processo secundário em que a energia é ligada e represada em sistemas neurônicos, como o eu, por exemplo, correspondendo à lógica da representação e do princípio de prazer (FORTES, 2012), mais próximo das pulsões de vida. No contexto do *Projeto* (1895), entretanto, o desligamento se refere a qualquer aumento brusco energético, tanto de liberação de prazer como de desprazer, contradizendo a ideia de que o prazer consiste na diminuição da tensão enquanto o desprazer constitui-se como o aumento (LAPLANCHE E PONTALIS, 2004; FORTES, 2012).

Qualquer liberação energética, quer se faça como aumento ou como diminuição do nível absoluto de tensão, prejudica o nível relativamente constante do eu e ameaça a ordem do princípio de prazer. Um prazer intenso compromete o balanço energético, assim como um desprazer. A liberação de excitação sexual, por exemplo, exige ligação. Não é por acaso que a dimensão da sexualidade é tomada como modelo do trauma em sua face *a posteriori*. Assim, qualquer intensidade é tomada como problemática do ponto de vista do eu, responsável pela preservação da via reativa, tal como vimos no segundo capítulo com Fortes (2012). Ou seja, buscando a homeostase própria ao trabalho do princípio de prazer e evitando, deste modo, a abertura para a intensidade que pode enriquecer a experiência e complexificar a vida psíquica. Para se aproximar do irrepresentado e da potência de representação que lhe é imanente “(...) é preciso fazer calar o discurso incessante do eu que procura nomear, classificar, avaliar, interpretar, em vez de *deixar passar* alguma coisa, de *se* deixar atravessar, ou mesmo penetrar” (SCARFONE, 2013, p. 6).

Quando sustentamos a ideia de uma via reativa associada ao princípio de prazer, seguindo Fortes (2012), não significa que estejamos levantando a bandeira do trauma, das grandes quantidades como paradigma de uma vida que valha a pena. A crítica à lógica do princípio de prazer diz respeito ao ideal de homeostase que promove, como se fosse possível, uma vida sem rupturas e intensidades de ordens diversas. Em um certo sentido, esse ideal de equilíbrio nos aparece como um amortecimento do movimento próprio da vida, modo de alienação. O problema, assim, não está no princípio de prazer, absolutamente fundamental para a sobrevivência e funcionamento psíquico, mas na idealização de sua lógica, como se fosse possível torná-la hegemônica, aniquilando tudo que é da ordem do irrepresentado. Nesse sentido, o ideal seria nos resguardarmos das intensidades, ao invés de deixar que estas nos atravessem, como aponta Scarfone (2013), negando a passagem pela dor, como propõe Fortes (2012), perdendo-a como momento fundamental de enriquecimento da vida.

Será justamente em 1920, entretanto, que veremos surgir outro modo de conceber o funcionamento psíquico, para além da estabilidade do princípio de prazer. Quanto à problemática da ligação, esta é complexificada e posta no primeiro plano da reflexão de Freud. Não é mais possível sustentar apenas a concepção do *Projeto* na qual um sistema fortemente investido é capaz de ligar psiquicamente o excesso energético. Devemos lembrar que Freud está, neste momento, trabalhando a problemática da repetição no traumatismo tomado como extensa efração dos limites do eu. Se a ligação é muitas vezes concebida como uma influência do eu sobre o processo primário, em 1920, Freud desenvolve a ideia de que a tarefa mais originária do psiquismo consiste na ligação da excitação, processo preparatório para a entrada do princípio de prazer.

Assim, frente a uma inundação energética, é preciso dominar a excitação, tentando ligar psiquicamente a grande quantidade de energia que irrompeu de forma violenta (FREUD, 1920). É esta necessidade de ligação primária que garante o fundamento da compulsão à repetição e circunscreve a marca do pulsional enquanto excesso sem representação. Será que estamos falando de um modo de ligação indissociável do trauma, que se apresenta especificamente para dar conta do excesso traumático? Pois nos parece que podemos pensar dois momentos desta ligação primária que respondem ao excesso de energia livre: enquanto processo originário de constituição psíquica, necessário à instauração do princípio de prazer; e, também, como manobra para reencontrar uma certa homeostase psíquica diante de um trauma (GREEN, 2002).

O que é preciso sublinhar, como mostra Fortes (2012), é que em 1920 a ligação não se encontra em oposição ao processo primário, pois é necessário uma ligação prévia ao processo secundário. Ou melhor, somente após ter havido uma ligação do excesso é que a energia pode ser tramitada pelo princípio de prazer e pelo mecanismo de descarga. Esta perspectiva é diferente daquela de 1895, na qual a energia livre é característica do processo primário e associada ao princípio de prazer, em oposição à energia ligada do processo secundário. No *Projeto*, portanto, a ligação remete à ideia de domesticação pulsional feita pelo eu, com o objetivo de reduzir a quantidade de energia circulante no aparelho psíquico e a descarga automática para a qual tende a energia do processo primário. A principal função do eu é inibir o processo primário através da ligação da energia, processo que ocorre quando o excesso da pulsão é capturado pela linguagem (FORTES, 2012).

É importante atentar que a diferença do modo de conceber a ligação se apresenta na virada de 1920, contemporâneo ao conceito de pulsão de morte, quando os limites da representação passam a preocupar Freud (1920), ganhando, então, espaço para serem pensados. Em *Além do princípio de prazer*, portanto, estamos falando de uma tarefa primária de ligação da excitação, que é condição de instauração do princípio de prazer. Primeiramente as excitações são ligadas fora do princípio de prazer, para que este possa entrar em ação em um segundo momento, trabalhando a regulação das pequenas descargas que propulsionam a representação.

Em consequência disso, temos que admitir uma ligação anterior à representação, como vimos a propósito da angústia sinal e da descarga promovida pela compulsão à repetição, no primeiro e segundo capítulos, respectivamente. Nesse sentido, além de propor uma ligação que não se faz pela representação, Fortes (2012) também desenvolve a ideia da “ (...) existência de um trabalho não de simbolização, mas de *dispêndio de energia*” (FORTES, 2012, p. 115). A autora propõe que, se pensarmos o psiquismo como um aparelho de pensamento e de satisfação ao mesmo tempo, o que entra em questão é o modo como a energia é tramitada no aparelho, ou seja, o modo como a energia é descarregada: pela descarga ou pela inibição da descarga, próprio à representação.

Deste modo, a partir da noção de que o trabalho psíquico depende dos deslocamentos das quantidades de energia, deslocamentos que podem se dar com um maior ou menor dispêndio das mesmas, podemos nos perguntar se o diferencial intensivo de dispêndio da energia não é por si só parte do trabalho pulsional de todos estes elementos que estão em jogo na confrontação do psiquismo com as cargas de energia. Se a pulsão é também psíquica (na fronteira entre o corpo e o psiquismo), o circuito de remanejamentos e dispêndios energéticos por ela ordenado pode ser considerado também um trabalho do psiquismo. (...) Logo, propomos pensar a concepção de trabalho e a noção de ligação de uma maneira mais ampla, já que o trabalho psíquico não necessariamente se reduziria ao campo da representação (FORTES, 2012, p. 116.)

A importância de pensar deste modo está justamente na valorização do trabalho do psiquismo feito fora da referência à representação que, embora seja qualificado de primário ou primitivo se comparado ao trabalho de representar, comporta considerável grau de complexidade. Mais que isso, começamos a vislumbrar uma mudança de paradigma da psicanálise, não mais centrada de modo exclusivo sobre o trabalho de simbolização, ainda que possamos dizer que não há novidade nenhuma nisso, posto que essa mudança já se inaugura com Ferenczi. De qualquer modo, é possível supor que esta

abertura ao irrepresentado vem se afirmando mais fortemente teórica e clinicamente no campo da psicanálise como um todo.

Para Duparc (2001), esta perspectiva alimenta a esperança relativa ao trabalho clínico com pacientes cuja possibilidade representacional não se apresenta espontaneamente. É evidente que uma demanda de análise não se faz “(...)sem carência de representação, sem irrepresentável relativo, sobre um ponto ou outro – caso contrário, o sujeito se viraria bem sozinho, ou com seu meio habitual, para fazer sua auto-análise” (DUPARC, 2001, p. 46). Segundo essa perspectiva, Duparc (2001) sugere um novo critério clínico: a investigação do que, para aquele paciente específico, constitui seu núcleo irrepresentável, obstáculo que dispara sua compulsão à repetição. O analista deve se perguntar, portanto, de que forma o paciente espera ser apoiado para que possa construir sua “história não-elaborada e não-assumível”, para sair do congelamento e poder encontrar o novo, critério fundamental de saúde psíquica (DUPARC, 2001, p. 47).

Retomando a dimensão de ligação primária apresentada em 1920, podemos perguntar qual o papel do eu, pois, em princípio, parece que esta ligação primária se faz de maneira independente. Figueiredo (1999) também acentua este aspecto de trabalho anterior ao domínio do princípio de prazer e fora dos moldes representacionais, além de desenvolver de onde advém essa ligação primária de 1920. O autor desenvolve a ideia de que “(...) o processo primário já pressupõe uma estrutura de contenção, um limite” (FIGUEIREDO, 1999, p. 72). Devemos lembrar que não há escudo protetor contra as estimulações internas e que, por esta razão, as sensações na série prazer-desprazer acabam predominando sobre todos os estímulos externos. Entretanto, como propõe Figueiredo (1999), a ausência de uma barreira contra os estímulos pulsionais não deve nos fazer esquecer que “ (...) necessariamente deve haver *contenções* para a estimulação interna” (FIGUEIREDO, 1999, p. 72). Sem alguma contenção não seria possível pensar o desprazer como acúmulo de energia livre e o prazer como redução gradual desta energia. Sem barreira de nenhuma ordem, portanto, não haveria acúmulo nem escoamento, desprazer nem prazer.

O que Figueiredo (1999) sublinha, deste modo, é que o funcionamento do princípio de prazer exige algo que o transcenda, ou seja, uma estrutura de contenção que pode acumular energia até certo ponto e descarregá-la em certas circunstâncias. Além do escudo protetor que defende o indivíduo contra as intensidades exteriores, o psiquismo deve conservar uma reserva de energia ligada, amortecida, para contrapor-se

às invasões de energia livre e ligá-las. Podemos fazer uma analogia e pensar que o psiquismo depende de uma disponibilidade de pulsão de vida. Por este viés, é possível supor que o processo primário e o secundário não devem ser vistos segundo uma simples cronologia desenvolvimentista. A ligação primária só pode ser acionada em resposta à circulação de energia livre quando esta última coloca em risco a unidade do sistema psíquico, mesmo porque a ligação depende de energia livre disponível. “Ou seja, nem o processo primário pode ser primeiro em relação ao secundário, nem, em contrapartida, a “primeira tarefa” pode ser primeira em relação à experiência de perturbação promovida pela energia livre” (FIGUEIREDO, 1999, p. 79).

Interessa-nos, entretanto, pensar esta “primeira tarefa” necessária à instauração do princípio de prazer enquanto processo originário da constituição psíquica, pois Freud (1920) nos diz que a tarefa do psiquismo é justamente ligar a excitação pulsional que chega ao processo primário e, também, aponta que, no caso de fracasso de processamento, seria provocada uma perturbação análoga à neurose traumática. Assim, segundo argumenta Figueiredo (1999), para que a pressão pulsional possa tornar-se um transtorno tal qual aquele provocado pelas neuroses traumáticas, devemos supor que uma obra de ligação sempre esteve em curso e que eventualmente é destruída pelas energias livres.

Parece-nos que as ideias de unidade do sistema psíquico, reserva de energia ligada, obra de ligação, e estrutura de contenção que opera no processo primário, das quais nos fala Figueiredo (1999), podem ser pensadas como o princípio de constituição do narcisismo primário. Esta ideia encontra apoio na teoria de Green (1967), que não considera o narcisismo primário de Freud apenas como estado ou fase do desenvolvimento libidinal, mas como estrutura fundamental do aparelho psíquico. Na verdade, podemos pensar que a ligação primária permite a instauração da estrutura enquadrante enquanto matriz organizadora do narcisismo primário, efeito do trabalho do negativo que permite a separação da unidade fusional composta pelo bebê e pela mãe (URRIBARRI, 2011). Se Freud (1920) postula uma ligação primeira, fundamento para a instauração do princípio de prazer, a hipótese de Green (2010b) é que o narcisismo primário é o agente necessário desse processo (URRIBARRI, 2011). Podemos pensar que esta ligação primária em 1920 também se relaciona ao eu, de modo paradoxal: constituindo-o e sendo constituída por ele.

Desta maneira, o narcisismo primário é fundamental para garantir um sentido de unidade e a continuidade da existência, como propõe Winnicott (1967/1975). Assim,

não podemos pensar o eu com seu narcisismo primário apenas pela perspectiva da aliança com a da ordem do mesmo, impedindo a transformação, pois o eu é também uma espécie de escudo protetor contra as intensidades internas, enquanto agente de ligação, indispensável à saúde psíquica. A importância concedida ao narcisismo primário por Green (2010b) encontra inspiração em *Além do princípio de prazer*, diante da seguinte pergunta feita por Freud (1920) que problematiza a ligação do sadismo às pulsões de vida: “não seria sugestiva a ideia de que em verdade esse sadismo seria a pulsão de morte que a libido narcísica logrou afastar do Eu de modo que essa pulsão só consegue manifestar-se no objeto?” (FREUD, 1920, p. 174).

Diante desta pergunta, Green (2010b) interpreta que, quando Freud assinala a origem pulsional destrutiva do sadismo dirigida ao objeto, ele supõe que esta destrutividade teria ameaçado aniquilar o sujeito. Logo, a resistência à destrutividade se faz às custas da força da libido narcísica. Green (2010b) conclui que é o “poder narcísico que se esforça por fazer triunfar a vida, dirigindo-se em suas fases iniciais a impedir que o sujeito seja presa da destrutividade, que impediria toda organização e estruturação psíquica” (GREEN, 2010b, p.20). Para Green (2010b), esta lógica de pensamento antecipa o que Freud dirá em 1925 no texto *A negativa*, quando a análise da negação resulta em uma dupla conclusão: é preciso a expulsão do mau, do estranho, do ódio, para fora de si— movimento que constitui, paralelamente, o eu-prazer inicial¹².

Green (2010b) segue seu raciocínio dizendo que o eu só pode ser construído sobre um fundamento de prazer purificado, prazer “puro” que se opõe à destrutividade. O que não é expulso do eu e vinculado sob a forma de sadismo ou agressividade, deste modo, restará como um resíduo mortífero a serviço das tendências autodestrutivas do indivíduo ao longo de sua vida. O narcisismo primário, portanto, é ao mesmo tempo o agente e o resultado do primeiro triunfo das pulsões de vida em sua luta contra as pulsões de morte (URRIBARRI, 2011). Se é responsável pela expulsão da morte, impedindo que ela aniquile a vida, pode ser pensado como primeira forma de investimento do eu, que assegura a vitória de Eros. O narcisismo primário, segundo Green (2010b), pode ser lido em Freud como o primeiro alicerce psíquico que resiste aos ataques da pulsão de morte.

¹² A noção de eu-prazer inicial ou eu-prazer purificado aparece também em *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental* (1911) e em *Os instintos e suas vicissitudes* (1915).

Estes apontamentos de Green (2010b) sobre o texto freudiano de 1920 devem ser contextualizados. Primeiro porque Green (2010b) não adere à especulação que postula a pulsão de morte como tendência teleológica à descarga completa das tensões visando o inorgânico (URRIBARRI, 2011). Não vê, deste modo, as pulsões de morte como forças que buscam a morte através da anulação dos estados de tensões introduzidos pelas pulsões de vida. Embora o autor pense ser fundamental que a dimensão destrutiva da pulsão de morte seja evidenciada, propõe que esta deva ser entendida como desinvestimento, função desobjetalizante (GREEN, 1988). Diferentemente de Freud, contudo, Green não acredita que esta “função auto-destrutiva se expressa primitivamente, espontaneamente ou automaticamente” (GREEN, 1988, p. 62), como já mencionamos. Os ataques da pulsão de morte ao narcisismo primário, portanto, não podem ser pensados sem articulação com a problemática do trauma.

Em segundo lugar, é o mesmo Green (2010) quem desenvolve o trabalho do negativo, no qual a pulsão de morte tem função estruturante do psiquismo. No princípio da constituição psíquica, portanto, a ação da pulsão de morte é crucial para o advento do narcisismo primário, uma “morte” que edifica a “vida” em certo sentido, como veremos com mais detalhes na sequência. De certo modo, quando tudo corre bem no processo constitutivo, podemos pensar que foi possível o trabalho da pulsão de morte, da pulsão de vida e do objeto primário, trabalhos complementares e fortemente articulados, como veremos depois. A pergunta que devemos fazer agora é: de que modo podemos relacionar as duas acepções que vimos do ligar e desligar - de 1895 e de 1920 - com a terceira concepção que mais nos interessa, a saber, a ideia de ligação e desligamento como operações fundamentais das pulsões de vida e de morte, respectivamente?

Antes de pensar em qualquer aproximação, é preciso deixar claro que não se pode confundir processos psíquicos (primário e secundário) com forças pulsionais. Ficaremos apenas com o exemplo do processo primário, que nos parece mais passível de ser confundido com o regime da pulsão de morte (BUENO, 2004), na medida em que se caracteriza por uma energia livre. Contudo, esta energia livre do processo primário não diz respeito a uma “descarga maciça de excitação, mas circulação ao longo de cadeias de representações, implicando ‘laços’ associativos” (LAPLANCHE E PONTALIS, 2004, p. 271). O processo primário, deste modo, sustenta as produções do inconsciente e seu próprio modo de funcionamento, caracterizado pela condensação e deslocamento das representações. Portanto, há uma diferença entre pensar em um

processo que apresenta um movimento livre e móvel e pensar em uma força que se caracteriza por um energia livre sem representação.

Entretanto, é possível fazer uma analogia retrospectiva, no sentido de pensar que se o conceito de pulsão de vida representa um princípio de ligação, todas as operações psíquicas que apontam nesse sentido podem ser tomadas como expressões de Eros. É nesse sentido que apontamos para o eu, instância que preserva sua própria unidade estrutural através de mecanismos de ligação, como situado do lado das pulsões de vida. Do mesmo modo, se o conceito de pulsão de morte representa um princípio de desligamento, caracterizado por uma energia livre sem representação, podemos dizer que é o representante mais próximo da ideia de pulsão enquanto força geradora de energia livre que chega ao processo primário, servindo como impulso para o trabalho psíquico.

Com isto posto, podemos retomar a caracterização das pulsões de vida e das pulsões de morte, enquanto função objetivante e função desobjetivante. É importante não perder de vista a intrincação pulsional, ou seja, a ideia de que as duas pulsões trabalham juntas, de forma que em tudo que existe encontramos a expressão da pulsão de morte e da pulsão de vida. A fusão das pulsões, portanto, é uma mistura em que cada um dos dois componentes pode se fazer presente em proporções variáveis. Eros só pode ser apreendido, deste modo, em relação à tendência contrária, Thanatos.

Nas funções biológicas, os dois instintos básicos operam um contra o outro ou combinam-se mutuamente. Assim, o ato de comer é uma destruição do objeto com o objetivo final de incorporá-lo, e o ato sexual é um ato de regressão com o intuito da mais íntima união. Esta ação concorrente e mutuamente oposta dos dois instintos fundamentais dá origem a toda a variedade de fenômenos da vida. A analogia de nossos dois instintos básicos estende-se da esfera das coisas vivas até o par de forças opostas — atração e repulsão — que governa o mundo orgânico. (FREUD, 1940b, p. 82)

Será no *Mal-estar na civilização* (1930) que poderemos acompanhar a complexidade das relações entre Eros e Thanatos. É neste trabalho que Freud analisa a natureza do “mal-estar” que se dá na cultura, com a ajuda da dualidade pulsional. A partir da assertiva de que os confrontos pulsionais operam tanto no inconsciente de cada indivíduo, quanto no meio social dos homens, é preciso que a cultura erija obstáculos não só à sexualidade, mas obstáculos ainda maiores à agressividade. Freud admite a existência de uma inclinação inata à agressividade, manifestação direta da pulsão de morte. “Em tudo o que se segue, adoto, portanto, o ponto de vista de que a inclinação

para agressão constitui, no homem, uma disposição instintiva original e auto-subsistente, e retorno à minha opinião de que ela é o maior impedimento à civilização” (FREUD, 1930, p. 125).

Nesse sentido, Eros estaria a serviço da civilização, em seu intuito de combinar os indivíduos em unidades cada vez maiores enquanto Thanatos seria responsável pela oposição ao programa civilizatório. Se a agressividade e a destruição, enquanto manifestação da pulsão de morte, passam a ocupar o maior impedimento à cultura, é preciso mais uma vez perguntar que destrutividade é esta. Freud está se referindo à tendência de retorno ao inanimado tal como afirmado em 1920, refere-se à destruição do outro, do mundo, ou se trata de algo como uma autodestruição (WINOGRAD, 1998)? Pois Freud (1924) diz que a expressão da pulsão de morte fundamental é a autodestruição, e que a heterodestruição só se dá em um segundo tempo, como tentativa de alívio da tensão interna. Green afirma que “(...) a função autodestrutiva desempenha para a pulsão de morte um papel correspondente àquele que desempenha a função sexual para Eros” (GREEN, 1988, p. 62). Vimos, entretanto, que além de associar a destrutividade ao desinvestimento, Green (1988) não acredita nesta enquanto disposição pulsional originária, como postula Freud (1930).

Devemos ou não fazer uma equivalência entre a pulsão de morte e a destrutividade? Parece-nos que a hesitação em torno desta questão diz respeito às ressonâncias negativas que esta palavra comporta, quando pensada em si mesma. Entretanto, podemos conjecturar que esta destrutividade pode ser fundamental ou devastadora para a saúde psíquica. A metáfora da vesícula viva de Freud de 1920 ensina que a morte é necessária à vida, posto que é justamente a destruição da camada mais externa que salva todas as camadas mais profundas do mesmo destino. Assim, a morte não é somente o contrário, nem o objetivo da vida, mas opera a serviço da vida (SCARFONE, 2011). A função desobjetalizante também comporta uma destrutividade necessária na constituição de limites entre as instâncias psíquicas, assim como entre eu/não-eu, que veremos com mais detalhes. Por outro lado, a intensificação da pulsão de morte por efeito de um trauma ameaça a unidade psíquica ao promover desinvestimento maciço. Contudo, aprendemos que qualquer uma dessas duas possibilidades não pode ser tomada de forma absoluta, fora de um contexto em que outros atores participam.

Assim, ficaremos com a proposta de Green (1988), para quem “a manifestação própria à destrutividade da pulsão de morte é o desinvestimento” (GREEN, 1988, p. 65), mas ressaltaremos o desinvestimento na medida em que esta ideia nos parece mais

específica para caracterizar a operação da pulsão de morte. Isto não quer dizer que a destrutividade não esteja presente, embora seja possível pensar em desinvestimentos que não comportam uma dimensão de destruição. Por outro lado, é possível pensar em um potencial destrutivo que faz parte das vicissitudes internas da libido sexual (GREEN, 2010). Deste modo, a destrutividade é atributo da vida, de Eros, se quisermos. É sobretudo o desinvestimento, mais que a destrutividade, que caracteriza a pulsão de morte, ainda que a destruição esteja constantemente presente.

A luta entre Eros e o instinto de morte organiza as relações entre o indivíduo e a sociedade. Às vezes, a vitória de Eros se volta para a autoconservação da civilização, com risco de usura, às vezes, a pulsão de morte trabalha em prol do mais individual levante libertário contra as formas sociais. (...) Só a energia dissociativa da pulsão de morte pode propulsar o ímpeto libertador. A revolta contra a pressão da civilização, a revolta contra a ordem que protege a primazia do bem comum a todos em detrimento do interesse individual de cada um, ou assim justifica sua razão de ser, a destruição de uma organização social existente, opressiva e injusta, podem se ajustar sob os baluartes do amor pela humanidade, mas não é deste amor ideológico que elas extraem suas forças. É da atividade desobrigante de uma pulsão de morte libertadora (ZALTZMAN, p. 65).

Deste modo, é preciso relativizar estas ideias que transformam a oposição pulsional em um jogo maniqueísta. A pulsão de morte não é a encarnação do mal, e tampouco a pulsão de vida pode ser identificada com o bem. Se de um lado os excessos libidinosos e os excessos destrutivos ameaçam a cultura de forma permanente, por outro lado há dimensões e usos da libido e da destruição absolutamente necessários para a construção e manutenção das obras culturais. Figueiredo (1999) aponta que se dizemos que as pulsões de vida procuram ligações, é possível pensar que há formas de Eros que produzem desligamentos e que esses dois movimentos podem acontecer de forma simultânea.

Um casal apaixonado, por exemplo, se liga eroticamente de forma intensa, ao mesmo tempo em que se desliga do resto do mundo (FREUD, 1930). “Todo laço libidinal, por mais respeitoso que seja, comporta uma intenção de posse, que anula a alteridade. A intenção de Eros é de anexação, incluindo até o direito do outro viver a seu modo” (ZALTZMAN, 1994, p. 63). Não é por acaso que os imperativos culturais precisam inibir as metas sexuais e implementar outras formas de relações eróticas, como a amizade, controlando os excessos libidinais. O próprio amor às autoridades parentais assim como o medo de perda deste amor são responsáveis pelo controle da sexualização excessiva dentro da família, com o objetivo de interditar o incesto (FIGUEIREDO, 1999).

Por outro lado, Figueiredo (1999) aponta que o controle da destrutividade depende de forças agressivas atuando em duas frentes, pelo menos: colocando a agressividade para fora do grupo para aumentar a coesão dos laços eróticos que sustentam as vinculações intragrupoais, assim como através da introjeção da agressividade na figura do supereu, em que cada indivíduo constitui dentro de si mesmo uma instância de controle severa e belicosa, cuja força advém, em grande parte, das mesmas tendências destrutivas que lhe compete controlar. Mais ainda, é exigida uma contribuição erótica para este autocontrole da agressão que se faz pela própria agressão, sem o qual a agressividade auto ou heterodirigida resultaria em destruição pura (FREUD, 1930; FIGUEIREDO, 1999).

Do mesmo modo, a estabilidade visada pelas pulsões de vida imobilizam qualquer possibilidade de mudanças, que só podem ter espaço para acontecer às custas de rupturas thanáticas. A pulsão de vida também pode impedir o progresso, se pensarmos a vontade das massas que, ao repousar sobre a atividade gregária de Eros, anula a alteridade (ZALTZMAN, 1994). A pulsão de morte é anarquista segundo Zaltzman (1994), porque luta contra todas as formas estabelecidas, podendo ser tomada como uma força capaz de gerar rupturas benéficas, desfazendo unidades viciadas, gerando separações necessárias, do mesmo modo que o anarquismo surge quando toda forma possível de vida desmorona. (ZALTZMAN, 1994).

Logo, é preciso entender que há um duplo aspecto de ligação e de desligamento envolvido na função objetualizante da pulsão de vida, sob a marca do investimento, assim como a função desobjetualizante da pulsão de morte comporta aspectos para além do desligamento, ainda que responda pela marca do desinvestimento. A proposta de Figueiredo (1999) nos interessa na medida em que pretende uma ultrapassagem de um dualismo simplificado, baseado em uma lógica identitária, em que cada pólo da dualidade, Eros e Thanatos, pode se manter idêntico a si mesmo, ainda que possa se opor e se combinar ao outro pólo. As relações entre as pulsões de vida e as pulsões de morte encerram processos de grande complexidade, que travam oposições e conciliações, diferenciando-se e reunindo-se através de uma lógica de suplementariedade.

Aliás, diga-se de passagem, o *dualismo* em qualquer campo que se coloque parece oferecer uma solução tão fácil para o pensamento que exerce um verdadeiro fascínio: ele ao mesmo tempo respeita e ignora a questão da diferença. Respeita quando mediante uma operação de oposição permite que cada pólo – que cada entidade – se defina de maneira clara e nítida. Ignora porque usa o procedimento diferencial apenas para, em seguida, livrar-se dele e ficar apenas com seu produto na forma de duas entidades perfeitamente idênticas a si mesmas (FIGUEIREDO, 1999, p. 30).

Isto é, fazer uma equivalência entre a pulsão de vida e a libido, e a pulsão de morte e a destrutividade é uma simplificação que nos faz perder a complexidade em questão nas relações entre os dois grupos de pulsões. É nesse sentido que escolhemos não explorar a ideia de destrutividade ligada à pulsão de morte, de forma isolada, tomando-a como mais um aspecto da problemática referente ao desligamento, pois, ainda que possamos acentuar os conflitos entre Eros e Thanatos, há alianças surpreendentes que decorrem do fato de que “cada pólo é algo que se diferencia e se opõe a si mesmo” (FIGUEIREDO, 1999, p. 33). Assim, é mais produtivo defender um valor relativo das pulsões, e não um valor em si mesmo (EHRENBERG, 2011). Se o que conduz à morte são as pulsões de vida e as pulsões de morte em conjunto, o problema só se faz quando falta o jogo de forças, predominando uma ou a outra pulsão. O inimigo da vida, pois, é a ausência do jogo de forças (SCARFONE, 2011).

3.3

A negatividade necessária

Se antes dissemos que o problema se atualiza quando falta o jogo de forças entre os dois grupos pulsionais, agora consideraremos os efeitos do objeto primário sobre o psiquismo em constituição - elemento essencial para garantir a fusão pulsional, além do trabalho de ligação e desligamento da pulsão de morte, imprescindíveis à gênese do pensamento e da constituição psíquica. Começemos pela análise do texto *A negativa* de 1925, no qual Freud nos mostra uma função da pulsão de morte, ao localizá-la operando na origem do intelecto. O texto começa por analisar a função da palavra “não” na estruturação de frases. Assim, quando um analisando diz “Não é isso!”, o analista desconsidera a negativa e se atem ao conteúdo do que foi dito. Esse “não” diz respeito a um juízo de negação cuja função é permitir que um conteúdo recalcado penetre na consciência, possibilitando que o contato com ele se dê somente na esfera intelectual

(FREUD, 1925). Ocorre uma suspensão do recalque, sem que isto implique em uma aceitação do recalcado.

Estas observações que relacionam o recalque e a negativa, segundo Freud (1925), conduzem-nos a pensar a origem psicológica desta função psíquica de emitir juízos que se expressa pela negação ou afirmação do conteúdo de nossos pensamentos. Através do estudo do julgamento, portanto, Freud (1925) dá o passo seguinte e aquele que nos interessa: pensar a origem do pensamento, a partir da ação recíproca das pulsões de vida e de morte. “A afirmação — como um substituto da união — pertence a Eros; a negativa — o sucessor da expulsão — pertence ao instinto de destruição” (FREUD, 1925, p. 268). As duas pulsões estariam se expressando sob a forma da expulsão e da atração através do (1) juízo de atribuição, em que aquilo vivido como bom é incorporado ao eu e o que é vivido enquanto mau é expulso e, do (2) juízo de existência, quando é possível decidir se alguma coisa existe ou não existe na realidade, ou seja, se a representação feita do objeto é ou não uma percepção.

Os julgamentos de afirmação e de negação, portanto, estão associados à atividade correspondente do dualismo pulsional desenhando duas linhas de ação, como propõe Damous (2012): afirmação – ligação – pulsões de vida e negação – desligamento – pulsões de morte. Trata-se de séries diferentes que não implicam que a afirmação é sempre positiva e que a negação é sempre negativa (GREEN, 2002). No trabalho de constituição dos limites psíquicos, os desligamentos acionados pelas pulsões de morte são absolutamente positivos, principalmente no que se refere ao apagamento do objeto primário e sua internalização como estrutura enquadrante, espaço psíquico capaz de comportar as produções subjetivas (DAMOUS, 2012). Evidentemente, o desligamento da pulsão de morte implica em novas ligações movidas pelas pulsões de vida, apontando para um movimento necessário entre ligação/afirmação e desligamento/negação (DAMOUS, 2012).

Inspirado no texto de Freud de 1925, portanto, Green (2010) desenvolve o que chama de trabalho do negativo, a saber, as diferentes maneiras de construir limites, onde a negativa tem função primordial. A pulsão de morte, entendida como força de desinvestimento, terá lugar central na medida em que lidera um conjunto de operações psíquicas que exercem uma função de negativização tais como a negação, a excorporação, o desmentido, a forclusão, a clivagem entre outras e cujo protótipo é o recalque (GREEN, 2010). Estas operações psíquicas apontam para a negativização do excesso, servindo de proteção ao psiquismo. Eis que os mecanismos de defesa

acionados pela pulsão de morte, visam negativizar a positividade excessiva, fruto também do próprio funcionamento pulsional (GREEN, 2010). As rupturas próprias ao conceito de pulsão de morte, enquanto força sem representação, aparecem de modos diversos: potência de transformação e efeito da reviravolta traumática. Este último pode ser pensado como imprescindível para dispensar o psiquismo do excesso, através do trabalho do negativo (clivagem), mesmo que impeça o trabalho de elaboração. A pulsão de morte, no contexto do trauma, paradoxalmente fomenta e livra o psiquismo do excesso ao mesmo tempo.

Além da constituição dos limites psíquicos, o trabalho do negativo de Green (2010) apresenta uma teoria do pensamento menos evidente na obra de Freud, mas ainda assim presente (GREEN, 2002). Como propõe Damous (2012), tudo o que se passa no campo psíquico a propósito dos processos de simbolização, sejam as metabolizações das relações consigo mesmo ou com o outro, diz respeito a uma teoria do pensamento. Por este viés, encontramos em Freud diversas problematizações a respeito da simbolização própria ao pensamento nas discussões acerca da interação entre percepções e representações no *Projeto* de 1895; a propósito da teoria da memória em sua *Carta 52*; sobre a articulação entre princípio de prazer/ princípio de realidade (FREUD, 1911); assim como encontramos uma teoria do pensamento em *A negativa*, quando Freud (1925) postula os julgamentos de atribuição e de existência enquanto processos determinantes na sustentação e construção dos espaços psíquicos (DAMOUS, 2012).

Quanto à teoria do pensamento proposta por Green (1990b), há quatro elementos que o autor destaca como fundamentais para sua composição: o limite, a representação, a ligação/desligamento e a abstração. O limite é transformado por Green (1990b) em conceito, definido como a zona de transformações e delimitações entre as instâncias psíquicas, entre psique e soma e entre o sujeito e o objeto (URRIBARRI, 2010). A representação, por sua vez, é o conceito dominante da teoria psicanalítica segundo Green (1990b) e engloba minimamente um campo duplo: representação de coisa e representação de palavra que compreende tanto o movimento de abstração que vai da primeira à segunda, quanto o movimento regressivo no qual as palavras são tratadas como coisa (GREEN, 1990b; DAMOUS, 2012).

Os processos de ligação e desligamento também são elementos que precisam ser considerados, pois têm como finalidade mais ampla a construção do pensar (GREEN, 1990b). Através do trabalho complementar das pulsões de vida e das pulsões de morte,

o ligar constrói as representações e o religar, pautado em um desligar prévio, constitui o pensar (GREEN, 1990b; DAMOUS, 2012). Por fim temos a abstração, elemento que caracteriza mais especificamente o pensamento, na medida em que supõe uma forma subjetiva mais distante dos derivados pulsionais e das cargas afetivas (GREEN, 1990b). Damous (2012) observa que a abstração reflete a estrutura paradoxal do pensamento:

(...) o pensamento deve obedecer à dupla tarefa de se afastar o suficiente dos derivados pulsionais dos quais nasce, sem deixar de manter contato com suas raízes afetivas que lhe conferem seu peso de verdade. Há aí uma estrutura paradoxal do pensamento em psicanálise, da qual não se pode descuidar (GREEN, 1990b, p. 108)

Este caráter paradoxal do pensamento poderia nos levar a pensar em operações contínuas cujo objetivo estaria em promover um caminho dos representantes pulsionais à abstração (GREEN, 1990b). Ao contrário, esse processo não se faz sem o trabalho do negativo, que apresenta diferentes operações cuja força de ruptura aponta para uma descontinuidade no processo de constituição do pensamento como também no processo de constituição psíquica (DAMOUS, 2012). Retornemos a Freud (1925) munidos da contribuição de Green (1988/2010), que retraça o mito da origem pautado no trabalho do negativo, postulando a excorporação como movimento inaugural deste trabalho e responsável pelo início da constituição dos limites psíquicos.

O não que pode ser posto neste momento inicial, anterior à linguagem, se expressa no nível das moções pulsionais orais: eu gostaria de comer isso ou cuspi-lo (FREUD, 1925)? É por este viés que é possível supor um julgamento de atribuição inicial feito por um eu-prazer que, em função do que é agradável ou desagradável, diz sim ao que é bom (prazeroso) e não ao que é mau (desprazeroso). Na verdade, não é legítimo falar em um eu nesse momento, em que só o que existe é a expulsão para o mais longe possível, pois ainda não há limites que estabelecem dentro e fora (GREEN, 2010). São as consequências desta expulsão, segundo Green (1986/2010), que permitirão o estabelecimento do eu. “A expulsão do mau permite a criação de um espaço interno no qual o Eu como organização pode nascer para a instauração de uma ordem fundada no estabelecimento de ligações relacionadas a experiências de satisfação” (GREEN, 2010, p. 292).

Do mesmo modo, ainda não é possível pensar que o julgamento de atribuição determinante do movimento de cuspir/excorporar produza o reconhecimento do objeto enquanto unidade separada do sujeito. Há apenas o reconhecimento de um espaço

externo para onde se destinam os produtos ejetados (GREEN, 1986/2010). Devemos perguntar, como o faz Green (1986/2010), como o psiquismo pode livrar-se daquilo que o perturba apenas pondo-o no exterior? O autor responde que a excorporação só pode ser sustentada se houver assistência do objeto, ou seja, se este se ocupar continuamente do eu da criança, não somente descarregando-o do excessivamente desagradável, mas também substituindo o espaço indiferenciado para recolher o que é lançado para fora. Deste modo, o objeto está lá, mesmo que nesse momento inicial não seja percebido como tal (GREEN, 2010; DAMOUS, 2012).

Em um primeiro momento teórico, portanto, haveria uma indiferenciação entre sujeito e objeto, entre bebê e seio, através de uma série que se estenderia no tempo da seguinte forma. O objeto se apresentaria para a satisfação do bebê, e assim faria a cada vez que o bebê fosse acossado pela falta. Devemos incluir nesta série a alucinação do seio por parte do infante, que praticamente coincidiria com a aparição do seio real. Vemos que quase não há lugar para a experiência de desprazer, já que a satisfação alucinatória produzida pelo bebê em resposta à fome que sente se torna realidade através da apresentação certa do seio materno. A possibilidade de expulsão do que não é sentido como prazer, que dá início à construção do exterior, é quase inexistente, embora já comece a operar neste momento. A série, portanto, seria composta assim: falta – alucinação – objeto (...). O objeto vem cobrir a falta e produzir satisfação (GARCIA-ROZA, 1986/2003). Se não houver qualquer mudança neste processo, não há qualquer possibilidade de diferenciação. A criança ficaria simbioticamente confundida com o seio materno, incapaz de reconhecer seu próprio corpo (GARCIA-ROZA, 1986/2003).

É preciso sublinhar rapidamente que as pulsões de morte, longe de surgirem do nada, sem nenhum apoio de funções vitais, estão, ao contrário, numa relação ainda mais estreita, mais ligada ao apoio corporal que as pulsões libidinais. As pulsões libidinais designam uma geografia dos prazeres erógenos do corpo. As pulsões de morte têm uma missão corporal diferente: uma função de individuação. (ZALTZMAN, 1994, p. 48).

A pulsão de morte, portanto, tem papel importante ao engendrar um “não” que se manifesta através do juízo de atribuição, limite originário da constituição da externalidade que se faz simultaneamente ao início da individuação do sujeito. É através da expulsão de uma experiência de insatisfação, portanto, que o aparelho psíquico é compelido a reconhecer a existência de algo que está fora de si mesmo. Entretanto, Freud (1925) nos diz que é preciso outra operação, afora o juízo de atribuição. Além de

distinguir o agradável do desagradável, que já vinha tramitando, é preciso que advenha o trabalho de distinção entre o real e o alucinado, juízo de existência. Mais uma vez a questão sobre interno ou externo é colocada, mas agora em referência ao que existe ou não existe, se estamos diante de uma representação subjetiva ou de uma percepção objetiva. O eu-realidade definitivo deve decidir se a divisão interno/externo corresponde à diferença subjetivo/objetivo (GREEN, 2010b; DAMOUS, 2012).

A outra espécie de decisão tomada pela função do julgamento – quanto à existência real de algo de que existe uma representação (teste de realidade) – é um interesse do ego-realidade definitivo, que se desenvolve a partir do ego-prazer inicial. Agora não se trata mais de uma questão de saber se aquilo que foi percebido (uma coisa) será ou não integrado ao ego, mas uma questão de saber se algo que está no ego como representação pode ser redescoberto também na percepção (realidade) (FREUD, 1925, p. 267)

O juízo de existência, deste modo, implica em decidir se há correspondência entre o que é percebido internamente e aquilo que se encontra fora do sujeito. Trata-se da assunção do princípio de realidade, sem o qual confundiríamos completamente nossa realidade psíquica com a realidade externa (FREUD, 1911). O que aponta Green (1990b), entretanto, é que o julgamento de existência já indica um trabalho ativo do pensamento em curso, pressupondo a representação como elemento psíquico assim como a renúncia à satisfação pela via alucinatória. Diz respeito, portanto, a um passo a mais. Ou seja, além da necessidade de um objeto de satisfação considerado bom, que possa ser integrado ao eu, é preciso que esse objeto esteja no mundo externo, de modo que seja possível apossar-se dele sempre que for preciso (FREUD, 1925). É preciso ir além do princípio de prazer e do julgamento de atribuição.

Todavia, Freud (1925) relembra que originalmente a mera existência de uma representação constituía uma garantia da realidade daquilo que era representado. A antítese entre objetivo e subjetivo, portanto, não existia desde o início. Surge apenas porque o pensar possibilita a representação de algo que foi outrora percebido, reproduzindo-o como representação sem que o objeto externo esteja lá. “Portanto, o objetivo primeiro e imediato no teste de realidade é não *encontrar* na percepção real um objeto que corresponda ao representado, mas *reencontrar* tal objeto, convencer-se de que ele está lá” (FREUD, 1925, p. 267). Este reencontro é o que permite a descarga que mobiliza a satisfação. A precondição para o teste de realidade, como afirma Freud (1925), consiste na perda do objeto que outrora trouxe satisfação.

Como bem aponta Damous (2012), outros processos precisam ocorrer antes do

juízo de existência vigorar. Ao menos no que diz respeito à constituição dos limites intrapsíquicos e das representações, que para se fazerem, dependem de duas operações do trabalho do negativo: o recalque e a alucinação negativa, respectivamente. O recalque é imprescindível na medida em que a excorporação não impede o retorno das primeiras impressões psíquicas detonadas por conta de experiências dolorosas, ainda que o objeto se ocupe da criança (GREEN, 1990b; DAMOUS, 2012). O recalque, deste modo, é posto em movimento para construir as primeiras fronteiras intrapsíquicas, trabalho de recalque que mais tarde o eu terá que retomar por conta própria pela vida afora (GREEN, 2010).

Além do recalque, a alucinação negativa caracteriza-se pela percepção sem objeto, ou seja, “(...) a não-percepção de um objeto ou de um fenômeno psíquico perceptível. Trata-se então de um fenômeno de apagamento daquilo que deveria ser percebido” (GREEN, 2002, p. 267). Damous (2012) sublinha que esse mecanismo é importante, pois promove o trabalho do negativo estruturante do continente psíquico e do espaço necessário para o surgimento dos pensamentos, através da instauração de um vazio impulsionador das ligações que poderão construir as representações e abstrações do pensar (GREEN, 2002 e 2010). Green (2010) explica que a alucinação negativa “não é ausência de representação, como sugere a ausência de imagem no espelho, mas *representação da ausência de representação*” (GREEN, 2010, p. 297). Ou seja, ela deve ser vista como o conceito teórico que é pré-condição a toda teoria da representação, do sonho à alucinação (GREEN, 2010).

Embora devamos supor um movimento pulsional, mais especificamente, o movimento da pulsão de morte que deflagra o trabalho do negativo, para que este trabalho persista e produza seus efeitos estruturantes, é fundamental que um “objeto absolutamente necessário” (GREEN, 2010, p. 301) possa se fazer esquecer, como já havia apontado Freud (1925). Para que a operação de desinvestimento possa se efetuar, entretanto, é preciso que antes exista um objeto. Consequentemente, podemos dizer que não há alucinação negativa possível sem a presença do objeto. Na verdade, como propõe Damous (2012), há uma primeira negativização do entorno ambiental, primordial para o início da construção dos limites psíquicos, para que, em seguida, este continente psíquico enquadrante proporcionado pelo ambiente internalizado possa abrigar uma nova negativização, agora do objeto primário. Deste modo, o trabalho do negativo se apresenta através de uma relação indissociável entre pulsão e objeto. Segundo Garcia (2010b), o trabalho do negativo funciona articulado às vicissitudes do

objeto, determinando a construção dos limites psíquicos e de uma teoria do pensamento.

Ou seja, trata-se de um duplo trabalho: para que a pulsão de morte cumpra sua função estruturante através das operações negativizantes que aciona, é preciso que o objeto também o faça. Mais que isso, o trabalho da primeira depende da qualidade do segundo, como veremos. Retomaremos o que dissemos antes, pela perspectiva do objeto primário. Antes que o objeto possa ser esquecido, portanto, é preciso que ele tenha sido encontrado e que responda aos movimentos pulsionais de uma certa maneira (FIGUEIREDO E CINTRA, 2004). Ou seja, muitas coisas devem acontecer antes de pensarmos na instalação do juízo de existência. Como observam Figueiredo e Cinta (2004), Green (1988/2010) introduz neste contexto uma nova perversão, referida ao fracasso das funções do objeto primário. Ou seja, algo funciona mal quando o objeto se ausenta nos momentos em que deveria estar presente ou quando se impõe no lugar de deixar-se esquecer. O fracasso deste “objeto absolutamente necessário” se faz por sua impossibilidade de falhar, de enganar-se, de negativizar-se, ou seja, o objeto paradoxalmente falha em sua função de ser falível.

(...) o objeto absolutamente necessário à elaboração da estrutura psíquica, deve se apagar. Ele deve se fazer esquecer como constituinte da estrutura psíquica; ele existe sob a forma da ilusão de que não é constitutivo da estrutura psíquica, mas se apresenta diferente desta, como objeto de atração ou de repulsa. Mas, quando o objeto não chega a se fazer esquecer, há uma espécie de “perversão” dessa função do objeto, não no sentido de perversão das pulsões, mas no sentido de *alguma coisa que desvia, que se conduz mal em sua função de objeto que, de todo modo, é ser falível* (GREEN, 1988/2010, p. 301)

De que se trata, pois, esta falibilidade desejável do objeto? Diz respeito à qualidade da presença do objeto, um modo de estar presente que permita, como aponta Figueiredo e Cintra (2004), um duplo movimento de negação. O objeto deve ser negado internamente, sendo esquecido e podendo assim converter-se em estrutura enquadrante, no vazio interno que é a base do processo de pensamento e da vida desejante. Como também deve ser negado fora, deixando-se perder e distanciar para que outros objetos possam ser encontrados. “*A função intrínseca do objeto é paradoxal: o objeto está lá para estimular, para despertar a pulsão e, ao mesmo tempo, para contê-la*” (GREEN, 2010, p. 301). Afora isso, Green (2010) nos diz que o objeto também está lá para permitir ao indivíduo conceber uma noção capital, a saber, que “*há mais de um objeto*” (GREEN, 2010, p.301).

Diante destas funções do objeto, Figueiredo e Cintra (2004) propõem a distinção

de dois tempos do objeto que, embora não estejam explicitados no texto de Green, podem ser reconhecidos. Talvez possamos localizar esses dois tempos do objeto como a influência que este exerce sobre os dois tempos do julgamento, evidenciados no texto de Freud (1925). O primeiro tempo aponta para a dupla função do objeto de estimular e conter a pulsão. O objeto, deste modo, tem uma função pulsionalizante, sem a qual os movimentos pulsionais não seriam despertados. Ao mesmo tempo, deve poder conter as pulsões, dando-lhes um sentido. Figueiredo e Cintra (2014) apontam que esta dupla função de estimulação e continência tem reflexos importantes no trabalho clínico, principalmente se forem mal-exercitadas e mal-internalizadas. Nesses casos, a função de *holding* teorizada por Winnicott será ferramenta clínica fundamental. Vemos por aqui a potência traumática do objeto, absolutamente associado com efeitos pulsionais. Estas duas funções, de contenção e estimulação, deveriam ser internalizadas, para que o objeto possa cair no esquecimento e permitir a entrada do segundo tempo.

Este diz respeito à possibilidade de negar o objeto, pondo-o distante para que ele possa desdobrar-se em uma multiplicidade de objetos substitutivos e contingentes. É preciso poder perder o objeto (FREUD, 1925), para aceitar que há mais de um objeto (GREEN, 2010). Antes disso a alucinação negativa - possibilidade de representar a ausência de representação (GREEN, 2010), precisa vigorar para possibilitar a transformação do objeto primário em estrutura enquadrante do psiquismo –fundamental para criar uma base de tolerância a todas as ausências, distâncias e inadequações dos objetos substitutivos, além de fornecer a base do pensamento (FIGUEIREDO E CINTRA, 2004). Pois o ponto de partida do pensar se faz pela negativização da representação. Para que o segundo tempo possa acontecer, entretanto, é preciso que o primeiro tempo tenha sido cumprido. Este último depende da qualidade da presença do objeto, que diz respeito principalmente à possibilidade deste se colocar como uma presença ausente.

A criança se trata como ela é tratada desde o momento em que a mãe não é mais esta simples excentração da criança. *A mãe é tomada no quadro vazio da alucinação negativa, e torna-se a estrutura enquadrante para o próprio sujeito. O sujeito edifica-se ali onde a investidura do objeto foi consagrada ao invés de seu investimento* (GREEN, 1967-67/1988, p.135).

Toda a problemática se desenvolve neste primeiro tempo. Pois se o objeto não se deixar esquecer, o que significa que não será negado pela ação da pulsão de morte, não poderá ser introjetado como função enquadrante. A alucinação negativa, portanto, será

fundamental para a constituição narcísica da estrutura enquadrante do eu, considerada por Green (1990b) como etapa intermediária e necessária da evolução do “eu-prazer purificado” para o “eu-realidade definitivo”. Urribarri (2011) explica que Green (1966-67/1998) completa a sequência proposta por Freud em 1925, incluindo a constituição de uma organização narcísica primária entre o juízo de atribuição e o juízo de existência. Eis que a dimensão apontada por Damous (2012) a respeito da necessidade de outros processos antes da possibilidade do psiquismo realizar o juízo de existência se torna ainda mais clara.

O sujeito psíquico surge, portanto, como resultado da criação do narcisismo primário, que articula o pulsional e o identificatório. Esta organização narcísica inicial apoia-se sobre o narcisismo materno, sendo criada e criando uma estrutura enquadrante (GREEN, 1966-67/1988; URRIBARRI, 2011). Vale falarmos das principais características da estrutura enquadrante no pensamento de Green, resumidas por Urribarri (2011), pois esta é ao mesmo tempo plataforma de investimentos e espaço de representação, e pode ser pensada como matriz organizadora do narcisismo primário, estrutura de base do psiquismo que permite a separação com relação ao objeto. A estrutura enquadrante, portanto, funciona como interface entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, contribuindo para a construção do duplo limite entre eu-pulsão e eu-objeto. Afora isso, a estrutura enquadrante é a base da função objetalizante, e condição da subjetivação da pulsão (URRIBARRI, 2011). Podemos pensá-la como uma espécie de moldura psíquica, que dá o contorno necessário à expressão do psiquismo, uma espécie de escudo protetor, como falamos antes a propósito do narcisismo primário.

Para garantir o sucesso da estrutura enquadrante, portanto, o objeto precisa responder em um tempo suficiente e sob uma forma assimilável para o eu da criança em constituição. Mais ainda, as recusas e aceitações do objeto, que deve responder em um prazo tolerável, são o ponto de partida para o trabalho de recalque. Como vimos, recalque é acionado, justamente para lidar com o que retorna do exterior, relacionado às respostas fornecidas pelo objeto. “O recalque se efetua, portanto, sobre o modelo das aceitações e das recusas do objeto. (...) O que é agradável ou desagradável para o Eu se fundamenta naquilo que é agradado ou não agradado pelo objeto” (GREEN, 2010, p. 293).

Se a resposta é imediata, sem demora, é a onipotência simbiótica que se instala, privando o Eu da criança de dizer não ao objeto e, portanto, sim a si mesmo. A idealização do objeto materno vai junto com o esmagamento do desejo próprio do sujeito. Em compensação, quando a demora é grande demais, é o desespero com inscrição de uma experiência da dor que faz dizer não a tudo (incluindo a si mesmo) (GREEN, 2010, p. 293).

É preciso sublinhar, portanto, que se o objeto falha, a estrutura enquadrante igualmente fracassa e as pulsões não conseguem ser suficientemente contidas: estamos diante de um efeito dominó. Como resultado, o objeto se torna excessivo e intrusivo, tanto em suas funções estimulantes quanto em suas funções de continência. Mais ainda, o objeto não poderá negar e conter a força pulsional, dirigindo-a e transformando-a, ajudando em sua representação. Sem a possibilidade de negativização do objeto primário, este será sempre demais, “ (...) excesso de presença pelo fato de sua falta. Recai-se, nesse momento, em uma espécie de coalescência entre o objeto e a pulsão, e o objeto, ao invés de ser o que torna a pulsão tolerável, é o que, ao contrário, a torna ainda mais intolerável” (GREEN, 2010, p. 302). Deste modo, o objeto pervertido em sua dupla função de estimular e conter, sempre traumatiza. Esta aderência mortífera, portanto, potencializa os aspectos traumáticos, tanto os provenientes das pulsões como os dos objetos (FIGUEIREDO E CINTRA, 2004).

O efeito dominó de que falávamos, portanto, é deflagrado pelo fracasso do trabalho do negativo, diretamente atrelado às falhas patológicas do objeto primário (Green, 1988, 2010, 2002), remetendo-nos diretamente ao paradigma do trauma narcísico exposto no primeiro capítulo. Vê-se a importância concedida ao objeto no momento de constituição psíquica, principalmente com relação à dinâmica pulsional e à constituição do eu. Pois é justamente quando os objetos fracassam ou produzem efeitos incomuns, que obrigam o analista a reconhecer seu papel constitutivo. Pois se o objeto cumprir suas funções eficazmente, a parte que lhe cabe na constituição psíquica tende a se tornar invisível e inaudível (FIGUEIREDO E CINTRA, 2004). Isto não quer dizer que o objeto é quem faz o sujeito, mas certamente é quem possibilita (ou não) à criança fazer valer seu potencial (WINNICOTT, 1963/2008). Não é por acaso que Green propõe a ideia de um “objeto-trauma”, cujo poder de romper a frágil organização do eu é enorme (GREEN, 1979/1988).

O fracasso do objeto, portanto, age em duas frentes simultaneamente: impede o sucesso da fusão pulsional e do estabelecimento da estrutura enquadrante. Se Green (2010) aponta que o objeto se torna excessivo e intrusivo, o mesmo acontece com a

pulsão, cujo trabalho constantemente exigido fica sempre demais: ao invés de potência de crescimento psíquico, torna-se perturbação impassível de domínio. Deste modo, é inegável a estreita relação entre fracasso do objeto primário, excesso de pulsão de morte e fragilidade narcísica. Entretanto, é preciso lembrar que a intensificação da pulsão de morte e a ameaça narcísica também se evidenciam no traumático cuja incidência se faz diante de um eu constituído, como a face econômica testemunha.

Retomemos rapidamente o roteiro traumático para refrescar a memória. Como vimos no primeiro capítulo, diante do trauma, o eu é tomado de surpresa e se vê impotente, na medida em que é incapaz de modificar o que se passa, sem ação específica possível. Tanto mais devastador se estivermos falando de um trauma precoce, quando o eu em constituição goza de grande fragilidade e qualquer excitação pode ter efeito de efração se não for possível contar com a aliança com o objeto primário, único escudo protetor possível nesse momento (FERENCZI, 1933). Sem tempo hábil para organizar os contrainvestimentos necessários, o eu é afundado por um excedente energético que destrói as conexões, inviabiliza as funções operantes e rompe a unidade associativa. Afora isso, o eu corre o risco de se fragmentar em múltiplas partes (BORGES, 2012).

Apesar dos efeitos detonados pelo trauma de 1920 e de 1939 possam ser caracterizados de modo parecido - na medida em que tratam do efeito de um excesso sem representação sobre o psiquismo e dos recursos utilizados visando à defesa - a diferença fundamental está no momento de incidência traumática, se esta se faz diante do eu em constituição ou diante do eu constituído. Quando tratamos de traumas precoces, precisamos pensar que o próprio processo de construção egóica se fará marcado por mutilações, gerando uma permanente fragilidade narcísica, sempre pronta a ser reativada (BOKANOWSKI, 2005), além de gerar um psiquismo predominantemente estruturado pela lógica do além do princípio de prazer. Isto é diferente de uma fragilização subjetiva circunscrita por um golpe posterior que incide sobre o psiquismo constituído.

Ainda que a reviravolta psíquica guarde estreita semelhança, a possibilidade de elaboração supostamente teria mais chance de acontecer neste segundo caso, já que o aparelho psíquico dispõe de muito mais recurso. Caso contrário, a saber, se a função desobjetalizante continuar operando intensamente, pode ser tomada como indicador da incidência de traumas precoces. O que nos interessa desta discussão, entretanto, não é pensar no enquadramento das organizações subjetivas que advém destas problemáticas -

de fundamental importância, mas apontar que o excesso de pulsão de morte deve estar sempre relacionado ao trauma, mesmo que o trabalho do negativo tenha sido cumprido com sucesso no momento de constituição psíquica.

Isto nos indica mais uma vez que a ação desestruturante da pulsão de morte é sempre efeito colateral do traumático e, portanto, não deve ser pensada como um princípio autodestrutivo inerente ao organismo (GREEN, 1988 e 2010b; ZALTZMAN, 1994). Se não há uma inclinação ao aniquilamento, podemos pensar como Winnicott (1963/2008), para quem a tendência originária se expressa pela busca de um plano de existência que permite o sentimento de ser e continuar sendo. Por consequência, a ação de Thanatos deve cumprir alguma função no sentido da sobrevivência psíquica diante da inundação traumática. Como aponta Ferenczi (1934), é inaceitável que não haja resistência diante da comoção psíquica. É nesse sentido que queremos pensar a ação da pulsão de morte diante do trauma como protesto vital (ZALTZMAN, 1994). “Numa relação de forças sem saída, só uma *resistência* nascida das próprias fontes pulsionais de morte pode afrontar a ameaça de perigo mortal” (ZALTZMAN, 1994, p. 64).

Voltemos ao trauma precoce, que melhor nos serve para apontar esta dimensão de Thanatos. Diante da desfusão das pulsões, portanto, há um favorecimento da intensificação da pulsão de morte que, por sua vez, ataca a função objetualizante, na medida em que a dimensão de investimento só trouxe decepção, comportando perigo potencial. Ao mesmo tempo, entretanto, ocorre um movimento de retração narcísica numa tentativa de garantir minimamente a unidade psíquica ameaçada pelos sentimentos de intrusão exacerbados, relativos tanto aos objetos quanto às pulsões. “Esta narcisização será tanto mais forte quanto o objeto investido tiver decepcionado” (GREEN, 1979/1988, p.153). Paradoxalmente, a retração narcísica por efeito do desinvestimento da pulsão de morte acaba por incidir sobre a própria estrutura narcísica primária (GREEN, 1988; URRIBARRI, 2011), desfazendo as ligações necessárias à manutenção da integridade do eu. A redução radical da função objetualizante caminha junto ao empobrecimento egóico, empobrecimento da vida, caracterizando o narcisismo negativo ou de morte (GREEN, 1988b) e a neutralização energética (ROUSSILLON, 1999).

É como se fosse necessário uma forte redução da unidade psíquica – uma organização mínima em termos de ligação e de circulação energética, para viabilizar a sobrevivência (FERENCZI, 1932/1990), pois qualquer investimento apresenta o risco de um novo traumatismo. Para tal, o psiquismo apresenta duas saídas, cujo objetivo

aponta para uma tentativa de redução do dano traumático: a compulsão à repetição e a clivagem. A primeira fracassa enquanto tentativa de domínio, mas é bem sucedida enquanto operação de descarga, incidindo sobre o excesso de excitação e promovendo um esvaziamento do psiquismo. Como falamos antes, esta descarga promovida pela pulsão de morte, embora impeça a elaboração, livra o psiquismo do excesso momentaneamente e pode também ser pensada como tentativa fracassada de instalação posterior de um vazío que falhou em ser instalado, atrapalhando a construção da estrutura enquadrante. Nesse sentido, a descarga comporta uma dimensão de conservação do próprio, na medida em que aniquila o excesso acachapante (FIGUEIREDO, 2008).

A clivagem, por sua vez, sacrifica pedaços do eu em nome de um todo cada vez mais reduzido (FERENCZI, 1933; WINNICOTT, 1960/2008; ROUSSILLON, 1999). Assim como na descarga, a clivagem também apresenta a dimensão de preservação de algo de si mesmo, ainda que às custas da destruição de partes do eu. Se o eu não pode dominar a excitação, modifica-se para poder suportá-la, na medida em que o processo de fragmentação garante a economia de energia (FERENCZI 1932/1990; BORGES, 2012). Se por um lado esta operação de fragmentação testemunha o fracasso do trabalho do negativo enquanto estruturador do psiquismo, por outro demonstra o sucesso de sua operacionalidade, na medida em que aciona a clivagem, um de seus mecanismos negativizantes. Devemos lembrar que estamos tratando de um mecanismo de defesa, defesa radical contra a aniquilação.

Deste modo, a autodestruição envolvida nas reações psíquicas ao trauma, lideradas pela ação da pulsão de morte, é mais complexa que uma simples ação niilista, pois trata de uma autodestruição cujo objetivo maior é a sobrevivência global do psiquismo (FERENCZI, 1932/1990; ZALTZMAN, 1994). A entrada em ação da repetição do mesmo que destrói as diferenças somente se faz porque estas são tomadas por ameaça de desintegração. Diante de um psiquismo lutando para sobreviver, a novidade ainda não tem lugar. Por outro lado, esse apego ao mesmo aponta para uma insistência da vida, busca incessante de um objeto primordial (FIGUEIREDO, 2008). Quando o sofrimento é insuportável, entretanto, (...) “exige uma válvula de escape. Tal possibilidade é oferecida pela *autodestruição*, a qual, enquanto fator *que liberta da angústia*, será preferida ao sofrimento mudo” (FERENCZI, 1934, p. 127). Mais uma vez a dimensão de protesto vital da pulsão de morte (ZALTZMAN), cujo objetivo é abrir uma saída onde uma situação crítica se desmorona sobre o sujeito e o destina à

morte (ZALTZMAN, 1994). Às vezes é preciso se proteger da vida, reduzindo-a ao máximo, para a ela sobreviver.

Fora da conjuntura traumática, contudo, o protesto vital da pulsão de morte vigora de modo diferente. Sua ação é fundamental para garantir o apagamento do objeto primário que redundará na estrutura enquadrante, matriz do narcisismo primário. Nesse sentido, opera a favor da constituição narcísica, aliada do processo de individuação, se o trabalho do negativo constitutivo do psiquismo for levado a cabo com sucesso, o que depende em grande parte das vicissitudes do objeto, como temos insistido. Afora isso, a pulsão de morte introduz a diferença, enquanto representante de energia livre sem representação. Diante de um eu constituído e fora de perigo, pode ser pensada como incômodo necessário à mudança, que irrompe de modo a desestabilizar a cultura do mesmo.

Assim, quando falamos em pulsão de morte estamos sempre diante da expressão de um protesto, de um caráter disruptivo, de uma resistência frente à morte (diante da ameaça traumática), ou relativo ao que é da ordem do mesmo, morte camuflada de vida. As pulsões de morte, junto com *Eros*, estão a serviço da vida. Enquanto as primeiras fornecem a energia necessária à luta (ZALTZMAN, 1994), as segundas lutam pela manutenção das conquistas. Se consideramos as pulsões como expressão da força vital do organismo, não é possível postular uma potencialidade traumática inerente à disruptividade da pulsão de morte. Sem rupturas thanáticas, há também ameaça à vida, posto que *Eros* em excesso gera alienação, imobilidade, indiferenciação. É por esse viés que não devemos reduzir as pulsões de morte a um negativo das pulsões de vida (ZALTZMAN, 1994), mas pensá-la como negatividade necessária. Necessária à constituição do pensamento, à transformação, como também à luta contra o aniquilamento.

4

Conclusão

Vimos ao longo deste trabalho a importância da negatividade, cuja característica fundamental está em fazer limite à representação. A proposta de uma negatividade necessária encontra apoio em dois pressupostos: (1) ideia de que o irrepresentado é fundamental para convocar o trabalho psíquico e abrir espaço para a transformação; (2) o trabalho do negativo, cuja função primordial está na negativização do excesso, em nome da proteção do psiquismo e da viabilização do pensar. Embora os três conceitos analisados – trauma, repetição e pulsão de morte – comportem uma negatividade, na medida em que todos fazem barreira à representação, o último deve ser tomado como princípio fundamental do negativo. Não só porque a pulsão de morte lidera as funções negativizantes do trabalho do negativo, fundamentais para livrar do excesso, como também porque se expressa como um negativo que desestabiliza o que já está dado. Apresenta, portanto, o paradoxo de ser, ao mesmo tempo, um conceito que fomenta o excesso e que age na redução deste mesmo excesso, através da negativização. Além disso, a pulsão de morte se caracteriza como força sem representação que, junto com a pulsão de vida, irrompe do próprio humano. Fala, portanto, de um negativo que reside no íntimo de cada um, agindo silenciosamente ou de maneira ruidosa.

Freud (1940b) nos diz que a ação concorrente e mutuamente oposta das duas pulsões fundamentais que origina toda variedade de fenômenos da vida. Esta ideia que valoriza a relação complementar entre pulsões e de vida de morte bastaria para assegurar a importância de uma energética livre para a riqueza do psiquismo e da vida humana, ao lado de uma energética que visa à simbolização. A pulsão de morte, portanto, é absolutamente necessária para o processo de diferenciação, para a estruturação de um vazio no psiquismo capaz de abrir espaço para o pensamento (GREEN, 2010), do mesmo modo em que é fundamental para prover a força necessária à luta contra o mesmo, contra o projeto da cultura que visa à domesticação do homem (FREUD, 1930; ZALTZMAN, 1994). Enquanto força disruptiva, de dissociação, desobjetalizante, sustenta o devir, legitimando a transitoriedade da vida. Pois para o humano, está subvertida toda vida marcada por qualquer tipo de programação. Assim como está pervertida a garantia de uma evolução linear, de um sentido último para a existência, ou da eleição de um objeto que garanta a completude.

Diante de poucas balizas, estamos todos lançados numa errância que pressiona sem cessar pela busca de uma satisfação que nunca chega completamente, ainda que esta mesma errância nos empurre de maneira constante para a continuidade da busca: persistência do existir. Eis a dimensão da pulsão anarquista proposta por Zaltzman (1994), categoria da pulsão de morte que procura abrir saídas vitais, diante da imobilidade que empobrece o sujeito. Como a autora propõe, a marca de Thanatos no destino humano está na mudança, na errância, no que arruína toda relação fixa.

A pulsão de morte, portanto, expressa este princípio de movimento, expressão do irrepresentável que pressiona por trabalho psíquico de transformação. Permite ao psiquismo, portanto, fazer da ausência de sentido um sentido que valha a pena, ainda que transitório. Ou ainda, permite transformar o negativo em trabalho psíquico, não necessariamente referido ao modelo da simbolização, como vimos. Através da criação de novos sentidos, é possível desalojar aqueles que sustentam lugares subjetivos há muito tempo amortecidos. Por este viés, o conceito de pulsão de morte pode ser pensado como potência disruptiva que impede a manutenção das formas, da estabilidade, do apego ao igual, justamente por seu caráter desestabilizador. Afora isso, desafia o aparelho psíquico a inventar meios de lidar com aquilo que se apresenta como limite.

Assim, podemos pensar uma dimensão irrepresentável própria à pulsão de morte como pressão contínua que move a diferenciação. Do mesmo modo é possível supor irrepresentados que surgem do irrepresentável, ávidos por novos lugares psíquicos, novas ligações e possibilidades de representar, cuja efetividade depende do trabalho das pulsões de vida. Estas últimas, enquanto princípio de investimento, função objetalizante, são responsáveis pelo trabalho necessário de construção, de aproveitamento dos espaços abertos pela ação da pulsão de morte. Juntas, Eros e Thanatos potencializam a plasticidade da experiência humana.

Daí a importância de considerarmos o irrepresentado ou o negativo “como a fonte viva de um novo élan para a elaboração psíquica, revitalizando o universo das representações pelo fato de assegurar um encarnar do pensamento (...)” (SCARFONE, 2013, p. 52), como vimos a propósito da repetição diferencial. Também trabalhamos a ideia de que a representação diz respeito ao momento final de um processo complexo, além do fato de que há sempre um resto irrepresentado que não encontra este tipo de processamento (SCARFONE, 2013) Afora isso, podemos conjecturar, como faz Duparc (2001) que existem níveis diferentes de representação, como o verbal, o da figuração

imaginária, assim como aquele expresso através do afeto, do mesmo modo em que há graus para o irrepresentado.

Dependendo do grau do irrepresentado para aquele sujeito singular, há risco de traumatismo, que ao invés de mobilizar na direção da mudança, paralisa. Nesse sentido que vimos como a ausência de representação, característica geral do trauma, pode redundar em acidentes da vida com maior ou menor prejuízo das possibilidades de seguir em frente, cegando o sujeito diante das possibilidades de transformação ou produzindo novos apreensões através do *a posteriori*. É preciso negativizar o vivido, aplacar e domesticar, através das representações, a excessiva intensidade do acontecimento, função primordial do psiquismo. Para tal, além do trabalho de ligação das pulsões de vida comandado pelo eu, deve-se poder contar com o trabalho do negativo, promotor do amortecimento do excesso, seja pelo recalque ou através de mecanismos de defesa mais radicais.

Diante de uma invasão que impede a ligação psíquica, a construção de um sentido qualquer, há a possibilidade de fechamento, redução subjetiva, em nome da proteção da vida, na medida em que tudo passa a ser ameaçador. Estamos no terreno do trauma tal qual em 1920 ou 1939, que produz como efeito a intensificação da pulsão de morte. Porém, ainda que o enfraquecimento da potência vital seja efeito da pulsão de morte, os desinvestimentos também cumprem função vital, como vimos no terceiro capítulo. O trabalho do negativo opera em sua radicalidade, pondo em funcionamento a clivagem. Afora isso, abre-se espaço para a repetição do mesmo, que embora comporte um caráter negativo no sentido do congelamento, do tempo permanente que nega o devir, ganha lugar de princípio originário do psiquismo.

A repetição deve ser pensada como característica psíquica, cuja importância está em legitimar o lugar da pulsão de morte. Sempre haverá repetição enquanto houver vida, pois somente com a morte que nos livraremos das tentativas de revestir o negativo. Se a repetição apresenta insistentemente dimensões da subjetividade excluídas (pelo recalque ou irrepresentadas), é veículo de inclusão do que foi rechaçado ou nunca pensado, imprescindível ao crescimento psíquico. Todas essas reações e efeitos psíquicos às grandes invasões (clivagem, des fusão pulsional com conseqüente intensificação da pulsão de morte, fragilidade narcísica, repetição do mesmo), entretanto, podem ser vistas como tentativa de sobrevivência, ainda que às custas de radical empobrecimento subjetivo. Deste modo, toda vez que pensarmos em fechamento, em apego ao mesmo, relacionado à pulsão de morte, estaremos no terreno

do traumático, em sua face desestruturante. Fora desse contexto, a característica fundamental da pulsão de morte, potência disruptiva por excelência, é o desinvestimento cuja consequência é a abertura.

Assim, o conceito de pulsão de morte lidera o trabalho do negativo que viabiliza o pensar, assim como representa ele próprio um negativo que se manifesta enquanto o que força o trabalho psíquico. Esta coação ao trabalho só se faz problemática dentro da conjuntura traumática. Mesmo nesse contexto, em que o sofrimento predomina causando danos importantes, podemos pensar em uma positividade do negativo. Pois se houver sobrevivência à devastação, esta se transformará em empuxo à subjetivação, construindo o modo de ser daquele sujeito. Fortes (2012) nos ajudar a pensar a positividade da dor, através de Nietzsche (1887/1998) que, em sua *Genealogia da moral*, diferencia entre sujeitos que sofrem de um “empobrecimento da vida”, usando a dor para acusar a existência, de outros que padecem de uma “superabundância da vida”, afirmando o sofrimento. Enquanto para os primeiros o sentido da dor é construído pelo ressentimento, para os segundos o sofrimento é tomado como força, afirmação de si e da própria história, não como mal irrepresentável e impossível de ultrapassar (FORTES, 2012, p. 33).

Somos também a história de nossos traumas e principalmente do que fizemos deles. Além disso, pode-se pensar que um golpe intenso pode produzir transformações igualmente fortes, que talvez não tivessem sido possíveis sem a vivência de uma experiência limite. É preciso, deste modo, afirmar a dor inerente ao estar vivo, o que não significa fazer uma apologia ao sofrimento. A perspectiva do analista deve se alinhar a esta ideia, apostando que o sofrimento pode se transformar em potência, pois se os grandes traumas têm poder de devastação, têm também potencialidade de mudança, obviamente, às custas de árduo trabalho psíquico. Deste modo, devemos sempre estar atento à ideia de que o impedimento, o obstáculo pode devir estímulo, caminho de passagem, que através da afirmação e do acolhimento da dor, pode transformá-la em força.

5

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, J. (2008) O acontecimento e a temporalidade: o après-coup no tratamento. Em: **Revista Ide: psicanálise e cultura**, São Paulo.

ANTONELLO, D. R. e HERZOG, R. (2012) A memória na obra freudiana, para além da representação. **Arquivos brasileiros de psicologia**, vol. 64, n.1

ASSOUN, P-L. (1994) La passion de répétition. Genèse et figures de la compulsion dans la métapsychologie freudienne. Em: **Revue Française de Psychanalyse**, vol. 58, n. 2.

BALESTRIÈRE, L. (2008) **Freud et la question des origines**. Bruxelas, De Boeck.

BOKANOWSKI, T. (2002) Traumatisme, traumatique, trauma. Em: **Revue française de psychanalyse** , vol. 66.

_____ (2005) Variações do conceito de traumatismo: traumatismo, traumático, trauma. Em: **Revista Brasileira de Psicanálise**, vol. 39, n. 1.

BORGES, G. M. (2012) **Neurose traumática: fundamentos e destinos**. Paraná, Ed. Juruá.

BORGES, G. M. e CARDOSO, M. R. (2011) Clivagem mortífera e guardiã de Eros. Em: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, vol. 14, n. 4.

BUENO, J. S. (2004) **Do trauma à divisão do sujeito: sobre a compulsão à repetição e sua relação com a constituição do psiquismo**. Rio de Janeiro, UFRJ, IP, Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica.

CARDOSO, M. R. (2002) Violência, domínio e transgressão. Em: **Psychê**, ano VI, n. 10, São Paulo.

_____ (2010) A impossível “perda” do outro nos estados limites: explorando as noções de limite e alteridade. Em: Cardoso, M. R. e Garcia, C. A. (Orgs.). **Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços**. Curitiba, Juruá.

_____ (2011) Das neuroses atuais às neuroses traumáticas: continuidade e ruptura. Em: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, vol. 14, n. 1.

CASTEL, P-H. (2001) Comment peut-on avoir mal à l memoire? Clinique et thérapeutique du souvenir traumatique. Em: <http://pierrehenri.castel.free.fr/>

CHERVET, B. (2011) Compulsion, répétition et réduction. Em: Chevret, B. (Org.).

La compulsion de répétition. Paris, PUF.

DAMOUS, I. (2012) **Depressão e a lógica do desespero na contemporaneidade: uma visão psicanalítica.** Paraná, Ed. Juruá.

DELEUZE, G. (2006) **Diferença e Repetição.** São Paulo, Edições Graal Ltda.

DREYFUS, S. (2005) Freud, le trauma: culpabilité et détresse. Em: **Le traumatisme psychique: organisation et désorganisation.** Paris, PUF.

DUNKER, C. I. L. (2006) A função terapêutica do real: trauma, ato e fantasia. Em: **Pulsional**, ano XIX, n.186

DOUVILLE, O. (2003) Du choca u trauma... ly y a plus d'un temps. Em: **Figures de la psychanalyse**, n.8.

DUPARC, F. (2000) **André Green.** São Paulo, Via Lettera Editora.

_____ (2001) Análise com borda e análise sem borda. Em: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, IV, 4.

EHRENBERG, C. (2011) Les pulsions de mort, auxiliaires de vie. Em: **Psyché anarchiste: débattre avec Nathalie Zaltzman.** Paris, PUF.

FERENCZI, S. (1932/1990) **Diário clínico.** São Paulo, Martins Fontes.

FERENCZI, S. (2011) Obras Completas, Psicanálise IV, São Paulo, Editora Martins Fontes.

_____ (1928) Elasticidade da técnica psicanalítica

_____ (1929) A criança mal acolhida e sua pulsão de morte.

_____ (1931) Análise de crianças com adultos.

_____ (1933) Confusão de línguas entre os adultos e as crianças.

_____ (1934) Reflexões sobre o trauma.

FREUD, S. (1996) **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas.** Rio de Janeiro, Imago.

_____ (1891) Sobre as afasias, vol. VII

_____ (1893) Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar (Breuer e Freud), vol. II

_____ (1893-1895) Estudos sobre a histeria, vol. II

_____ (1895a) A psicoterapia da histeria, vol. II

- _____ (1895) Resposta às críticas a meu artigo sobre as neuroses de angústia, vol. III
- _____ (1895/1950) Projeto para uma psicologia científica, vol. I
- _____ (1896a) Carta 52, vol. I
- _____ (1896b) A hereditariedade e a etiologia nas neuroses, vol. III
- _____ (1900) A interpretação de sonhos, vol. IV
- _____ (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, vol. VII
- _____ (1911) Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental, vol. XII
- _____ (1912) A dinâmica da transferência, vol. XI
- _____ (1914a) Recordar, repetir e elaborar, vol. XII
- _____ (1914) A história do movimento psicanalítico, vol. XIV
- _____ (1915/1914) Observações sobre o amor transferencial
- _____ (1915) Os instintos e suas vicissitudes, vol. XIV
- _____ (1915b) O inconsciente, vol. XIV
- _____ (1916-1917) Conferências introdutórias sobre psicanálise, vol. XVI
- _____ (1925) A negativa, vol. XIX
- _____ (1926) Inibições, sintomas e ansiedade, vol. XX
- _____ (1930) O mal-estar na civilização, vol. XXI
- _____ (1933/1932) Ansiedade e vida instintual, vol. XXII
- _____ (1933/1932a) A dissecação da personalidade psíquica, vol. XXII
- _____ (1937a) Construções em análise, vol. XXIII
- _____ (1937b) Análise terminável e interminável, vol. XXIII
- _____ (1939) Moisés e o monoteísmo: três ensaios, vol. XXIII
- _____ (1940) A divisão do ego no processo de defesa, vol. XXIII
- _____ (1940b) Esboço de psicanálise, vol. XXIII

FREUD, S. (1920) Além do princípio de prazer. Em: **Escritos sobre a psicologia do inconsciente, vol. II: 1915-1920**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 2006.

_____ (1923) O eu e o id. Em: **Escritos sobre a psicologia do inconsciente, vol. III: 1923-1938**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 2006.

FIGUEIREDO, L. C. (1999) **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo, Escuta.

_____ (2008) **Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo, Escuta.

FIGUEIREDO, L. C. e CINTRA, E. U. (2004) Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. Em: Cardoso, M. R. (Org.) **Limites**. São Paulo, Escuta.

FORTES, I. (2012) **A dor psíquica**. Rio de Janeiro, Cia de Freud.

GARCIA, C. (2010) Trauma e narcisismo negativo: questões para a clínica contemporânea. Em: Cardoso, M. R. e Garcia, C. A. (Orgs.) **Entre o eu e o outro: espaços fronteiraços**. Curitiba, Juruá

_____ (2010b) Os estados limites e o trabalho do negativo: uma contribuição de A. Green para a clínica contemporânea. Em: Cardoso, M. R. e Garcia, C. A. (Orgs.) **Entre o eu e o outro: espaços fronteiraços**. Curitiba, Juruá

_____ (2011) **Trauma e clivagem nas patologias contemporâneas**. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Sofrimento Psíquico: Ontem e hoje, UFRJ.

_____ (2012) **O trauma em André Green**. Apresentação na CPRJ.

GARCIA, C. e DAMOUS, I. (2009) O silêncio no psiquismo: uma manifestação do trabalho do negativo patológico. Em: **Cadernos de psicanálise – CPRJ**. Rio de Janeiro, ano 31, n. 22

GARCIA-ROZA, L. A. (1986/2003) **Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

_____ (1990/2004) **O mal radical em Freud**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

_____ (1993/2004) **Introdução à metapsicologia freudiana**, vol. 2. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

_____ (1995/2004) **Introdução à metapsicologia freudiana**, vol. 3. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

GREEN, A. (1988) **Narcisismo de vida. Narcisismo de morte.** São Paulo, Ed. Escuta.

_____ (1966-1967) Narcisismo primário: estrutura ou estado?

_____ (1979) A angústia e o narcisismo.

_____ (1980) A mãe morta.

_____ (1988) Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. Em: **A pulsão de morte.** São Paulo, Editora Escuta.

_____ (1990) **Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites.** Rio de Janeiro, Imago.

_____ (1990b) La doble frontera. Em: **La nueva clínica psicoanalítica y la teoría de Freud: aspectos fundamentales de la locura privada.** Buenos Aires, Amorrortu editores.

_____ (2002) **Time in psychoanalysis: some contradictory aspects.** Londres, Free Association Books.

_____ (2008) **Orientações para uma psicanálise contemporânea.** São Paulo, SBPSP e Imago.

_____ (2010) **O trabalho do negativo.** Porto Alegre, Artmed.

_____ (2010b) **Pourquoi les pulsions de destruction ou de mort?** Paris, Ithaque.

_____ (2011) Répétition et compulsion de répétition. Relation et aliénation à l'objet. Quelques hypothèses sur la fonction de la compulsion de répétition. Em: Chevret, B. (Org.) **La compulsion de répétition.** Paris, PUF.

GRUBRICH-SIMITIS, I. (2003) Trauma ou pulsion – pulsion et trauma. Leçons à partir de la “fantasie phylogénétique” écrite par Sigmund Freud, en 1915. Em: **Sur la théorie de la séduction, Libres Cahiers pour la psychanalyse,** Paris, Éditions in press.

GUILLAUMIN, J. (1980) Le traumatisme et l'expérience des limites dans l'analyse. Em: **Quinze études psychanalytiques sur le temps: traumatisme et après coup.** Paris : Privat, p. 125-148

HANNS, L. (1996) **Dicionário comentado do alemão de Freud.** Rio de Janeiro, Imago.

HERZOG, R. (2011) Os limites da representação psíquica. Em: Garcia, C. A. e Cardoso, M. R. (Orgs.) **Limites da clínica. Clínica dos limites.** Rio de Janeiro, Cia de Freud.

JANIN, C. (1999) Le trauma: de la commémoration à l'élaboration. Em: **Figures et destins du traumatisme**. Paris, PUF.

_____ (2005) Au coeur de la théorie psychanalytique: le traumatisme. Em: **Le traumatisme psychique: organisation et désorganisation**. Paris, PUF.

KLAUTAU, P., KISLANOV, S e WINOGRAD, M. (2014) A função terapêutica do traumático. (artigo inédito)

KNOBLOCH, F. (1998) **O tempo do traumático**. São Paulo, Educ.

LACAN, J. (1954-55/2010) **O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

_____ (1959-1960/2008) **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

LAPLANCHE, J. (1985) **Vida e morte em psicanálise**. Porto Alegre, Artes Médicas.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. (1990) **Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

_____ (2004) **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo, Martins Fontes.

LEJARRAGA, A. L. (1996) **O trauma e seus destinos**. Rio de Janeiro, Revinter.

_____ (2008) Clínica do trauma em Ferenczi e Winnicott. Em: **Natureza Humana 10** (2).

LIPPI, S. (2013) Contaus et/ ou pulsion de mort. Em: **La décision du désir**, Point Hors Ligne, Érès.

MAIA, M. S. (2005) **Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro, Garamond.

MELO, M. T. de e RIBEIRO, P. de C. (2006) Modelos do trauma em Freud e suas repercussões na psicanálise pós-freudiana. Em: **Percurso**, ano XIX, n. 37.

MEZAN, R. (2011) **Freud: a trama dos conceitos**. São Paulo, Perspectiva.

M'UZAN, M. (1969/1977) *Le même et l'identique*. Em: **De l'art à la mort: itinéraire psychanalytique**. Paris, Gallimard.

NIETZSCHE, F. (1887/1998) **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo, Cia das Letras.

PINHEIRO, T. (1995) Ferenczi: do grito à palavra. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

PRESS, J. (2010) Trauma et pulsion. Em: **L'angoisse, Libres cahiers pour la psychanalyse** n. 21, Paris, Éditions in press.

PONTALIS, J.-B.(1991) **A força de atração**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

ROUSSILLON, R. (1999) Agonie, clivage et symbolisation. Paris, PUF.

_____ (2006) **Paradoxos e situações limites da psicanálise**. Ed. Unisinos.

RUDGE, A. M. (2009) **Trauma**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

SAFATLE, V. (2006) **A paixão do negativo**. São Paulo, Unesp.

_____ (2007) A teoria das pulsões como ontologia negativa. Em: **Discurso**, n.36.

SANCHES, A. (2013) **Inconsciente e instinto de morte : um itinerário do debate inicial de Deleuze com a psicanálise**. São Carlos : UFSCar

SANTOS, L. G. (2002) **O conceito de repetição em Freud**. São Paulo, Escuta.

SCARFONE, D. (2011) Besoin, emprise, "régression" et anarchie. Em: **Psyché anarchiste: débattre avec Nathalie Zaltzman**. Paris, PUF.

_____ (2013) O impassado, atualidade do inconsciente. Relatório para o Congresso dos Psicanalistas de Língua Francesa, Montreal, maio de 2014.

SCHAEFFER, J. (1986) Le rubis a horreur du rouge. Em: **Revue française de psychanalyse**, n. 3, tome 50.

SCHMID-KITSIKIS, E. (2011) Une difficulté de la psychanalyse: decryptage de la compulsion à repeter. Em: **La compulsion de répétition**, Bernard Chevret (org), Paris, PUF.

SCHNEIDER, M. (1977) Freud et le plaisir: du principe à l'expérience. Em: **Topique: Revue Freudienne. L'interprète: visées, oublis**. Paris, Epi éditeurs, n. 20.

SOLER, C. (2013) **A repetição na experiência analítica**. São Paulo, Escuta.

UCHITEL, M. (2011) **Neurose traumática**. São Paulo, Casa do Psicólogo.

URRIBARRRI, F. (2010) André Green: paixão clínica, pensamento complexo. Em direção ao futuro da psicanálise. Em: **Revista Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade**. Porto Alegre, no. 10.

WINNICOTT, D. (1954/2000) Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto psicanalítico. Em: **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro, Imago.

_____ (1960/2008) Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self”. Em: **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre, Artmed.

_____ (1963/2008) Da dependência à independência, no desenvolvimento do indivíduo. Em: **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre, Artmed.

_____ (1968/1994) Sobre o uso de um objeto. Em: **Explorações psicanalíticas**, Porto Alegre, Artmed.

_____ (1970/1994) A experiência mãe-bebê de mutualidade. Em: **Explorações psicanalíticas**, Porto Alegre, Artmed.

_____ (1974/1994) O medo do colapso. Em: **Explorações psicanalíticas**, Porto Alegre, Artmed.

_____ (1975) A localização da experiência cultural. Em: **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro, Imago.

WINOGRAD, M. (1998) **Genealogia do sujeito freudiano**. Porto Alegre, ArtMed.

_____ (2013) **Freud e a fábrica da alma: sobre a relação corpo-psiquismo em psicanálise**. Curitiba, Appris.

WINOGRAD, M., KLAUTAU, P. e SOLLERO-de-CAMPOS, F. (2014) Entre o trauma e o traumático: a lesão cerebral de Pedro e o presente permanente. Em: Winograd, M. E Vilhena, J. (Orgs.) **Psicanálise e clínica ampliada: multiversos**. Curitiba, Appris.

ZALTZMAN, N. (1994). **A pulsão anarquista**. São Paulo, Escuta.